



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DESENVOLVIMENTO E ESCOLAR**

**Programa De Pós-Graduação Em Psicologia Do Desenvolvimento E Escolar**

**CIENTISTAS NORDESTINAS E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL:  
A TRAJETÓRIA ACADÊMICA PARA VIVENCIAR A PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PSICOLOGIA**

**Isabele Linhares Santos**

**Brasília, setembro de 2024**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DESENVOLVIMENTO E ESCOLAR**

**Programa De Pós-Graduação Em Psicologia Do Desenvolvimento E Escolar**

**CIENTISTAS NORDESTINAS E O PROCESSO DE MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL:  
A TRAJETÓRIA ACADÊMICA PARA VIVENCIAR A PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PSICOLOGIA**

**Isabele Linhares Santos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, área de concentração Desenvolvimento Humano e Educação

**ORIENTADOR: PROF. DR. FAUSTON NEGREIROS**

**Brasília, setembro de 2024**

Esta dissertação recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa de mestrado concedida no período entre janeiro de 2023 e outubro de 2024

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA

EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Fauston Negreiros - Presidente

Universidade de Brasília - UnB

---

Profª. Dra. Carla Sabrina Xavier Antloga - Membro Interno

Universidade de Brasília - UnB

---

Profª. Dra. Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa - Membro Externo

Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Profª. Dra. Gabriela Sousa de Melo Mietto - Suplente

Universidade de Brasília - UnB

Brasília, setembro de 2024

Dedico este trabalho a todas as gotas de sangue e suor nordestino, que, sob sol e chuva, por escolha ou necessidade, construíram e sustentam nosso país e a ciência brasileira. A nós, que com coragem e esperança, lutamos pela criação de um presente e futuro mais justo para todos.

## AGRADECIMENTOS

Em muitas de suas belíssimas letras, Belchior, meu conterrâneo cearense, descreveu ânsias e angústias. Suas quase poesias ganharam um significado ainda mais profundo depois que me mudei para Brasília. Um sonho sonhado por longos anos, que apenas um migrante, como eu, uma candanga, pode sentir e compreender: “Há tempo, muito tempo que eu estou longe de casa e nessas ilhas cheias de distância o meu blusão de couro, se estragou”.

No país em que vivemos, e especialmente na região de onde venho, o sonho de estudar não é um privilégio ao alcance de todos. Apesar das adversidades, tive a chance de caminhar para esse sonho. Consciente dos meus facilitadores, dedico-me à produção científica com a esperança de contribuir na construção um futuro mais justo para todos. Portanto, uso este momento para expressar minha profunda gratidão a todos que tornaram possível minha trajetória até aqui.

**A Deus**, que em sua profunda bondade me sustentou até aqui, expresso minha gratidão. Ao Seu amor que me preparou, amparou, acolheu, fortaleceu e guiou até este momento. A Ele, toda a Glória!

Aos meus pais, **Carlos** (*in memoriam*) e **Cledenilsa**, dedico toda a minha eterna gratidão por me ensinarem a sonhar e, sobretudo, por me proporcionarem a coragem de realizar esses sonhos. Escrevo estas palavras em meio a lágrimas, transbordando de memórias que ressurgem com uma intensidade quase palpável. A ausência de meu pai é a ferida mais profunda, uma ausência que nunca deveria ter sido, pelo menos não tão cedo. Jamais imaginei que, ao alcançar este momento, precisaria escrever um *in memoriam*, e essa dor ecoa em cada palavra. No entanto, apesar dessa perda imensurável, sou grata por cada segundo que tive ao lado de vocês, por cada sorriso, abraço, conselho e cuidado.

Agradeço à minha mãe, **Cledenilson**, pela dedicação inabalável, pelo apoio constante e pelo amor que me acompanhou em cada passo desta caminhada. E ao meu pai, **Carlos**, minha eterna gratidão por tudo que me ensinou e pela presença que continua viva em meu coração. Este trabalho, assim como cada conquista da minha vida, carrega a marca de vocês dois. Sem o amor e o apoio de vocês, nada disso seria possível. Este momento é tanto de vocês quanto meu.

À minha irmã, **Bianca**, expresso minha profunda gratidão pelo amor que me dedicou, por ter sido meu exemplo de estudante, por me inspirar e motivar continuamente. Agradeço pelos inúmeros ensinamentos e pelo companheirismo constante. Nossa jornada é marcada por laços de outras vidas, e assim continuará sendo. Obrigada por tudo, sis!

Aos meus avós, **Graça e Denilson**, expresso minha mais sincera gratidão pelo amor imensurável que sempre me dedicaram. Agradeço por me ensinarem o amor de Deus e os valores fundamentais de honestidade, bondade e caridade. Sou eternamente grata pelo cuidado e carinho com que zelaram por mim e por minha irmã, moldando nossas vidas com tanta dedicação. Seu amor e sabedoria são legados preciosos que levarei comigo. A casa de vocês sempre será meu refúgio.

Aos meus queridos **Tio Neto e Tia Selma** e prima **Luiza**, minha profunda gratidão por me receberem em sua casa durante esses dois longos anos de mestrado. O acolhimento e o suporte que vocês me ofereceram foram essenciais para a realização deste sonho. Além disso, sou imensamente grata por todo o amor e cuidado que sempre me dedicaram, mesmo à distância, e que jamais serão esquecidos. Um agradecimento especial à **Lulu**, que com sua simpatia e humor tornou o dia a dia muito mais leve e agradável. Muito obrigada por tudo!

À **Tia Niane**, expresso minha gratidão por me receber em sua casa durante os anos de graduação. Seu amor incondicional, carinho e cuidado foram pilares essenciais na minha

jornada, e seu exemplo de independência me inspirou a seguir em frente. Tia Nini, a pequena Isabele, que contava os dias para a sua chegada com um brilho no olhar, cresceu e agora, com a mesma expectativa, conta os dias para retornar ao seu lar, que sempre será um abrigo acolhedor e especial.

À **Tia Clegiane**, que durante minha infância foi quase uma mãe, minha gratidão. Sua presença constante em minha vida, tem sido uma fonte inesgotável de força e inspiração. Você não apenas me acolheu com seu amor generoso, mas também me orientou com sua sabedoria e compreensão e me proporcionou lindas memórias. Obrigada!

Ao **Tio Denilson e Tia Ruthielle**, pelo exemplo de dedicação, esforço, resiliência e amor familiar que admiro profundamente e que me inspira a seguir em frente.

Aos meus primos, **Marcos Vinicius, Lara, Lorenzo e Maitê** meu agradecimento por trazerem alegria e leveza à minha vida e de toda a família.

À **Jaqueline, Mário e Bianca**, pela generosidade e o carinho com que me acolheram receberem na família. O amor que fundamenta esse lar me inspira diariamente. Agradeço imensamente por tanto afeto, cuidado, carinho e risadas. A vida tem sido melhor com vocês!

Em especial à **Gabriel Campos**, minha gratidão por ser o exemplo de companheirismo e amor. Agradeço profundamente por ter sido um colo acolhedor nos momentos de desespero, por secar tantas lágrimas e oferecer consolo quando eu mais precisei. Sua presença constante, seu apoio, sua leveza e tranquilidade tem sido uma fonte de calma, mostrando-me, dia após dia, que este sonho é não apenas possível, mas alcançável. Seu amor e a admiração que nutro pelo ser humano que você é são os pilares que sustentam minha esperança e determinação. Sou imensamente grata por ter você ao meu lado e por compartilhar esta jornada comigo. Te amo, Campeira!

Em meio a números, quadras e siglas, Brasília me singularizou. Apenas, e unicamente por ser quem sou, mulher, cearense, nordestina. Quando Belchior diz “eu sou apenas um rapaz latino-americano; sem dinheiro no banco sem parentes importantes e vindo do interior” discorre sobre o sentimento de imensidão que me inundou na chegada à nova cidade. Mas para minha feliz surpresa, eu não estava e não permaneci sozinha.

Ao longo dessa difícil trajetória que é a vida, fui abençoada por amizades que floresceram e se fortaleceram ao longo dos anos. Desde os tempos de escola, não estive sozinha. **Ione, Nayane, Cássyla e Iarissa**, cada uma de vocês compartilhou comigo os dias de migração diária entre Forquilha-CE e Sobral-CE, enfrentando as dificuldades do caminho, mas sempre com graça e alegria. Vocês foram minhas companheiras de jornada, e a presença de vocês foi um pilar fundamental em minha formação. Muito obrigada por estarem ao meu lado, ontem, hoje e sempre.

À **Beatriz**, minha companheira de graduação e meu elo saudoso com Parnaíba-PI, cidade onde trilhei os primeiros passos na Psicologia. A distância nos impediu de vivenciar muitos momentos juntas, mas nunca foi capaz de diminuir a força do seu apoio. Saber que sua torcida atravessava quilômetros me trouxe uma paz imensa. Obrigada por sempre acreditar em mim, mesmo de longe.

No mestrado, aos poucos percebi que a caminhada não seria solitária. Parafraseando novamente Belchior, "minha fala nordestina; quero esquecer o francês", e o Nordeste se fez presente de forma acolhedora através de **Matheus, Cláudia, Vannini e Aline**. Quanto gratidão dedico a vocês, meus amigos! Vocês não apenas compartilharam essa jornada, mas ressignificaram e fortaleceram o verdadeiro sentido de fraternidade. Obrigada por tanto, por cada momento, pela presença e pela parceria.

Como pesquisadora dos processos migratórios, não posso deixar de reconhecer que a amizade também ultrapassa os limites geográficos, e Brasília me proporcionou essa vivência de maneira intensa. **Hannah, Bárbara e Thiago**, ter vocês ao meu lado foi inestimável nesse processo, e minha gratidão é imensa por cada gesto de apoio e por compartilharem dessa jornada comigo.

Ao meu orientador, **Fauston**, registro minha gratidão. Suas orientações, paciência e apoio foram essenciais para que eu pudesse seguir nessa caminhada. Nossas conversas contribuíram não apenas para a construção desta dissertação, mas também para o meu crescimento como pesquisadora e ser humano. Obrigada por isso! Ao grupo de pesquisa **PEC-Pol**, meu sincero agradecimento. Estar ao lado de vocês foi um privilégio imenso. Cada reunião, cada troca de ideias e cada colaboração foi essencial para ampliar minha visão e enriquecer meu trabalho.

Agradeço, ainda, à **Capex** pelo apoio financeiro que tornou possível a realização desta pesquisa. Estendo minha gratidão à **UnB**, ao **Instituto de Psicologia** e ao **Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Escolar**, por oferecerem o suporte necessário ao longo dessa jornada acadêmica.

## Carta à(o) Leitor(a)

Caro(a) leitor(a),

Entre essas páginas, onde autores, citações e verbos parecem criar distâncias, venho agora me revelar, contar minha história, em primeira pessoa. Mas saiba desde já: as distâncias jamais foram obstáculo para mim.

Eu sou Isabele, cearense, nascida no coração do norte do Ceará, em Sobral. Contudo, desde o meu primeiro suspiro, a migração já se fazia presente em minha trajetória. Minha família é de Forquilha, uma pequena cidade que, na época, enfrentava desafios sociopolíticos, sem estrutura hospitalar que garantisse o cuidado de sua gente. Costumo brincar que migro desde que me entendo por gente, pois, com apenas poucos meses de vida, voltei com meus pais à sua casa, agora em Fortaleza.

Por muitos anos, percorri mensalmente — às vezes até mais — os 220 km da BR-222, estrada que me reconduzia ao meu verdadeiro lar. Aos 11 anos, voltei "definitivamente" para Forquilha, onde os caminhos se encurtaram. Agora, a migração era diária: 18 km rumo à escola em Sobral. Curioso como, ao revisitar essas rotas, nunca me pareceram longas.

Ao ingressar na Universidade, uma nova migração se apresentou, desta vez rumo ao litoral do Piauí, onde cursei Psicologia. As voltas para casa tornaram-se agora interestaduais, mas a distância continuava sendo apenas um detalhe. Ao fim da graduação, uma nova alegria: outra migração, desta vez para Brasília, onde o mestrado se transformava em um sonho concretizado.

Dentre os caminhos que trilho, trilhei e trilharei, há a produção deste trabalho, fruto de uma metamorfose, de inquietações e das vivências de atravessamentos que despertaram em mim o desejo de dar voz à nossa existência. Aqui, trago a trajetória de *cientistas nordestinas e o processo de migração inter-regional: a vivência acadêmica na pós-graduação em*

*Psicologia*, sinalizando, mais do que nunca, a necessidade de reconhecer nossas histórias, desafios e contribuições dentro da ciência.

Espero que, ao percorrer estas páginas, você encontre mais do que dados e análises. Que sinta o peso e a força das trajetórias contadas, que ouça as vozes das cientistas que, como eu, cruzaram distâncias geográficas e sociais para alcançar seus sonhos. Desejo que cada linha traga à tona o brilho da força, o enfrentamento das adversidades, e a constante busca por pertencimento no espaço acadêmico, que tantas vezes tenta nos invisibilizar.

Que esta leitura desperte empatia, reflexão e, sobretudo, um olhar atento às camadas de desigualdade que permeiam a vida de nós mulheres. Que inspire mudanças, diálogos e novas perspectivas, valorizando as histórias que atravessam fronteiras e fortalecem a ciência com diversidade, resistência e coragem.

Ao chegar ao fim deste trabalho, espero que as experiências, reflexões e histórias aqui apresentadas tenham provocado em você, leitor, não apenas um entendimento mais profundo sobre a trajetória das cientistas nordestinas migrantes, mas também um convite à empatia e à ação. Afinal, este estudo é mais do que uma análise acadêmica; é um chamado para reconhecer as contribuições de mulheres que, mesmo diante de distâncias e desigualdades, encontram força para avançar. Que suas vivências não sejam apenas registradas, mas também valorizadas, compreendidas e apoiadas.

## RESUMO

A trajetória acadêmica das mulheres revela uma dinâmica de constante luta por direitos e contra a violência de gênero. A hegemonia masculina e a estrutura das Universidades criam um ambiente que favorece a marginalização feminina, restringindo historicamente o acesso, a permanência e o reconhecimento. Além disso, a centralização das Universidades e dos programas de pós-graduação nos grandes centros do país impõe um entrave geográfico que torna a migração quase necessária para o acesso ao conhecimento, especialmente para as mulheres nordestinas. Diante desse cenário, o estudo se propôs a compreender a trajetória acadêmica das cientistas nordestinas na pós-graduação em Psicologia. Para isso, adotou uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, utilizando a metodologia da História Oral, com foco na história oral temática. As informações foram obtidas por meio de nove entrevistas com pesquisadoras, uma de cada Estado do Nordeste. A análise foi realizada a partir da perspectiva da Hermenêutica da Profundidade e estruturada em dois artigos. O estudo 01 buscou identificar as particularidades que produziram a migração inter-regional para as estudantes nordestinas de pós-graduação em Psicologia e analisar o processo formativo vivenciado na pós-graduação na perspectiva migrantes nordestinas. Esse estudo revelou que as principais razões para a migração incluem a busca por uma boa formação teórica, a oportunidade de obter bolsas de estudo e a qualidade dos programas de pós-graduação. Destarte, observou-se a vivência de discursos xenofóbicos dentro das instituições. O estudo 02 objetivou revelar a experiência de cientistas nordestinas que migraram na Academia, focando nas interações entre gênero, migração e pós-graduação. As narrativas de vida das participantes revelam barreiras simbólicas e práticas que prejudicam o reconhecimento e a ascensão profissional das mulheres, destacando o impacto do patriarcado e a intensificação dessas barreiras pela distância das redes de apoio. A maternidade agrava a desigualdade devido à falta de suporte institucional. Em resumo, os estudos demonstram que a trajetória das cientistas nordestinas migrantes na pós-graduação é

marcada por motivações como a busca por avanço acadêmico e profissional, mas também enfrenta desafios como a xenofobia, as barreiras de gênero e a falta de suporte para a maternidade. Assim sendo, ressalta-se necessidade de políticas educacionais que buscam a equidade científica entre as regiões do Brasil, bem como políticas afirmativas interseccionais que visem fortalecer as mulheres nordestinas na pós-graduação em psicologia. O estudo sugere a necessidade de políticas institucionais interseccionais, como ampliação de licenças e flexibilização de horários para mães e pais, visando a democratização do ensino.

**Palavras-chaves:** Cientistas nordestinas; migração inter-regional; pós-graduação em Psicologia.

## ABSTRACT

The academic trajectory of women reveals a dynamic of constant struggle for rights and against gender-based violence. Male hegemony and the structure of universities create an environment that favors the marginalization of women, historically restricting access, permanence, and recognition. Moreover, the centralization of universities and graduate programs in the major urban centers of the country imposes a geographical barrier that makes migration almost necessary for access to knowledge, especially for women from the Northeast. In light of this scenario, the study aimed to understand the academic trajectory of Northeastern women scientists in graduate programs in Psychology. To achieve this, a qualitative approach of a descriptive nature was adopted, using the Oral History methodology, with a focus on thematic oral history. Information was obtained through nine interviews with female researchers, one from each state in the Northeast. The analysis was carried out from the perspective of Depth Hermeneutics and structured into two articles. Study 1 sought to identify the particularities that led to interregional migration for Northeastern graduate students in Psychology and to analyze the formative process experienced in graduate school from the perspective of Northeastern migrants. This study revealed that the main reasons for migration include the pursuit of a strong theoretical education, the opportunity to obtain scholarships, and the quality of graduate programs. Additionally, the study observed the presence of xenophobic discourses within institutions. Study 2 aimed to reveal the experience of Northeastern women scientists who migrated within Academia, focusing on the interactions between gender, migration, and graduate studies. The life narratives of the participants reveal symbolic and practical barriers that hinder women's recognition and professional advancement, highlighting the impact of patriarchy and the intensification of these barriers due to the distance from support networks. Motherhood exacerbates inequality due to the lack of institutional support. In summary, the studies demonstrate that the trajectory of Northeastern women scientists who migrate for

graduate studies is marked by motivations such as the pursuit of academic and professional advancement, but also faces challenges like xenophobia, gender barriers, and a lack of support for motherhood. Thus, the need for educational policies that seek scientific equity among Brazil's regions is emphasized, as well as intersectional affirmative policies aimed at strengthening Northeastern women in graduate Psychology programs. The study suggests the necessity of intersectional institutional policies, such as extended leave and flexible hours for mothers and fathers, to promote the democratization of education.

**Keywords:** Northeastern Brazilian Scientists; Interregional Migration; Graduate Studies in Psychology.

## RESUMEN

La trayectoria académica de las mujeres revela una dinámica de lucha constante por derechos y contra la violencia de género. La hegemonía masculina y la estructura de las Universidades crean un ambiente que favorece la marginación femenina, restringiendo históricamente el acceso, la permanencia y el reconocimiento. Además, la centralización de las Universidades y de los programas de posgrado en los grandes centros del país impone un obstáculo geográfico que hace que la migración sea casi necesaria para acceder al conocimiento, especialmente para las mujeres nordestinas. Ante este escenario, el estudio se propuso comprender la trayectoria académica de las científicas nordestinas en los estudios de posgrado en Psicología. Para ello, se adoptó un enfoque cualitativo, de naturaleza descriptiva, utilizando la metodología de Historia Oral, con un enfoque en la historia oral temática. La información se obtuvo a través de nueve entrevistas con investigadoras, una de cada estado del Nordeste. El análisis se realizó desde la perspectiva de la Hermenéutica de la Profundidad y se estructuró en dos artículos. El estudio 1 buscó identificar las particularidades que produjeron la migración interregional de las estudiantes nordestinas de posgrado en Psicología y analizar el proceso formativo vivido en el posgrado desde la perspectiva de las migrantes nordestinas. Este estudio reveló que las principales razones para la migración incluyen la búsqueda de una buena formación teórica, la oportunidad de obtener becas de estudio y la calidad de los programas de posgrado. Asimismo, se observó la experiencia de discursos xenofóbicos dentro de las instituciones. El estudio 2 tuvo como objetivo revelar la experiencia de las científicas nordestinas que migraron en la Academia, centrándose en las interacciones entre género, migración y posgrado. Las narrativas de vida de las participantes revelan barreras simbólicas y prácticas que perjudican el reconocimiento y la ascensión profesional de las mujeres, destacando el impacto del patriarcado y la intensificación de estas barreras debido a la distancia de las redes de apoyo. La maternidad agrava la desigualdad debido a la falta de apoyo institucional. En resumen, los

estudios demuestran que la trayectoria de las científicas nordestinas migrantes en el posgrado está marcada por motivaciones como la búsqueda de avance académico y profesional, pero también enfrenta desafíos como la xenofobia, las barreras de género y la falta de apoyo para la maternidad. Así, se destaca la necesidad de políticas educativas que busquen la equidad científica entre las regiones de Brasil, así como políticas afirmativas interseccionales que fortalezcan a las mujeres nordestinas en los estudios de posgrado en Psicología. El estudio sugiere la necesidad de políticas institucionales interseccionales, como la ampliación de licencias y la flexibilización de horarios para madres y padres, con el objetivo de democratizar la educación.

**Palabras clave:** Científicas nordestinas; migración interregional; estudios de posgrado en Psicología.

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 01:</b> Estrutura dos capítulos empíricos da dissertação.....	63
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**Capes** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEP** - Comitê de Ética e Pesquisa

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

**MHD** – Materialismo Histórico-Dialético

**PEC** – Psicologia Escolar Crítica

**PPG** – Programa de Pós-graduação

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclar

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	vi
CARTA À(O) LEITOR(A).....	xi
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xv
RESUMEN.....	xvii
LISTA DE FIGURAS.....	xix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xx
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO .....	06
Ser mulher na Academia.....	06
Processo migratório inter-regional nordestino.....	19
Psicologia Escolar Crítica e a trajetória na pós-graduação em Psicologia .....	37
CAPÍTULO III - OBJETIVOS .....	47
CAPÍTULO IV MÉTODO.....	48
Natureza da pesquisa .....	48
Contexto da pesquisa .....	49
Participantes .....	55
Aspectos éticos .....	58

Procedimentos para apreensão de dados .....	60
CAPÍTULO V - RESULTADOS.....	65
ESTUDO 01: A vivência da migração inter-regional de estudantes nordestinas para a pós-graduação em psicologia.....	65
Elementos impulsionadores para migração.....	65
Percurso formativo na pós-graduação.....	72
A essência da Bolsa.....	76
A produção da baixa autoestima acadêmica.....	84
ESTUDO 02: Entre fronteiras: gênero e desafios acadêmicos para nordestinas na pós-graduação em psicologia.....	86
A invisibilização das mulheres na academia.....	86
Percalços das cientistas frente à maternidade.....	91
Privilégios masculinos na ciência.....	94
CAPÍTULO VI - DISCUSSÃO.....	99
ESTUDO 01: A vivência da migração inter-regional de estudantes nordestinas para a pós-graduação em psicologia.....	99
ESTUDO 02: Entre fronteiras: gênero e desafios acadêmicos para nordestinas na pós-graduação em psicologia.....	100
CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
CAPÍTULO VIII – CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO.....	104

REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS.....	138

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

O presente escrito trata-se de uma pesquisa que visa compreender acerca da trajetória acadêmica de cientistas nordestinas que realizaram o processo de migração inter-regional em razão da vivência da pós-graduação em Psicologia, fundamentando-se na perspectiva da Psicologia Escolar Crítica - PEC. Tal investigação revela-se essencial em virtude da interseccionalidade de fatores que afetam essas mulheres, como gênero, origem geográfica, etnia e status socioeconômico, ao mesmo tempo em que questiona os alicerces de uma sociedade marcada pela hegemonia patriarcal e as dinâmicas excludentes do sistema educacional brasileiro.

Historicamente, as mulheres sofreram uma série de limitações impostas pelo patriarcado, que dificultaram seu acesso à educação formal e, mais especificamente, à educação superior. Apesar de avanços significativos ao longo do século XX, a sub-representação feminina nos espaços acadêmicos ainda é uma realidade que persiste em diversas áreas, sobretudo nas ciências humanas. A desigualdade de gênero é amplamente visível na distribuição de cargos de liderança acadêmica e na concessão de financiamentos para pesquisas, onde as mulheres continuam a enfrentar obstáculos que limitam sua ascensão e reconhecimento.

No entanto, quando se trata das mulheres nordestinas, essa realidade adquire contornos ainda mais específicos. O Nordeste, historicamente marcado por movimentos migratórios em busca de melhores condições de vida, encontra-se envolto em estereótipos discriminatórios que influenciam a percepção e o tratamento das suas populações em regiões economicamente mais desenvolvidas, como o Sul e o Sudeste. As mulheres nordestinas, ao migrarem para esses centros acadêmicos, não apenas carregam consigo as marcas dessas migrações tradicionais,

mas também enfrentam barreiras de gênero que as situam em uma posição ainda mais vulnerável no ambiente acadêmico.

A migração, nesse contexto, assume um papel central, especialmente para aquelas que buscam oportunidades de formação avançada. Os programas de pós-graduação, majoritariamente concentrados no eixo Sul-Sudeste, impõem às cientistas nordestinas o desafio de deslocar-se de suas regiões de origem. Tal deslocamento não se trata apenas de uma mudança geográfica, mas de um processo de inserção em espaços acadêmicos historicamente construídos sob a égide de uma visão hegemônica que subestima as contribuições das mulheres, especialmente as provenientes de regiões periféricas.

Nesse cenário, a Psicologia Escolar Crítica emerge como uma ferramenta teórica fundamental para compreender o processo educativo em sua totalidade. A PEC desafia as visões individualizantes e meritocráticas da educação, propondo uma análise mais profunda dos fatores bio-psico-sócio-histórico-culturais que permeiam a experiência acadêmica. Ao olhar para a migração de mulheres nordestinas, a PEC nos permite entender como o processo educacional é influenciado por uma série de fatores que vão além da sala de aula, incluindo a relação entre o estudante e sua comunidade de origem, as dinâmicas familiares, as questões econômicas e os contextos políticos locais e nacionais.

Ademais, as mulheres nordestinas que optam pela migração acadêmica enfrentam um ambiente hostil, muitas vezes permeado por discursos xenofóbicos e preconceituosos, que refletem as desigualdades regionais e as disparidades históricas do país. A migração, assim, não é apenas um movimento físico, mas uma experiência que carrega consigo uma carga simbólica de resistência e superação. A migração inter-regional, por sua vez, revela-se como um processo paradoxal: enquanto representa uma oportunidade de crescimento acadêmico e profissional, também escancara as barreiras institucionais e sociais que as cientistas nordestinas enfrentam ao buscar reconhecimento em centros de excelência acadêmica. A falta de políticas

públicas que considerem as especificidades da mulher migrante nordestina, especialmente em programas de pós-graduação, contribui para o aprofundamento dessas desigualdades. As barreiras impostas pela falta de infraestrutura de apoio, como creches e programas de flexibilização para mães pesquisadoras, agravam ainda mais a situação, levando muitas mulheres a abandonarem seus projetos acadêmicos. A maternidade, nesse contexto, surge como um fator que intensifica a exclusão, uma vez que as instituições não estão preparadas para lidar com as demandas dessas mulheres, que frequentemente precisam equilibrar suas responsabilidades familiares com as exigências da carreira acadêmica.

Por outro lado, as redes de apoio, ou a ausência delas, desempenham um papel crucial na experiência das cientistas nordestinas. Distantes de suas famílias e de suas comunidades de origem, essas mulheres frequentemente encontram-se isoladas, sem o suporte emocional e prático necessário para enfrentar os desafios da vida acadêmica. A distância geográfica exacerba a sensação de solidão, enquanto as redes de apoio institucionais permanecem insuficientes para suprir as necessidades dessas pesquisadoras.

Ainda nesse sentido, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica fundamental para compreender como diferentes opressões – de gênero, classe e etnia – se sobrepõem na vida das cientistas nordestinas. As experiências dessas mulheres, marcadas pela migração e pela exclusão acadêmica, revelam as complexas interações entre essas diversas formas de opressão, que se manifestam tanto nas esferas simbólicas quanto nas práticas institucionais. A perspectiva interseccional permite, assim, um olhar mais amplo sobre os desafios enfrentados pelas mulheres nordestinas na academia, destacando a necessidade de políticas afirmativas que levem em consideração essas múltiplas dimensões da desigualdade.

Ao longo desta dissertação, busca-se não apenas lançar luz sobre as dificuldades enfrentadas pelas cientistas nordestinas, mas também discutir possíveis caminhos para a superação dessas barreiras. É imperativo que as universidades brasileiras se engajem em um

processo de reflexão e transformação, adotando políticas institucionais que promovam a equidade de gênero e a inclusão de mulheres de todas as regiões do país. Isso inclui a criação de programas de apoio específicos para mães pesquisadoras, a ampliação de licenças-maternidade, a flexibilização de horários e o fortalecimento de redes de apoio dentro das próprias universidades.

Além disso, é crucial que as políticas públicas voltadas para a ciência e a educação no Brasil reconheçam as desigualdades regionais e promovam ações que busquem corrigir essas disparidades. A descentralização dos programas de pós-graduação, aliada a políticas afirmativas regionais, pode representar um passo importante nesse sentido, garantindo que as mulheres nordestinas tenham acesso a oportunidades acadêmicas em suas próprias regiões, sem a necessidade de migração.

Justifica-se este estudo pela necessidade de analisar os impactos das desigualdades regionais e de gênero no acesso e permanência das mulheres nordestinas na pós-graduação em Psicologia, destacando a centralidade da migração acadêmica como um fenômeno que reflete as disparidades estruturais do sistema educacional brasileiro. Diante do desenvolvimento concentrado nas regiões Sul e Sudeste, as mulheres do Nordeste enfrentam não apenas barreiras socioeconômicas, mas também as limitações impostas pela subvalorização das universidades situadas fora dos grandes centros. A migração dessas acadêmicas em busca de melhores oportunidades revela, ainda, o entrelaçamento de questões de gênero, etnia e classe social, ressaltando a importância de investigar as formas de exclusão e resistência enfrentadas por elas. Portanto, este estudo se justifica pela urgência em compreender esses processos e contribuir para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e equitativas, que considerem a diversidade regional e de gênero no ensino superior.

Os objetivos desta pesquisa, incluem a análise das experiências de mulheres nordestinas migrantes na pós-graduação em Psicologia, destacando os principais desafios enfrentados

durante sua trajetória acadêmica e as estratégias utilizadas para superar barreiras institucionais e sociais. Pretende-se, ainda, identificar como essas trajetórias são influenciadas pelas desigualdades regionais e pelo acesso desigual aos recursos acadêmicos, observando o impacto do deslocamento para regiões mais desenvolvidas do país. Além disso, o estudo busca propor reflexões sobre como políticas públicas de incentivo à inclusão e distribuição equitativa de recursos poderiam mitigar esses desafios, promovendo uma maior equidade no sistema de ensino superior.

O método adotado para o desenvolvimento desta pesquisa será uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de história oral para coletar depoimentos de mulheres nordestinas que migraram para outras regiões do Brasil em busca de oportunidades acadêmicas. Através de entrevistas semiestruturadas, será possível compreender em profundidade as vivências dessas acadêmicas, dando voz a suas experiências e estratégias de resistência diante das barreiras regionais e de gênero. A análise dos dados será orientada por uma perspectiva interseccional, considerando as dimensões de gênero, classe e regionalidade. A pesquisa será conduzida em conformidade com os princípios éticos, garantindo o anonimato das participantes e o respeito às suas narrativas.

Este estudo pretende contribuir significativamente para o debate sobre as desigualdades no ensino superior brasileiro, oferecendo uma análise detalhada das trajetórias de mulheres nordestinas na pós-graduação em Psicologia. Ao focar nas experiências de migração e nas barreiras enfrentadas por essas acadêmicas, espera-se que os resultados forneçam subsídios relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam maior inclusão e justiça social no ambiente acadêmico. O reconhecimento dessas experiências pode, assim, estimular a criação de programas mais equitativos, capazes de mitigar os efeitos das desigualdades regionais e de gênero que ainda permeiam o sistema universitário brasileiro.

## CAPÍTULO II

### REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo, estruturado em três seções, apresenta o referencial teórico e os estudos empíricos que fundamentaram esta investigação. A primeira seção trata da trajetória feminina na academia, bem como dos entraves vivenciados. A segunda seção apresenta a concepção teórica acerca da migração, interrelacionando-a com a migração nordestina no Brasil. A terceira seção aborda o arcabouço teórico da Psicologia Escolar Crítica em relação ao objeto de estudo proposto.

#### **Ser mulher na academia**

Em meio a contemporaneidade, as discussões sobre gênero ganham crescente importância nas diferentes áreas do conhecimento. Destaca-se a contribuição do renomado sociólogo Bourdieu (1999). Para o autor a dominação do homem sobre a mulher ocorre principalmente por meio de intrincados mecanismos simbólicos. Esses mecanismos se manifestam em atos de trocas simbólicas, como, por exemplo, a fala e demais comportamentos, todos enraizados nos *habitus* culturais. Eles se tornam naturalizados, estabelecendo-se de maneira arraigada na sociedade e perpetuando-se ao longo do tempo (Borges, 2014).

Bourdieu (1999), argumenta que a dominação masculina opera através de *habitus*, estruturas internalizadas que moldam nossas ações e percepções, muitas vezes de forma inconsciente (Bourdieu, 1999). Esses *habitus* refletem as trocas simbólicas, como a linguagem e as normas sociais, que reforçam as relações hierárquicas entre os gêneros. Esse processo torna-se particularmente eficaz por ser invisível, pois se naturaliza ao ponto de não ser percebido como opressão.

No entanto, essa análise é limitada quando colocada em confronto com teorias feministas contemporâneas que ampliam a compreensão sobre gênero. Bourdieu não aborda

com a devida profundidade as complexidades da interseccionalidade – um conceito central para o feminismo atual, introduzido por Kimberlé Crenshaw (1989), que examina como diferentes eixos de opressão, como raça, classe, sexualidade e gênero, se cruzam e criam experiências singulares de marginalização. A dominação simbólica, embora poderosa, não abarca a multiplicidade de vivências femininas e, muitas vezes, silencia as vozes de mulheres negras, indígenas, LGBTQIAP+ e de outras minorias.

Além disso, a noção de "naturalização" dos *habitus* culturais sugere que as estruturas de poder são quase inescapáveis, limitando a agência dos indivíduos para resistirem e transformarem essas normas. Isso tem sido criticado por feministas como Judith Butler (1990), que vê o gênero não como uma estrutura fixa, mas como uma performance que pode ser subvertida através de ações repetidas e resignificações. Butler sugere que o poder de transformação está nos atos cotidianos, desafiando diretamente a ideia de que os *habitus* são imutáveis.

O conceito de interseccionalidade, introduzido por Kimberlé Crenshaw (1989), amplia a análise das opressões ao integrar diferentes eixos de marginalização — gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros — que se sobrepõem, criando experiências únicas de desigualdade. Ao relacionar o debate de gênero presente na obra de Bourdieu com a interseccionalidade, é possível destacar como sua abordagem da dominação simbólica, apesar de valiosa, carece de uma visão mais ampla que leve em conta as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam em contextos diversos.

Bourdieu (1999) argumenta que a dominação masculina se perpetua através de *habitus* culturalmente naturalizados, refletindo trocas simbólicas que reforçam a hierarquia entre os gêneros. No entanto, sua análise tende a universalizar a experiência de dominação feminina, sem reconhecer que essa experiência varia significativamente de acordo com outros marcadores sociais, como raça, classe e orientação sexual. Esse é justamente o ponto onde a

interseccionalidade se torna crucial. Enquanto Bourdieu foca na dominação simbólica entre homens e mulheres, a teoria interseccional, desenvolvida principalmente por Crenshaw e outras autoras feministas negras, como Patricia Hill Collins (2000), desafiaria essa universalização ao afirmar que as opressões operam de maneira articulada e variam conforme o contexto social e histórico.

A interseccionalidade crítica de Crenshaw (1989) revela como as mulheres negras, por exemplo, vivenciam a opressão de maneira distinta das mulheres brancas, pois elas enfrentam simultaneamente o racismo e o sexismo. Isso significa que o conceito de dominação simbólica, como proposto por Bourdieu, deve ser reconsiderado à luz dessas sobreposições, reconhecendo que os *habitus* que moldam a subjetividade de uma mulher negra, pobre ou LGBTQIAP+ não são os mesmos que afetam as mulheres brancas e de classe média. Dessa forma, a interseccionalidade revela que o gênero é apenas um dos muitos eixos de opressão, e a análise de gênero deve sempre estar contextualizada dentro de uma matriz mais ampla de poder.

Além disso, autores como bell hooks (1981) e Angela Davis (1983) reforçam que a luta feminista precisa ser interseccional para evitar reproduzir as mesmas exclusões que combate. Elas argumentam que, ao se focar apenas nas relações de gênero, ignorando a raça e a classe, o feminismo tradicional ocidental corre o risco de perpetuar uma forma de opressão elitista e racialmente excludente. Esses argumentos sublinham a necessidade de expandir a teoria da dominação simbólica de Bourdieu, incorporando a noção de interseccionalidade para melhor compreender as múltiplas camadas de desigualdade que as mulheres enfrentam.

Outro aspecto relevante da interseccionalidade, trazido por Collins (2000), é o conceito de "matriz de dominação", que ilustra como as opressões não operam isoladamente, mas estão entrelaçadas em uma rede de relações sociais que simultaneamente moldam as experiências de indivíduos e grupos. Isso se alinha à crítica de que a teoria bourdieusiana de dominação simbólica, ao focar nos *habitus* culturais de forma isolada, não considera como as interações

entre diferentes formas de poder estruturam essas mesmas práticas simbólicas. Por exemplo, as mulheres em contextos de vulnerabilidade social experimentam a dominação masculina de formas mais intensas e visíveis, sendo marginalizadas não só pelo gênero, mas também pela raça, status socioeconômico e outras categorias que reforçam a desigualdade.

A interseccionalidade é um conceito que ganhou relevância a partir da obra de Kimberlé Crenshaw (1989), que destacou como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, e classismo, interagem e se sobrepõem, criando experiências singulares de marginalização para indivíduos que se encontram na interseção dessas opressões. Crenshaw cunhou o termo para ilustrar como as leis e políticas antidiscriminatórias frequentemente ignoram as experiências das mulheres negras, que são afetadas tanto pelo racismo quanto pelo sexismo de maneiras que não podem ser compreendidas isoladamente. Dessa forma, a interseccionalidade desafia as análises simplistas de poder, propondo uma visão mais abrangente e complexa da discriminação e desigualdade.

Patricia Hill Collins (2000) ampliou o debate sobre a interseccionalidade ao introduzir o conceito de "matriz de dominação", que sugere que as opressões são estruturadas por uma rede de relações sociais que incluem gênero, raça, classe e outras identidades sociais. Collins argumenta que a opressão não opera de forma isolada, mas interage em múltiplos níveis, afetando tanto os indivíduos quanto as estruturas institucionais. Essa perspectiva amplia a aplicação da interseccionalidade, permitindo que seja usada para analisar não apenas as experiências pessoais de discriminação, mas também as formas como essas opressões são institucionalizadas e reproduzidas socialmente.

Angela Davis (1983) também contribuiu para a discussão ao enfatizar como o racismo e o sexismo são entrelaçados nas experiências de mulheres negras, particularmente no contexto da luta de classes. Davis aponta que a análise feminista tradicional muitas vezes negligencia as preocupações das mulheres de cor e de classes mais baixas, perpetuando, assim, uma forma de

feminismo que é excludente e elitista. A interseccionalidade, portanto, se torna uma ferramenta importante para analisar como o poder e a opressão se manifestam de forma diferenciada dentro de grupos marginalizados e para garantir que as políticas e movimentos sociais abordem essas questões de maneira inclusiva.

bell hooks (1981) complementa essa visão ao criticar o feminismo hegemônico por sua tendência a priorizar as experiências das mulheres brancas de classe média, ignorando as lutas das mulheres negras e pobres. Para hooks, a interseccionalidade é fundamental para criar um feminismo que realmente promova a igualdade e a justiça para todas as mulheres. Ela argumenta que a luta feminista precisa considerar como o racismo, o capitalismo e o patriarcado interagem para criar sistemas de opressão que afetam de maneira diferente as mulheres dependendo de sua raça e classe. Essa abordagem interseccional, segundo hooks, é crucial para construir movimentos sociais mais inclusivos e efetivos.

Em um debate crítico, é evidente que a interseccionalidade desafia as abordagens tradicionais da discriminação, que tendem a ver as opressões de maneira isolada. Crenshaw, Collins, Davis e hooks, entre outros, mostram que uma análise interseccional oferece uma compreensão mais rica e precisa das dinâmicas de poder e exclusão. Ao integrar diferentes formas de opressão, a interseccionalidade permite a criação de soluções políticas e sociais que consideram as diversas identidades e experiências das pessoas marginalizadas. Contudo, esse debate também levanta desafios, como a dificuldade de operacionalizar a interseccionalidade em políticas públicas e a tendência, em alguns casos, de fragmentar as lutas sociais em vez de unificá-las sob um objetivo comum.

Em "O Poder do Macho" (1987), a autora Heleieth Saffiotti aborda a construção histórica do papel do homem como superior ao da mulher na sociedade brasileira. Sua análise destaca a simbiose do patriarcado como elemento explicativo para a estrutura social do país, evidenciando como práticas sociais moldaram a posição subordinada do sexo feminino. A

abordagem da dimensão "gênero e poder" torna-se crucial para compreender a lógica que submeteu a mulher a um papel coadjuvante em relação ao homem. Dessa forma, refletir sobre a inserção da mulher no espaço público, político, escolar e sua atuação no mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens, continua sendo uma necessidade premente (Mota & Bezerra, 2021).

A análise da trajetória escolar das mulheres remonta a períodos históricos em que o debate sobre o acesso feminino à educação já apresentava uma série de limitações e barreiras. No contexto do Brasil e em diversas partes do mundo, observa-se que, até o século XIX, o ensino voltado às mulheres era amplamente restrito a questões ligadas ao matrimônio e ao espaço doméstico, conferindo-lhes conhecimentos focados na gestão do lar, dos filhos e do marido (Beltrão & Alves, 2009; Almeida et al., 2020; Souza, 2021). As poucas instituições que permitiam a entrada de mulheres ofereciam uma educação limitada e moralizante, buscando formar esposas e mães dedicadas, em conformidade com os valores patriarcais da época.

Desvencilhar-se dessa estrutura opressiva, que confinava as mulheres a papéis restritos e subordinados, exigiu e exige uma longa jornada histórica e intensa mobilização. No início do século XX, com a ascensão dos movimentos feministas, a luta pelo direito à educação formal começou a ganhar força, ainda que de maneira gradativa e desiguais em diferentes contextos. Como pontuam Sabag e Braz (2020, p. 4), "as mulheres frequentemente se viram compelidas a lutar de maneira mais intensa para afirmarem seus direitos, conquistados gradualmente até os dias atuais." Essa luta não envolvia apenas a conquista de espaços educacionais, mas também o questionamento dos currículos sexistas e a demanda por uma educação que promovesse autonomia intelectual.

Criticamente, é possível afirmar que a trajetória educacional feminina esteve intimamente conectada às estruturas de poder patriarcal, que se consolidaram ao longo dos séculos e marginalizaram o potencial das mulheres. O acesso restrito à educação servia como

um mecanismo de controle social, legitimando a inferioridade intelectual feminina e justificando a exclusão das mulheres de esferas de tomada de decisão, tanto no âmbito público quanto no privado. Apenas no decorrer do século XX, impulsionado por revoluções sociais e políticas, começamos a observar mudanças significativas, com a expansão dos direitos civis e o aumento do número de mulheres nas instituições de ensino superior.

Esse avanço, contudo, não foi linear. Diversas barreiras culturais, econômicas e sociais continuaram a dificultar a ascensão das mulheres no campo educacional, especialmente para aquelas pertencentes a grupos minoritários, como mulheres negras e indígenas, que enfrentaram discriminações interseccionais. A educação, antes vista como um privilégio reservado a elites masculinas, começou a se transformar em um direito universal, mas a sua universalização efetiva exigiu – e ainda exige – movimentos contínuos de luta e transformação social, particularmente no que se refere à igualdade de gênero.

Portanto, abordar a evolução educacional feminina não é apenas tratar da história do acesso das mulheres à educação, mas também reconhecer o papel fundamental dessa trajetória na luta pelos direitos humanos e pela igualdade de gênero. A educação foi e continua sendo uma ferramenta crucial na subversão das hierarquias de gênero e na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual as mulheres possam alcançar o mesmo reconhecimento e valorização que seus colegas homens, dentro e fora das salas de aula.

No cenário brasileiro, a evolução seguiu uma trajetória análoga. As instituições educacionais disponíveis para as mulheres no século XIX refletiam uma clara segmentação de gênero. Às mulheres, em sua maioria, era destinada a educação primária, caracterizada por um enfoque em aspectos morais e sociais, voltados para fortalecer o papel da mulher enquanto mãe e esposa. Nesse contexto, a notável figura da nordestina Nísia Floresta (1810-1875), destaca-se como uma precursora emblemática na defesa do direito à alfabetização das meninas no país (Beltrão & Alves, 2009; Gazola et. al., 2022; Stascxak & Serpa, 2020).

Fazei-lhes compreender desde a infância que a mulher não foi criada para ser boneca dos salões, a mitológica ridícula divindade a cujos pés queimam falso incenso os desvairados adeptos do cristianismo. Inspirai-lhes o sentimento de sua própria dignidade e a firme resolução de mantê-la intacta e vantajosamente, por ações dignas da mulher, dignas da cristã, dignas da humanidade (Floresta, 1989, p.164)

Ao abordar a educação secundária destinada às mulheres, observa-se uma restrição notável, relegando-as predominantemente ao magistério nas Escolas Normais (Coelho, 2020). Essa circunstância específica, como destacado por Beltrão & Alves (2009, p. 128), “inviabilizou a entrada das mulheres nos cursos superiores”. Esse fenômeno não deve ser visto de maneira isolada, mas sim compreendido como um efeito cascata que reverbera ao longo do tempo, apresentando implicações que perduram até os dias atuais. A limitação no acesso à educação superior para as mulheres durante esse período histórico teve ramificações significativas, influenciando não apenas suas trajetórias profissionais, mas também contribuindo para a criação de barreiras persistentes no cenário educacional e profissional feminino.

Os impactos decorrentes do atraso no acesso das mulheres às instituições educacionais manifestam-se de maneira evidente na literatura científica, revelando uma sub-representação feminina nos domínios acadêmicos e nas ciências. Tanto no que tange a liderança em cargos de alta hierarquia quanto no tratamento dispensado às mulheres enquanto objeto de estudo, observa-se sua notável omissão. Essas práticas, entre outras, atestam a persistência de um modelo social patriarcal que persiste em atribuir à mulher um papel subalterno e subjugado (Costa et al., 2019; Stevens et. al., 2017).

Desde os primórdios, a academia se destacou pela sua hegemonia masculina caracterizada por atributos como brancura, heterossexualidade e uma perspectiva eurocêntrica, elementos que influenciaram e moldaram os estudos desenvolvidos nesse ambiente. Nesse

sentido, torna-se possível compreender a sistemática ocultação que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam no campo científico, como evidenciado, por exemplo, nos estudos sobre migrações (Costa et al., 2020; Costa et al., 2019; Costa & Carvalho, 2020).

As pesquisas realizadas até então frequentemente relegavam as mulheres a um papel secundário, abordando-as apenas como um grupo minoritário, ou quando apresentavam comportamentos que se desviavam das normas estabelecidas pelo paradigma masculino predominante. Essa abordagem limitada perpetuou estereótipos e generalizações, marginalizando as contribuições significativas das mulheres nos eventos. Essa invisibilização das mulheres nas investigações reflete não apenas uma lacuna de representatividade, mas também uma perpetuação de preconceitos e desigualdades de gênero que moldaram a produção do conhecimento científico (Jamal & Guerra, 2022).

O surgimento e consolidação do movimento feminista na década de 1960 desencadeou transformações significativas nesse cenário. A partir do ativismo, a desigualdade de gênero foi reconhecida como uma problemática digna de investigação, ampliando suas dimensões para além do âmbito puramente acadêmico e incorporando considerações políticas e sociais. No contexto brasileiro, contudo, tais mudanças puderam ser percebidas em 1978, ano marcado pelo advento do primeiro concurso de pesquisas sobre a mulher brasileira, que se revelou como um ponto de virada histórico nesse percurso (Costa et al., 2019; Conceição & Fontoura, 2020).

No entanto, apesar dos esforços para promover a igualdade de gênero na sociedade e nas universidades, ainda não conseguimos alcançar plenamente esse objetivo. A desigualdade é evidente nos investimentos em pesquisa, onde os homens costumam receber mais bolsas de financiamento do que as mulheres. Além disso, a realidade da dupla jornada de trabalho representa um desafio significativo, devido à sobrecarga de responsabilidades domésticas de cuidado (Antloga et al., 2020).

A árdua herança do trabalho doméstico destinado às mulheres renomeia-se como trabalho de cuidado. Corresponde a dedicação aos pais, a administração do lar, a criação dos filhos e o suporte ao marido, abarcando uma ampla gama de responsabilidades, muitas vezes subestimadas e veladas neste ofício. Infelizmente, socialmente subestimado, este papel vital é frequentemente negligenciado. Portanto, ao contemplar a interligação entre a atuação das mulheres nos domínios privado e público, é imperativo reconhecer a dupla jornada de trabalho a que são submetidas (Schneider, 2020).

Segundo o Relatório da ONU Mulheres - "Famílias em um Mundo em Transformação: Progresso das Mulheres no Mundo" (tradução própria) - a disparidade na carga de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado entre homens e mulheres é alarmante em escala global. Estima-se que as mulheres desempenham aproximadamente três vezes mais atividades domésticas e de cuidados não remunerados do que seus colegas masculinos. Condições como residir em áreas rurais, em lares economicamente desfavorecidos, o estado civil de casada e a presença de filhos pequenos contribuem para aumentar significativamente as horas de trabalho dedicadas pelas mulheres (ONU Mulheres, 2019).

A vivência da maternidade exerce uma influência adversa no desempenho profissional, revelando-se em todos os estratos sociais. Especificamente, mulheres com níveis educacionais mais elevados enfrentam um impacto mais pronunciado devido à interrupção de suas trajetórias profissionais. A literatura aponta a supremacia feminina nas etapas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Esse domínio evidencia a busca constante por melhores qualificações e aprimoramento profissional no âmbito científico, com sucesso predominante nessa empreitada (Martins & Marinho, 2020; Schneider, 2020, Zanello et al., 2022).

Todavia, a preocupação materna, especialmente no cuidado diário com os filhos, contribui para uma disparidade na produtividade científica das mulheres em relação aos homens. Essa sobrecarga do trabalho reprodutivo resulta em um ritmo desigual de

produtividade, destacando uma das várias causas para a queda na participação feminina nesse campo. Notavelmente, a paternidade não gera impactos significativos no desempenho profissional masculino, ao contrário das mulheres (Schneider, 2020; Martins & Marinho, 2020).

Outrossim, a presença intrínseca do assédio e violência sexual no cenário acadêmico, o qual se caracteriza por ser um ambiente tensionado e estressante, especialmente para as mulheres. Um contingente significativo de alunas vivencia o temor constante de serem vítimas de violência nas dependências da universidade, o que as leva a evitar diversas atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão como medida de autopreservação (Stevens et. al., 2017; Almeida & Zanello, 2022).

As repercussões destas formas de violência reverberam na desistência de projetos acadêmicos, abandono de cursos, e acarretam sequelas persistentes para aquelas que experienciam tais agressões. Dentre as consequências mais comuns, destacam-se desde dores de cabeça, traumas físicos como quebras e torções, até manifestações psicológicas difusas como depressão, insônia e pensamentos suicidas. O sofrimento mental, o abuso de álcool e outras substâncias, bem como queixas ginecológicas, também figuram entre os desdobramentos (Yannoulas, 2013).

Apesar do cenário desfavorável, é notório o aumento da presença feminina na ciência e em áreas de conhecimento tradicionalmente dominadas por homens. Tal crescimento reveste-se de significativa importância ao proporcionar maior visibilidade a essa categoria, promovendo ações de incentivo ao investimento em pesquisas, políticas públicas e institucionais, bem como reconhecimento pelo trabalho já desempenhado. Esse progresso não apenas contribui para uma maior diversidade e inclusão no ambiente acadêmico, mas também destaca a necessidade contínua de medidas que fortaleçam a equidade de gênero na carreira científica (Conceição & Teixeira, 2020).

A problemática das mulheres na ciência, conforme discutida anteriormente, destaca o impacto do patriarcado em diferentes instâncias de suas trajetórias acadêmicas, revelando uma semelhança no âmago desse impacto, apesar dos desafios distintos relacionados a critérios como classe, raça, sexualidade e demais aspectos (Antloga et al., 2020; Cunha et al., 2021). No entanto, é necessário voltar-se a um contexto não abordado até então, que se trata da origem geográfica das pesquisadoras.

Dados coletados pelo GeoCapes (2022), responsável por quantificar informações do Portal de Periódicos da Capes, revelam que em 2022 a região Nordeste, composta por 9 estados, possuía aproximadamente 972 cursos de pós-graduação. Em contrapartida, a região Sudeste, com 4 estados, contava com 1.993 cursos. Essa disparidade na oferta de vagas entre as regiões cria um abismo perceptível. No caso das pesquisadoras nordestinas, essas discrepâncias se somam às particularidades de gênero, agravando ainda mais os desafios enfrentados no campo científico. Assim, a combinação de fatores patriarcais e disparidades regionais acentua as dificuldades enfrentadas por mulheres na ciência.

A disparidade regional evidenciada nos dados do GeoCapes (2022) no acesso à pós-graduação pode impactar diretamente o acesso ao campo científico. Mulheres provenientes de regiões com maior concentração de cursos de pós-graduação podem ter uma trajetória mais facilitada para integrar-se à comunidade científica e, conseqüentemente, contribuir para a produção do conhecimento em virtude do número de vagas. Em contrapartida, as mulheres de regiões com menor oferta de cursos enfrentam limitações adicionais para ingressar nesse ambiente acadêmico.

A identidade do pesquisador, compreendendo elementos como quem são, onde residem e os pressupostos teóricos e epistemológicos que adotam, exerce uma influência significativa sobre o conhecimento que produzem. Nesse contexto, ao considerarmos a concepção de que as mulheres, em sua maioria, conduzem pesquisas sobre temáticas femininas (Costa et al., 2019)

e necessitam integrar-se à comunidade científica para tal, a origem geográfica também exerce uma influência marcante.

A distribuição de bolsas da Capes segue uma dinâmica similar a esse parâmetro. Segundo o GeoCapes (2022), o financiamento de pesquisadores apresentou a seguinte distribuição: Sudeste - 45.042 bolsas e Nordeste - 16.317 bolsas. Novamente, torna-se evidente a desigualdade regional. Compreende-se os critérios e fatores considerados para essa alocação, no entanto, é crucial problematizá-los e promover uma reflexão crítica. Essa abordagem se faz necessária para que haja um estímulo efetivo à pesquisa e à permanência na pós-graduação, assegurando uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades entre as diferentes regiões do país.

A reflexão crítica sobre a alocação de bolsas Capes e de mais agências de financiamento contribui para a promoção da justiça social, assim como para o enriquecimento da diversidade de perspectivas na pesquisa acadêmica. Uma distribuição mais equilibrada de recursos pode não apenas beneficiar as mulheres em suas carreiras acadêmicas, mas também fortalecer a produção de conhecimento em áreas que, de outra forma, poderiam estar sub-representadas ou negligenciadas. Portanto, a análise cuidadosa desses dados é essencial para orientar políticas que incentivem a pesquisa de forma abrangente e inclusiva, refletindo a diversidade e as necessidades de todas as regiões do Brasil (Santos et al., 2020; Guimarães et. al., 2020).

Na psicologia, apesar da presença em todas as modalidades de bolsa, as mulheres ocupam proporcionalmente menos posições no topo da carreira. Ademais, há em mesma medida a invisibilidade de mulheres negras e indígenas, a qual tem suas raízes no projeto moderno colonial. (Cunha et. al., 2021). Diante disso, a análise desses dados ressalta a importância de uma distribuição equitativa do financiamento acadêmico para promover pesquisas abrangentes e representativas em todo o território nacional

A obra de Butler (2014) destaca que a presença das mulheres na ciência e na divulgação científica, diante da persistente desigualdade de gênero, assume uma dimensão política e empoderadora. Ao ocuparem esses espaços, as mulheres expõem a vulnerabilidade resultante do sexismo, misoginia, defesa de privilégios masculinos, bem como das hierarquizações e violências, tanto físicas quanto simbólicas, que deles derivam.

A análise ressalta a importância de promover iniciativas que busquem democratizar o acesso à educação superior e à pesquisa, ampliando as oportunidades para mulheres provenientes de diversas origens e regiões do Brasil. Nesse cenário, torna-se crucial não apenas ouvir, mas também narrar adequadamente as vivências e trajetórias das cientistas que, por motivos singulares, optaram por migrar entre regiões em busca dos grandes centros para dedicarem-se à produção de conhecimento. Surge, assim, a necessidade urgente de estudos que ofereçam uma visão autêntica da perspectiva da pesquisadora nordestina e migrante no contexto da pós-graduação.

### **Processo migratório interno nordestino e a pós-graduação**

A migração de estudantes, especialmente em contextos de ensino superior, é um fenômeno que tem sido amplamente estudado por diversos pesquisadores, incluindo Thais França. França (2014) aborda a migração acadêmica como um processo multifacetado, no qual fatores econômicos, sociais e culturais se entrelaçam, moldando as trajetórias de estudantes que deixam suas regiões de origem em busca de melhores oportunidades educacionais. A autora ressalta que, embora a migração acadêmica possa ser vista como um passo importante no avanço pessoal e profissional, ela também implica uma série de desafios, particularmente para grupos que enfrentam discriminações interseccionais, como as mulheres e estudantes de regiões periféricas, como o Nordeste brasileiro.

Em seus estudos, França (2016) destaca que a escolha de migrar para outro estado ou país está frequentemente relacionada à busca por uma formação de melhor qualidade ou pelo acesso a programas de pós-graduação que não estão disponíveis em sua região de origem. No entanto, a autora chama atenção para os impactos emocionais e sociais dessa migração, que muitas vezes inclui a separação de redes de apoio, como a família e amigos, o que pode aumentar a vulnerabilidade dos estudantes, especialmente as mulheres. A experiência de estar longe dessas redes, em um ambiente acadêmico competitivo, agrava as dificuldades enfrentadas pelas estudantes migrantes, exigindo políticas institucionais que levem em consideração essas especificidades.

França (2018) também discute a migração como um processo de construção identitária. Segundo a autora, as estudantes migrantes frequentemente têm que negociar suas identidades regionais, de gênero e de classe em novos contextos acadêmicos, onde podem ser vistas de forma estereotipada ou marginalizada. Ela explora como o preconceito regional, por exemplo, pode impactar a experiência dessas mulheres, que enfrentam tanto o machismo quanto a xenofobia dentro das instituições educacionais. A migração, portanto, não é apenas uma mudança física, mas envolve profundas transformações nas formas como as estudantes são percebidas e como elas percebem a si mesmas.

Nesse sentido, França (2014) argumenta que a migração acadêmica de mulheres nordestinas, em particular, é marcada por uma série de barreiras que vão além das questões econômicas. As estudantes precisam lidar com um ambiente acadêmico dominado por uma lógica masculina e eurocêntrica, que muitas vezes desconsidera ou minimiza as contribuições e as perspectivas de regiões periféricas. A autora sugere que as instituições de ensino superior precisam repensar suas políticas de inclusão, ampliando não apenas o acesso, mas também as condições de permanência para estudantes de contextos menos privilegiados, como as mulheres migrantes do Nordeste.

Além disso, França (2016) propõe que as Universidades adotem abordagens interseccionais em suas políticas institucionais, reconhecendo as múltiplas formas de opressão que afetam as estudantes migrantes. Ela defende a implementação de políticas afirmativas que considerem não apenas o gênero, mas também a região de origem e a classe social como critérios importantes para a concessão de bolsas de estudo e outros tipos de suporte. Para a autora, essas medidas são fundamentais para garantir que as estudantes migrantes tenham as mesmas oportunidades de sucesso que seus colegas de outras regiões.

Por fim, a análise de Thais França sobre a migração acadêmica também aponta para a necessidade de maior diálogo entre as regiões e suas especificidades culturais e sociais. Ela enfatiza que a migração não deve ser vista apenas como um processo de perda, mas também como uma oportunidade para enriquecer o ambiente acadêmico, trazendo novas perspectivas e vozes para o debate científico. As estudantes migrantes, com suas vivências e conhecimentos locais, podem contribuir de forma significativa para a diversidade e a inovação dentro das universidades, desde que sejam dadas as condições adequadas para que isso aconteça.

De maneira ampla, a movimentação humana entre localidades se manifestou de distintas maneiras no decorrer do tempo, desde os agrupamentos de nômades em busca de subsistência, perpassando o período das grandes navegações até as notórias migrações internacionais na contemporaneidade. Dada sua complexidade, os movimentos migratórios são analisados por diferentes perspectivas teóricas em virtude de sua causalidade e elementos singulares que os caracterizam (Correia, 2020).

A presença de inúmeras correntes teóricas que se aprofundam na temática da migração, em sua maioria centradas em migrações internacionais, gera uma série de discordâncias entre os estudiosos, envolvendo distintas premissas do contexto histórico-cultural em que foram concebidas. Todavia, é de comum acordo às abordagens que o cerne do entendimento da

mobilidade humana está associado a assimetria econômica entre territórios sendo crucial. (Salim, 1992; Ismael, 2020).

Embora Santos et al. (2010, p. 5) acreditem que “nenhuma teoria, por si só, é capaz de abranger todos os aspectos de um fenômeno complexo e multifacetado como o fenômeno migratório” desde o século XIX foram elaboradas abordagens a fim de compreender e explicar os deslocamentos humano. Desse modo, reconhece-se a fragilidade dos conceitos pensados em um contexto histórico distante e que as considerações devem ser realizadas de modo crítico (Tavares, 2023)

Os modelos teóricos se dividem em três eixos principais. O primeiro eixo compreende a Teoria Macroeconômica Neoclássica, fundamentada no diferencial geográfico do mercado de trabalho, e o Enfoque Histórico-Estrutural, que condiciona a migração às disparidades econômicas entre regiões. O segundo eixo trata da migração sob a ótica do indivíduo, evidenciando a tomada de decisão racional, como observado na Teoria Microeconômica Neoclássica e na Teoria do Capital Humano. E por fim, o terceiro aspecto que aborda as famílias ou domicílios como agentes representativos no processo decisório relacionado à migração (Miranda, 2019; Ferreira et al., 2021).

O geógrafo Ernst Georg Ravenstein (1885) é reconhecido como o pioneiro nas investigações do fenômeno migratório através de sua obra intitulada “As leis da migração”, publicizado no final do século 19. Sob influência do contexto histórico da Segunda Revolução Industrial na Grã-Bretanha o autor inaugura a corrente de pensamento Histórico-Estruturalista (Correia & Almeida, 2022).

Em sua obra literária, Ravenstein fundamenta a análise crendo que as migrações ocorrem em curta distância, especificamente da esfera rural para a urbana, um panorama que se delineia em decorrência do contexto da Segunda Revolução Industrial vivenciado. O autor

postula que as causas preponderantes dessas migrações se revestem de natureza econômica, evidenciando-se na saída de regiões menos favorecidas e agrárias para áreas de intensa atividade comercial e industrial. Sendo esse processo migratório o fator essencial de crescimento das grandes cidades de destino (Carneiro, 2022; Tavares, 2023).

Outrossim, dentro de sua própria teoria, o autor realiza um delineamento sociodemográfico desses migrantes, ao destacar que predominantemente consistem em homens adultos sozinhos. Isto é, a migração de núcleos familiares completos, por sua vez, ocorreria de forma mais excepcional, em virtude das complexidades enfrentadas nesse processo. Além disso, o autor assinala que as mulheres demonstram uma mobilidade interna mais expressiva em comparação aos homens e que estes, por sua vez, teriam a tendência de migrar para destinos mais distantes (Pereira & Horn, 2023; Vilarim, 2022).

Embora Ravenstein seja considerado o precursor nos estudos migratórios, sua obra sofreu uma série de críticas por ser considerada positivista em demasia, por visualizar o fenômeno de uma maneira generalista e possuir uma ausência de aparato teórico aprofundado, dentre outras condenações. Todavia, foi seguindo a perspectiva histórico-estrutural de Ravenstein que uma nova teoria foi desenvolvida pelo demógrafo americano Lee (1980), sendo considerada a mais abrangente já formulada (Niu, 2022; Colla et al., 2020).

Lee (1980) criou a denominada teoria da atração e expulsão (push-pull, em inglês), que consiste na ideia de que tanto no local de origem quanto o de destino possuem características capazes de atrair (push) ou expulsar (pull) pessoas em provável mobilidade. Dessa maneira, a forma como essas particularidades intercorrem a subjetividade, os objetivos dos sujeitos e as questões pessoais seriam decisivas para a migração ocorrer. Portanto, os fatores negativos para permanecer no local e migrar deveriam ser fortes o suficientes para superar a permanência no local de origem (Campos, 2019; Mlambo & Adetiba, 2020).

Singer (1980), ao representar a Teoria Macroeconômica Neoclássica e adotar uma perspectiva histórico-estrutural sobre as migrações, propôs analisar o processo de industrialização e as desigualdades regionais que se manifestam no deslocamento da mão de obra em busca de oportunidades de trabalho. Em sua visão, as migrações são intrinsecamente condicionadas pela história, emergindo como resultado de um complexo processo global de mudança capitalista do qual não podem ser dissociadas (Gevehr & Bassan, 2019; Ferreira et al., 2022).

Nesse sentido, a Teoria Macroeconômica amplia a análise das causas da migração para além de custos e benefícios. Há, portanto, a consideração do contexto econômico e social do indivíduo. Seu principal enfoque recai sobre as disparidades salariais e as divergências nas condições e ofertas de emprego entre a região de origem e o local de destino, bem como os custos associados à movimentação. A motivação primordial para as migrações residiria nas desigualdades regionais, as quais delineiam as áreas de origem e destino, sendo estas, principalmente, moldadas pela demanda por mão de obra (Adão, 2021; Araújo, 2021).

Todavia, há um distanciamento primordial entre a abordagem histórico-estruturalista e a teoria macroeconômica que ocorre na compreensão dos efeitos das migrações. Correria (2020, p. 267) afirma que “enquanto os macroeconomistas defendem que a migração corrige os desequilíbrios regionais, para os autores da visão histórico-estruturalista as migrações têm consequências negativas, aumentando as desigualdades regionais.”

Não obstante, a Teoria Microeconômica Neoclássica proposta por Todaro (1980) parte do pressuposto de que os indivíduos dispõem de informações detalhadas acerca das disparidades de renda entre as regiões. Dentro dessa perspectiva, os migrantes são concebidos como agentes racionais que, por meio de cuidadosos cálculos de custo-benefício de médio e longo prazo (incluindo despesas de transporte, mudança, o custo subjetivo de viver distante da

família e o próprio custo de vida na cidade escolhida) decidem migrar com o intuito de maximizar a utilidade de suas escolhas (Rivas, 2023; Viteri & Díaz, 2021).

A tomada de decisão migratória, segundo essa teoria, envolve uma análise meticulosa dos custos relacionados à migração. Todavia, para além desse aspecto, os benefícios englobam ganhos salariais, satisfação pessoal, aprimoramento na qualidade de vida, entre outros fatores são considerados da mesma forma. Nesse sentido, o destino do migrante é escolhido mediante a observação de locais nos quais suas habilidades pessoais serão mais recompensadas, antevendo perspectivas de retorno positivo (Suárez & Martínez, 2022; Pimenta et al., 2021).

No âmbito da abordagem microeconômica, a teoria do capital humano oferece uma perspectiva em que o indivíduo é retratado como um agente econômico que direciona recursos significativos para aprimoramento de sua capacidade produtiva. Este processo de investimento abarca diversas dimensões, indo desde a busca por uma sólida formação educacional até a obtenção de qualificações profissionais especializadas voltadas para o destino, bem como a pesquisa minuciosa de informações acerca do local para migração (Carvalho & Afonso, 2021; Campos, 2022).

A decisão do indivíduo de empreender esses esforços é guiada por uma convicção subjacente: a de que tais aportes representam um investimento substancial em seu potencial produtivo. A percepção é de que, ao investir em educação, qualificação e saúde, entre outros elementos, está-se assim construindo uma base robusta para gerar retornos econômicos mais expressivos no futuro. Mesmo diante da inevitabilidade de custos significativos a curto prazo, a visão estratégica é direcionada para a colheita de ganhos financeiros mais substanciais em um horizonte temporal mais amplo (Ibiapina, 2019; Correia & Almeida, 2022).

A teoria microeconômica conta também com a teoria da nova economia de migração que apresenta as decisões relativas à migração como não formuladas de maneira individual,

mas sim por unidades maiores, em geral, familiares. Nesse paradigma, os indivíduos atuam com o objetivo de alcançar um certo nível de renda, assim como para minimizar os riscos de perda de bem-estar. Essa mitigação de riscos é alcançada por meio da diversificação dos recursos do domicílio, implicando assim que enquanto alguns membros se dedicam a atividades econômicas locais, outros podem ser direcionados para mercados de trabalho em diferentes localidades (Noguera et al., 2021; Lopes, 2021).

Observa-se, assim, uma seletividade entre os migrantes, destacando a influência das estruturas de gênero sobre quem decide migrar, para onde e por quanto tempo. Esse fenômeno acentua a importância das dinâmicas familiares na formulação das decisões migratórias, evidenciando a complexidade das interações familiares na busca por otimização das condições econômicas e de bem-estar (Silva et al., 2020).

A análise dessas interações revela que as decisões migratórias não são tomadas de forma isolada, mas são moldadas por fatores inter-relacionados, como papéis de gênero, expectativas familiares e aspirações individuais. As estruturas de gênero, por exemplo, podem influenciar as oportunidades de emprego disponíveis para homens e mulheres em diferentes destinos, impactando diretamente as escolhas migratórias (Mejía & Scarpin, 2019; Bandeira et al., 2023).

No terceiro ponto, sob a ótica da Teoria das Redes, há uma ampliação na compreensão dos principais fatores que influenciam o processo decisório relacionado à migração, transcendendo os aspectos familiares e econômicos anteriormente abordados. Essa perspectiva sugere que as redes migratórias, formadas por laços que conectam migrantes a potenciais migrantes, ao compartilhar conhecimentos, contatos, relações e informações na sociedade de destino, favorecem o fenômeno migratório. Isso ocorre, pois, essa dinâmica reduz os riscos e facilita tanto a migração internacional quanto a integração na sociedade de destino (Massey et al., 1993; Zanella & Cheron, 2020; Moreira & Borba, 2021)

Com o intuito de mitigar os desafios inerentes ao processo migratório e facilitar a identificação do migrante em seu novo destino, surgem estratégias para reduzir riscos bem como estabelecer uma conexão com o local de chegada. Essa conexão vai além da presença de conterrâneos, abrangendo a formação de redes, o compartilhamento de hábitos e costumes similares. Além disso, implica na criação de ambientes nos quais as práticas deixadas para trás possam ser revividas. Desse modo, o migrante constrói um território com características híbridas, vivenciando a resignificação do novo espaço e a construção da territorialização durante o processo de reterritorialização (Lopes et al., 2023; Boas & Ichikawa, 2020; Neto, 2021).

Nesse contexto, nota-se que a análise das origens e implicações do deslocamento pode ser abordada por diferentes perspectivas. Contudo, no seu cerne, a migração é reconhecida como a ação de se transferir de um território específico para outro. As teorias apresentadas enfatizam a mobilidade como um ato voluntário. Entretanto, há a denominada migração forçada que se configura “no deslocamento obrigatório das populações por motivos de guerras, perseguições étnicas, políticas ou religiosas, desastres naturais” (Rosa et al., 2019, p. 143).

Portanto, é conhecido que as migrações podem ocorrer por escolha pessoal ou de forma compulsória. Nesse contexto, Silva et al. (2021) elabora acerca das distintas modalidades desse fenômeno, abarcando esferas internacional, nacional, interestadual, intrarregional ou intraestadual/intermunicipal. Importa ressaltar, igualmente, a possibilidade de natureza transitória ou definitiva. Dessa maneira, as particularidades de cada modalidade devem ser ponderadas, uma vez que podem proporcionar experiências singulares aos indivíduos.

A migração internacional é conceituada como o deslocamento de indivíduos de seu país natal para uma nação estrangeira, implicando, por conseguinte, na transposição de fronteiras internacionais. Em contraste, a migração interna ou nacional, objeto de estudo deste trabalho,

é caracterizada pelo deslocamento de pessoas de uma determinada região para outra dentro dos limites territoriais do seu próprio país, conforme delineado por Rosa et al (2019).

Dentro do enquadramento teórico das migrações, os autores Todaro (1980) - na Teoria Macroeconômica Neoclássica - e Singer (1980) - na Teoria Microeconômica Neoclássica - sobressaíram-se no estudo das movimentações internas dos países em desenvolvimento na década de 70. O foco de análise voltou-se também, nesse período, para o fenômeno da migração rural-urbana, observado de maneira similar no contexto brasileiro (Jesus, 2020)

Não obstante, a migração interestadual/inter-regional refere-se à mobilidade entre estados de um mesmo país, notadamente com uma longa distância entre si. Nesse sentido, a migração intrarregional engloba o deslocamento entre estados de uma mesma região, exemplificado pela movimentação entre Ceará e Piauí, no Nordeste. E por fim, a migração intraestadual que se trata da movimentação dentro de apenas um estado, isto é, entre os municípios (Silva et al., 2021).

No Brasil, a evolução dos padrões migratórios, particularmente os internos, está intrinsecamente associada à notável disparidade econômica entre as diversas regiões do país. O avanço da industrialização, juntamente com o desenvolvimento de fronteiras agrícolas, predominantemente concentradas no Sudeste, incitou de maneira significativa a migração em direção a essa região. Observou-se assim uma tendência de deslocamento das áreas menos desenvolvidas em direção às mais desenvolvidas como apontava a perspectiva histórico-estrutural (Nunes et al., 2017; Baeninger, 2012).

Nesse contexto específico, para os residentes da região Nordeste do Brasil, os fatores climáticos adversos, as condições políticas desafiadoras e o amplo desenvolvimento industrial no Sudeste se configuraram como estímulos fundamentais para a migração interna em meados

da década de 1950. Esse movimento intenso ganhou relevância diante da situação de carência evidente, da fome persistente e da vulnerabilidade decorrentes das secas que assolaram a região caracterizado assim o “êxodo rural” (Silva, 2020; Florêncio, 2023)

A mudança geográfica, nesse contexto, tornou-se uma jornada fundamental na busca por uma qualidade de vida mais digna. Essa empreitada transcendeu a simples melhoria das condições econômicas, estendendo-se à procura por oportunidades educacionais e, de maneira crucial, apresentando-se como uma medida essencial para a própria sobrevivência dos indivíduos e de suas famílias. Nesse cenário, a migração não apenas visou atender às demandas imediatas de sustento, mas também proporcionou um horizonte mais amplo de desenvolvimento, almejando uma transformação significativa nas perspectivas de vida dos migrantes (Melo & Fusco, 2019; Maia, 2021).

Entretanto, a chegada desses migrantes aos novos territórios foi permeada pela experiência de xenofobia. Isso se deve à associação frequente do eixo Sul e Sudeste a características como modernidade e riqueza, enquanto a região Nordeste é estigmatizada por concepções discriminatórias relacionadas ao atraso e à miséria. Ramos (2023, p. 24) compreende xenofobia como o "preconceito contra pessoas de outro lugar, mas não de qualquer lugar, sendo do local considerado 'pior' por mim ou pelo meu grupo social".

Para Ribeiro (2020) existem três formas de ocorrência da xenofobia no Brasil. Primeiramente a xenofobia que retrata e representa as inúmeras violências contra os povos indígenas desde o período de colonização, somando assim mais de 500 anos. Em segundo lugar a xenofobia dirigida aos nordestinos com suas memórias enraizadas na problemática da seca, insuficiência econômica e educacional. Por fim, a xenofobia contra os estrangeiros, especificamente contra estrangeiros afrodescendentes, árabes, sul-americanos entre outros (Batista e Ribeiro, 2021).

Ao abordar a xenofobia contra os nordestinos, é crucial ressaltar as discriminações enfrentadas por esses migrantes, especialmente na região Sudeste do Brasil. Frequentemente, são atribuídos estereótipos de maneira pejorativa, como "cabeça chata", "baianos", "paraíba", entre outros. Exemplos relatados incluem desde o menosprezo à cultura nordestina até a subestimação da sua intelectualidade, além do desprezo pelo sotaque, postura e comportamentos (Almeida, 2022; Ramos, 2021).

Essa experiência xenofóbica enfrentada pelos nordestinos na sua busca por melhores condições de vida e oportunidades em outras regiões do país destaca a complexidade e os desafios que permeiam a migração interna no Brasil. Além de representar uma mudança geográfica, esse fenômeno é também um reflexo das tensões sociais e culturais que moldam as interações entre diferentes regiões do país (Campos, 2023).

De forma mais específica, destaca-se ainda a vivência do preconceito linguístico, que não se limita apenas à percepção negativa do sotaque e/ou à origem regional, mas frequentemente amplia-se para julgamentos sobre a competência intelectual e educacional da pessoa. Dessa forma, criam-se barreiras significativas para o pleno engajamento social e profissional, podendo impactar a autoestima e a confiança dos indivíduos que sofrem com essa forma de discriminação (Ramos, 2021; Grigoletto & Nardi, 2022).

Para Bagno (2015) o preconceito linguístico assume nuances singulares, impactando gerações com aspectos cada vez mais complexos e refinados no que tange ao que é considerado padrão e não padrão. A Língua Portuguesa escrita difere da língua falada (complementa-a, na verdade), sendo esta discrepância influenciada não apenas por questões identitárias, mas também por fatores extralinguísticos como gênero, idade, nível de escolaridade e posição social. Estes elementos estimulam o surgimento de variáveis em contextos específicos de

comunicação, assim como distintos domínios ocupacionais e familiares promovem o desenvolvimento de linguagens particulares (Camacho, 2011; Crepaldi, 2020).

Cada aspecto da variação linguística proporciona aos seus falantes recursos para expressar suas ideias de maneira mais apropriada. Na Língua Portuguesa, identificam-se quatro categorias de variação linguística: a diatópica, a diafásica, a diastrática e a diacrônica. Direcionaremos nossa atenção, conforme o objetivo da pesquisa, à variação diatópica, que está relacionada a aspectos geográficos. Isso ocorre ao adaptar vocabulário, entonação e pronúncia para garantir a compreensão total do tópico discutido pelo interlocutor. Por sua vez, a variação diafásica abrange a análise do contexto, considerando, por exemplo, aspectos de escolarização e/ou outros fatores necessários para a compreensão do interlocutor (Cardoso & Semechechem, 2020)

Nesse contexto, Barbosa (2022) tece críticas à abordagem adotada pelas escolas, que tradicionalmente negligenciam as variedades linguísticas devido à sua distância da norma-padrão. Assim como opõe-se à rotulação como inadequadas as práticas linguísticas singulares advindas de regiões de um país amplo como o Brasil, especialmente aquelas não hegemônicas, provenientes de áreas afastadas dos centros culturais, a exemplo das regiões Norte e Nordeste. Dessa forma, o enfoque no ensino da língua, orientado pela norma escrita, acaba por estigmatizar as variedades, considerando-as "deficientes" em relação à linguagem padrão.

A construção de estereótipos discriminatórios que retratam o sertanejo como pouco instruído, originário de um local marcado pelo sofrimento, é um reflexo também das representações difundidas nas artes. Como bem aponta Thomazelli (2019, p. 24) “a finalidade desses elementos reforça o preconceito linguístico, bem como episódios de xenofobia, pois reproduzem discursos ideológicos em que um grupo supera outro diante a sociedade”. Portanto, a crítica de Barbosa (2022) à abordagem escolar e a perpetuação de estereótipos na sociedade

convergem evidenciando a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre a abordagem linguística e cultural.

Não obstante, escritores, pintores e músicos desempenharam um papel significativo na propagação desses estigmas por meio de suas expressões artísticas presentes na imprensa, em jornais, filmes, músicas e novelas. Ao abordar aspectos como o sotaque, as vestimentas, os elementos religiosos, o trabalho braçal e as tradições culinárias dos estados nordestinos, criou-se uma amalgama singular, consolidando uma representação única que, lamentavelmente, perpetua visões estigmatizadas, carregadas de um tom vexatório (Vieira, 2022; Brito, 2023; Pereira, 2020).

Outrossim, a expectativa do migrante quanto à mudança geográfica gira em torno dos ganhos econômicos; contudo, a literatura aponta que o mercado de trabalho também está suscetível a práticas discriminatórias, as quais podem impactar de modo negativo nos ganhos relativos associados à migração, de maneira mais acentuada às mulheres. De forma geral, os trabalhadores nordestinos que migram para a região Sudeste são sujeitos a uma seleção negativa, resultando em retornos salariais inferiores em comparação com migrantes originários de outras regiões do país (Filho et., 2020; Aguiar & França, 2021; Assis & Silva, 2014).

Mulheres oriundas do Norte e residentes no Sudeste e homens nordestinos vivendo no Centro-Oeste tendem a apresentar rendimentos inferiores aos dos não migrantes. Esse cenário revela a complexidade das dinâmicas migratórias, evidenciando desigualdades específicas relacionadas ao gênero e à região de origem, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos impactos dessa mobilidade populacional no contexto socioeconômico do país (Loureiro et al., 2020; Noronha et al., 2019).

É justo destacar que, na maioria das situações, essa disparidade salarial não é atribuída predominantemente a práticas discriminatórias, mas sim explicada principalmente pela

discrepância nos níveis de escolaridade. Isso ressalta a importância de considerar não apenas o deslocamento geográfico, mas também fatores educacionais ao analisar as disparidades salariais entre migrantes de diferentes regiões (Lima e Teixeira, 2020)

Contudo, é pertinente ressaltar um fenômeno que contraria essa visão. O expressivo movimento migratório iniciado a partir da década de 1950 foi mitigado por meio de políticas governamentais que buscavam descentralizar a atividade econômica da região Sudeste. Dessa forma, em grande medida, as migrações não estão mais estritamente vinculadas à condição de extrema pobreza, sobrevivência e analfabetismo. Ainda que essas circunstâncias ocorram, observa-se uma diferenciação nas características dos migrantes (Nunes et al., 2017; Baeninger, 2012).

Um exemplo dos novos delineamentos trata-se do fenômeno denominado como “fuga de cérebros” que vem sendo assinalado pela literatura:

caracteriza-se como a transferência de recursos na forma de capital humano entre o local de origem e o de destino, a partir da migração de indivíduos qualificados de um local para outro que ofereça melhores condições de trabalho, rendimento, estudo, moradia, entre outros (Morais e Queiroz, 2020, p. 127)

Os indivíduos que empreendem a chamada "fuga de cérebro" apresentam formação superior completa, podendo ter alcançado, ou não, os níveis de mestrado ou doutorado (Pereira & Queiroz, 2022). Desse modo, é possível inferir que, apesar da redução da disparidade entre as diversas regiões do país, o impulso para a migração persiste como resultado da busca por oportunidades, mesmo para aqueles que possuem elevado grau de instrução. Essa dinâmica evidencia que as motivações para o deslocamento populacional transcendem, em parte, as limitações históricas ligadas à pobreza e carências educacionais, indicando uma complexidade crescente nos fatores das escolhas migratórias.

Conforme anteriormente citado, o indivíduo que decide migrar avalia os possíveis benefícios e prejuízos em sua decisão. Nesse caso, a perspectiva educativa possui forte caráter decisório para a mudança, seja para aqueles que concluíram a formação ou os que buscam aprimorar os seus conhecimentos. Em particular, no âmbito da pós-graduação *strictu sensu*, notou-se uma concentração significativa de cursos na região Sudeste, em consonância com o desenvolvimento geral do país. Esse cenário propiciou que indivíduos com aspirações acadêmicas buscassem oportunidades no eixo Sul e Sudeste (Nazareno & Herbetta, 2019).

Romano & Pizzinato (2019) destacam a lacuna existente na literatura científica em relação à atenção direcionada às experiências singulares vivenciadas pelas mulheres migrantes, assim como a possibilidade de um olhar da interseccionalidade. Os autores ressaltam que elementos como "origem nacional, gênero, etnia/raça, idade e/ou situação socioeconômica" tornam-se eixos fundamentais de diferenciação, resultando em exclusões e inclusões de variados matizes (p. 4).

Em concordância com as observações de Romano & Pizzinato (2019), as análises de Florencio (2023) apontam para o recorte de gênero que vem sendo percebido nas dinâmicas migratórias desde a década de 70. O perfil migratório é um aspecto significativo no contexto das migrações de forma mais ampla. Ao longo desse período, é perceptível uma tendência de feminização e aumento das migrações familiares. No entanto, a visibilidade e a consideração específica de temas relacionados a crianças e

O campo científico, majoritariamente fundamentado em valores patriarcais, tem propensão a retratar as mulheres como participantes passivas no processo migratório, muitas vezes relegando-as ao papel de meras acompanhantes de familiares e/ou maridos.

Assim, urge a necessidade de romper com esse estereótipo na produção científica, buscando uma abordagem mais inclusiva e representativa das experiências femininas no contexto das migrações (Moreira, 2018; Pereira & Lourenço, 2021).

A feminização dos processos migratórios está intrinsecamente vinculada a particularidades nas condições de existência enfrentadas por muitas mulheres em seus territórios de origem. A escassez de oportunidades de trabalho, os processos de divórcio ou separação, o anseio por autonomia e a diminuição das restrições sociais de mobilidade emergem como fatores determinantes nesse contexto. Essas condições, em conjunção com as perspectivas de emprego mais promissoras em demais territórios, contribuem para o aumento significativo da participação feminina nos movimentos migratórios (Chaves, 2020; Fontana & Lucas, 2022).

A redução na fecundidade, a intensificação da urbanização, o incremento nos níveis de escolaridade e a expansão dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres constituem elementos que influenciam diretamente a decisão de migrar em busca de oportunidades de trabalho, aprimoramento educacional e desenvolvimento profissional. Os resultados revelam que a migração feminina, mesmo entre as mulheres solteiras, está menos vinculada à concepção de movimento familiar. Apesar de a migração familiar se destacar nos deslocamentos femininos, a migração independente não deve ser subestimada, merecendo ser considerada como um fenômeno social de relevância substância (Freitas, 2020; Hillesheim, 2019; Romano et al., 2019)

No âmbito acadêmico, o ingresso em um programa de pós-graduação representa uma fase significativa e transformadora para muitos profissionais, marcada por mudanças profundas em vários aspectos de suas vidas que muitas vezes exige que indivíduos se adaptem a novas realidades, o que pode incluir a mudança de cidade, estado ou país (Pedler et al., 2022). Essa migração, muitas vezes chamada de mobilidade acadêmica, é movida por uma combinação de objetivos acadêmicos específicos, oportunidades de pesquisa e desenvolvimento profissional, além de interesses pessoais que definem a trajetória futura de cada um. (Jung & Li, 2023).

Na Rússia, o processo de migração de jovens estudantes é fortemente influenciado pela distribuição desigual de universidades e pelas disparidades econômicas entre as regiões do país. Regiões menos desenvolvidas, com baixos salários, altas taxas de pobreza e desemprego acabam repelindo os graduados, que buscam oportunidades em locais com maior desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico. Esse fenômeno priva certas áreas de mão de obra qualificada e de pesquisas territoriais importantes, aprofundando a desigualdade regional no país (Antosik & Ivashina, 2021). Esse cenário não se restringe à Rússia, mas encontra paralelos em outros países com grande extensão territorial, como o Brasil.

No Brasil, a concentração dos programas de pós-graduação, especialmente no campo da Psicologia, nas regiões Sul e Sudeste, reflete o processo de desenvolvimento econômico dessas áreas e incentiva a migração de estudantes de regiões menos favorecidas, como o Norte e o Nordeste, em busca de melhores oportunidades acadêmicas. Embora tenham sido feitos esforços para expandir a oferta de mestrado e doutorado, essa expansão ainda é insuficiente nessas regiões, perpetuando as disparidades regionais no acesso à educação avançada (Guimarães et al., 2020). Essa migração de estudantes impacta não só as regiões de origem, que perdem potenciais pesquisadores e profissionais, como também as regiões de destino, que concentram o desenvolvimento científico.

Essa realidade migratória não se limita ao Brasil e à Rússia. Na Colômbia, por exemplo, 25% dos graduados lutam para encontrar seu primeiro emprego, o que leva muitos a migrarem para outras regiões mais desenvolvidas. As expectativas quanto à renda, infraestrutura e oportunidades nas regiões de destino aumentam a probabilidade de migração, especialmente entre aqueles que não pertencem a contextos econômicos privilegiados (Blanco-Moreno, 2024). Essas dinâmicas mostram que as desigualdades regionais e econômicas são fatores estruturais importantes no processo de migração acadêmica e profissional em vários países.

Além das questões regionais e econômicas, a migração na pós-graduação também é fortemente influenciada por fatores de gênero. No Brasil, a área de Psicologia é predominantemente composta por mulheres, tanto entre discentes quanto entre docentes. Assim, a migração para cursos de mestrado e doutorado em Psicologia possui forte componente feminino, que buscam oportunidades acadêmicas nas demais regiões (Cunha et al., 2021). Esse fenômeno não é exclusivo do Brasil. No Canadá, por exemplo, observa-se um padrão semelhante, em que as mulheres migrantes dominam as matrículas no ensino superior, constituindo 58% dos estudantes universitários (Narh & Buzzelli, 2024).

A expansão e diversificação dos programas de pós-graduação em Psicologia ao longo das décadas, tanto no Brasil quanto internacionalmente, têm sido marcadas pela influência de reformas educacionais e pela consolidação de áreas como Psicologia Escolar e Educacional. Entretanto, as desigualdades regionais e de gênero continuam a influenciar significativamente o cenário acadêmico, tornando essencial o desenvolvimento de políticas que democratizem o acesso à pós-graduação em todo o país (Gomes & Braz-Aquino, 2020).

Conclui-se, assim, que a complexidade intrínseca à experiência de ser mulher, nordestina e migrante necessita de atenção e análise aprofundada de suas demandas. O reconhecimento desta demanda não apenas enfatiza a importância de visibilizar suas condições específicas, mas também de considerar as mulheres como sujeitos ativos na construção da história. Ao adotar uma perspectiva que transcende a concepção de um sujeito masculino universal, alcançamos uma compreensão mais abrangente do fazer historiográfico, alinhando-se com o princípio de equidade necessário para promover avanços significativos na produção científica e no entendimento das trajetórias femininas, em especial daquelas que enfrentam as interseccionalidades de gênero, origem geográfica e migração.

**Psicologia Escolar Crítica e trajetória na pós-graduação no Brasil**

A Psicologia Escolar direciona seu escopo e âmbito de atuação para o entrelaçamento entre os indivíduos e o cenário educacional, com o propósito de compreender as demandas educativas e implementar atuações práticas nesse sentido. Nessa perspectiva, analisa com cautela e atenção os determinantes histórico-culturais que permeiam o contexto educacional, abrangendo professores, gestores, responsáveis e alunos, assim como a dinâmica intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem (Negreiros & Ferreira, 2021; Santos et. al., 2022).

O cenário brasileiro da psicologia escolar tem suas raízes na tradição dos modelos norte-americano e europeu. Tal constatação implica afirmar que as abordagens adotadas eram guiadas pelos paradigmas psicométricos e laboratoriais dessas correntes em voga. Essa abordagem reverberou em diversas práticas caracterizadas por sua natureza individualizante, classificatória, reducionista e pela implementação de intervenções clínicas nas instituições educacionais (Patto, 2016/2022; 2005/2022; 1984/2022; Antunes & Meira, 2003).

Contudo, a transformação do panorama ocorreu a partir do movimento crítico na psicologia escolar, liderado por Maria Helena de Souza Patto em sua tese de doutorado intitulada "Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar" (1984). A referida autora não apenas expressou discordância em relação às práticas então vigentes, mas também propôs uma abordagem na psicologia escolar comprometida com a compreensão bio-psico-sócio-histórico-cultural dos indivíduos. Sua obra emergiu como um marco significativo para o desenvolvimento da Psicologia Escolar Crítica no contexto brasileiro.

Um dos fundamentos epistemológicos da Psicologia Escolar Crítica (PEC) encontram-se ancorados no Materialismo Histórico-Dialético (MHD) de Marx, uma abordagem que delinea a compreensão da sociedade a partir da atividade laboral. Segundo esse paradigma, a produção material e a reprodução social são intrinsecamente entrelaçadas na interação entre os indivíduos e a natureza. Nessa perspectiva, a análise dos aspectos materiais e

históricos permite uma interpretação abrangente, considerando tanto a forma quanto o conteúdo nas relações entre os sujeitos. A compreensão da sociedade como uma resultante da relação entre os homens e a natureza propicia uma visão mais profunda sobre a dinâmica social (Viégas, 2023)

A abordagem crítica da psicologia escolar reconhece a multideterminação e a natureza contraditória dos eventos sociais. Isto é, eventos e fenômenos no contexto escolar não são vistos de forma isolada, mas sim como produtos de uma complexa rede de relações e influências históricas. Dessa maneira, a PEC oferece uma lente teórica que vai além da superfície aparente dos acontecimentos educacionais, buscando compreender as raízes profundas e as nuances das relações entre os indivíduos e a sociedade, proporcionando assim uma base conceitual robusta para a prática da Psicologia Escolar no âmbito crítico (Mirallia et al., 2023).

Dentre os fundamentos teóricos histórico-críticos da PEC há a matriz teórica da Psicologia Histórico-Cultural (Vigotski, 1999, 2001, 2004, 2007; Leontiev, 1978, 2004; Luria, 1990), que também considera o MHD como embasamento teórico-epistêmico. A concepção do Materialismo Histórico-Dialético está intrinsecamente vinculada à busca pela emancipação humana, que demanda a superação da alienação por meio processo histórico, que determina a consciência.

Vigotski (1989) aponta que o trabalho, enquanto necessidade de transformação da natureza, é um fator central para o desenvolvimento humano. A interação entre sociedade e natureza, mediada por instrumentos e signos, como a linguagem e o pensamento, é fundamental para a construção da psique humana (Ratner & Silva, 2017). Nesse sentido, compreender o papel da cultura e das condições sociais no desenvolvimento dos indivíduos é essencial para analisar os processos formativos (Candeira et al., 2020).

Esse olhar crítico e contextualizado se reflete também na análise de trajetórias acadêmicas, como a de cientistas nordestinas que migraram para outras regiões em busca de pós-graduação em Psicologia. Ao considerar os aspectos de gênero e as questões sociais, econômicas e culturais, é possível ampliar a compreensão sobre as vivências desses sujeitos (Vigotski, 2010). O conceito de vivência, ou *perejivanie*, proposto por Vigotski, destaca a importância das experiências emocionais e cognitivas no desenvolvimento humano (Marques & Carvalho, 2019), o que é particularmente relevante para analisar o impacto das trajetórias educacionais de estudantes em cursos de mestrado e doutorado.

A vivência acadêmica, portanto, vai além do aprendizado técnico e envolve o desenvolvimento de uma consciência crítica, fundamental para a formação integral dos indivíduos. Nesse contexto, a Psicologia Escolar Crítica não apenas desafia modelos educacionais alienantes, mas também busca criar ambientes que promovam a autonomia, o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes, de modo a contribuir para uma educação emancipatória (Miotto et al., 2022).

A partir dessa perspectiva, a PEC se opõe fortemente às ideologias discriminatórias, como a Teoria da Carência Cultural, que atribuía o fracasso escolar à suposta ausência de elementos culturais nas classes populares (Patto, 2022b). Em contrapartida, propõe uma análise mais complexa e contextualizada das dificuldades educacionais, reconhecendo que estas são influenciadas por uma série de fatores sociais e econômicos. Ao enfrentar essas questões, defende práticas educativas inclusivas e justas, que levem em conta a totalidade das condições de vida dos estudantes (Checchia, 2020).

À luz desse entendimento, emerge como um substrato teórico que se propõe a apreender o processo formativo de maneira coletiva. Essa abordagem, ao considerar o contexto histórico-cultural, reconhece que os desafios escolares não têm sua origem nos indivíduos, mas derivam

das relações sociais estabelecidas entre eles, bem como das interações com as políticas educacionais, sociais e econômicas que permeiam seu entorno. Destaca-se, portanto, a importância de observar as diversas forças que permeiam esse processo, compreendendo a interação complexa entre o indivíduo, a instituição educacional e o contexto mais amplo (Patto, 2022a, 2022b, 2022c).

Nesse cenário, propõe-se uma redefinição das práticas educativas, afastando-se de abordagens individualizantes, classificatórias e reducionistas. Em vez disso, busca-se uma compreensão contextualizada do desenvolvimento humano, considerando não apenas as características individuais dos estudantes, mas também as influências sociais, históricas, políticas e culturais que moldam sua experiência educacional. Dessa forma, ao incorporar os princípios do MHD, a PEC visa contribuir para a construção de um ambiente educacional mais reflexivo, participativo e emancipatório, capaz de promover uma formação mais consciente e engajada dos sujeitos envolvidos no processo educativo (Checchia, 2020; Silva & Aquino, 2023; Freitas et. al., 2023).

A postura adotada pela PEC se opõe de forma contundente às ideologias discriminatórias que têm sido propagadas no contexto nacional como a Teoria da Carência Cultural, originada a partir de pesquisadores norte-americanos e que ganhou substancial influência no cenário educacional brasileiro. Os proponentes dessa teoria sustentavam a tese de que as dificuldades enfrentadas pelos alunos no ambiente escolar derivavam da suposta carência de acesso aos elementos culturais, sugerindo, assim, que esses estudantes seriam inaptos para o processo de aprendizagem (Patto, 2022b; Negreiros et. al., 2020).

Contrariamente à Teoria da Carência Cultural, a PEC preconiza uma compreensão mais ampla e contextualizada das dificuldades educacionais, considerando fatores que vão além de supostas carências culturais. Essa abordagem crítica reconhece a complexidade das interações

entre o ambiente educacional, as características individuais dos alunos e os fatores socioculturais que influenciam o processo de aprendizagem. Dessa forma, propõe uma reflexão mais profunda sobre as causas das dificuldades escolares, afastando-se de explicações simplistas e estigmatizantes, e fomentando práticas mais inclusivas e justas no contexto educacional brasileiro. (Patto, 2022b; Júnior & Lepre, 2020).

A Teoria da Carência Cultural emergiu no contexto sociopolítico ditatorial da década de 60. Nesse âmbito, a proposta do governo para a educação voltou-se para uma abordagem tecnicista em que a “operacionalidade, a objetividade e a produtividade tomaram forma de receituário” (Maia, 2023, p.3). O governo privilegiou o ensino técnico à essa camada utilizando-se da justificativa discriminatória que “uma escola supostamente adequada às crianças das ‘classes favorecidas’ estaria falhando ao tentar ensinar, com os mesmos métodos e os mesmos conteúdos, crianças ‘culturalmente deficientes’ ou ‘diferentes’” (Patto, 1988, p. 75)

A Teoria da Carência Cultural, fundamentada em bases científicas questionáveis, desempenhou um papel significativo na perpetuação de preconceitos contra crianças economicamente desfavorecidas. Esta teoria sustentava a ideia de que tais crianças enfrentavam carência não apenas de recursos materiais, mas também de recursos intelectuais, implicando que a desestruturação familiar e supostos distúrbios cognitivos as tornariam incapazes de participar plenamente do processo de aprendizagem (Jacinto, 2021).

A problemática dessa abordagem reside não apenas em sua falta de fundamentação científica sólida, mas também na maneira como ela contribui para estigmatizar e marginalizar um grupo específico de estudantes com base em suas circunstâncias socioeconômicas. Ao atribuir a incapacidade de aprendizado a fatores externos e generalizar características negativas a crianças de origens socioeconômicas mais desfavoráveis, a Teoria da Carência Cultural não

apenas carece de embasamento científico, mas também perpetua estereótipos prejudiciais (Pfeil & Zamora, 2021).

Ao atrelar a incapacidade de aprendizagem à origem socioeconômica e ao contexto histórico-geográfico das pessoas, a Teoria da Carência Cultural alegava de maneira violenta que o fracasso escolar era inerente às classes populares. Todavia, a PEC posiciona-se em contraposição à esse pensamento. Negreiros (2021) compreende o fenômeno do fracasso escolar como a reprovação ou evasão do aluno durante sua trajetória educacional. E ressalta que não decorre de um único fator - como a Teoria supracitada creditava - e que os aspectos bio-psico-sócio-histórico-culturais necessitam de serem considerados para uma análise adequada (Bassani & Viégas, 2020).

Tendo em vista o nível baixo de desenvolvimento socioeconômico da região de origem, os nordestinos situam-se como um dos alvos da Teoria da Carência Cultural. Isto porque, em uma compreensão preconceituosa disseminada, os sertanejos são associados à pobreza, miséria e ignorância. No entanto, não se analisa a negligência governamental vivida por esse povo. Bem como a historicidade dos elementos que são na verdade sinônimo de resistência e identidade como a linguagem, a fé, a cultura (Lopes & Souza, 2019; Xavier, 2020).

Considerando o patamar socioeconômico historicamente inferior da região de origem, os nordestinos emergem como alvo primordial das premissas discriminatórias veiculadas pela Teoria da Carência Cultural. Essa perspectiva estigmatizante associa, de forma preconceituosa, os habitantes do sertão à pobreza, miséria e ignorância. É imperativo notar, entretanto, que essa visão simplista negligência aspectos cruciais, como a negligência governamental enfrentada por essa população, bem como a relevância histórica de elementos que, ao contrário do estigma, são verdadeiros pilares de resistência e identidade, tais como a linguagem, a fé e a cultura. (Melo & Fusco, 2019).

A insegurança alimentar e o fenômeno da fome impactam negativamente a vida de adultos e crianças, influenciando aspectos como o desenvolvimento infantil e o estado nutricional. Essas condições geram consequências sociais e psicológicas, afetando indivíduos em diversas partes do mundo, não se limitando apenas ao Nordeste brasileiro. No que concerne ao desempenho escolar, os efeitos não se diferenciam. Contudo, ao contrário do que propõe a Teoria da Carência Cultural, esse fato não seria determinante para a inaptidão para a aprendizagem (Toscano, 2020; Santos et. al., 2022).

Os delineamentos expostos possibilitaram uma compreensão acerca de como os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, embasados no materialismo histórico-dialético, oferecem elementos teórico-metodológicos para a prática crítica na Psicologia Escolar e Educacional. Prosseguindo com essa análise, torna-se relevante ponderar sobre como tais configurações prospectam o campo pós-graduação em Psicologia.

De modo específico na pós-graduação em Psicologia enquanto mestrado e doutorado acadêmico, percebe-se a influência dos aspectos histórico-culturais a partir da centralização dos programas. De acordo com o GeoCapes (2022), em 2013 havia cerca de 73 programas de pós-graduação em Psicologia no país. A região Sudeste contava com 36 destes, enquanto o Nordeste, 13. Em 2022, de 103 programas, 44 correspondiam ao Sudeste, enquanto 22 se localizavam no Nordeste. Acredita-se dessa maneira que não se trata de uma população mais apta que outra. A discussão, na verdade, gira em torno da possibilidade de ingresso nesses espaços por pessoas que historicamente foram impossibilitadas.

O aumento na implantação de programas de pós-graduação em Psicologia no Nordeste, assim como a oferta em cidades para além da capital, isto é, no interior dos estados promove a uma série de benefícios. À ciência pela crescente na produção científica e no foco também regional dessas produções. E aos estudantes pois “possibilitou a redução da demanda reprimida

e a dependência de futuros alunos que buscavam formação pós-graduada fora do Estado” (Araújo et al, 2019, p. 138).

A disseminação desses programas para áreas além das capitais representa uma ampliação crucial da acessibilidade à formação de pós-graduação em Psicologia na região nordestina. Essa descentralização permite que estudantes e profissionais de diversas localidades tenham a oportunidade de buscar aprimoramento acadêmico sem a necessidade de se deslocarem para os centros urbanos tradicionais. Isso não apenas democratiza o acesso à educação de qualidade, mas também enriquece a diversidade de perspectivas e experiências no campo da Psicologia (Guimarães et. al., 2020)

No âmbito da produção científica, a expansão desses programas tem um impacto significativo. O aumento na quantidade de pesquisas e estudos contribui para o avanço do conhecimento no campo da Psicologia, ao mesmo tempo em que reflete a importância e a vitalidade da comunidade acadêmica nordestina. Essa produção científica regionalizada também tende a abordar questões específicas e relevantes para a região, enriquecendo o panorama científico ao incorporar perspectivas contextualizadas e aplicáveis localmente (Castro & Oliveira, 2021).

A ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia possui papel fundamental nesse caráter pois foca sua atuação em “congregar programas; apoiar a criação de redes de relacionamento entre pesquisadores de diferentes instituições nacionais e internacionais; promover discussões sobre temas transversais relevantes como políticas científicas, internacionalização, ética e publicações científicas” (CFP, 2022, p. 49).

Ademais, é pertinente enfatizar a importância de ampliar não apenas a presença de programas de pós-graduação em Psicologia em todos os estados do país, mas também de oferecê-los em níveis de mestrado e doutorado. Além disso, é imperativo que esses programas

abranjam uma diversidade de linhas de estudo, estejam disponíveis na modalidade de ensino público e apresentem uma infraestrutura de qualidade. (Féres-Carneiro et al., 2010; Hutz et al., 2010).

## **CAPÍTULO III**

### **OBJETIVOS**

#### **Objetivo geral**

- Inquirir a vivência do processo migratório inter-regional de cientistas nordestinas no período que realizaram pós-graduação em Psicologia.

#### **Objetivos específicos**

- Identificar as particularidades que produziram a migração inter-regional para as estudantes nordestinas de pós-graduação em Psicologia;
- Analisar o processo formativo vivenciado na pós-graduação na perspectiva migrantes nordestinas;
- Revelar a experiência feminina das cientistas nordestinas migrantes no espaço acadêmico.

## CAPÍTULO IV

### MÉTODO

#### **Natureza da pesquisa**

O estudo apresentado corresponde a uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritiva, com metodologia da História Oral, pelo viés da história oral temática. A História Oral é concebida como uma modalidade de pesquisa que busca levantar, armazenar e analisar processos sociais a partir das memórias pessoais daqueles que experienciaram determinado evento (Meihy & Holanda, 2020; Thompson, 2002).

Utiliza-se do mecanismo de gravação de entrevista para que a fonte oral desses testemunhos seja criada. Os procedimentos para a obtenção desse conteúdo são criteriosos para que haja alinhamento com a perspectiva. Dessa forma, deve-se assegurar a privacidade durante o encontro, cuidado ao abordar a temática com o entrevistado, responsabilidade no armazenamento das informações e prudência no posterior momento de transcrição do material (Meihy & Holanda, 2020).

A História Oral subdivide-se em três categorias: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. A primeira possui como foco o caráter integral da trajetória de vida do entrevistado, enquanto a história oral temática dedica-se a episódios pontuais, com temas sobre eventos específicos. A terceira aborda em primazia sobre aspectos culturais coletivos. Dessa forma, a partir da proposta do estudo manifestada a categoria utilizada baseara-se na história oral temática.

A adoção da História Oral partiu da possibilidade criada pelo método, em que as experiências, memórias e narrativas de minorias historicamente excluídas puderam tornar-se fonte de análise científica (Ferreira & Moreira, 2006). Nesse sentido, tratou-se no estudo acerca de três dessas minorias: mulheres nordestinas migrantes. Em síntese, explorou-se a trajetória

acadêmica de pesquisadoras que, em um processo histórico, foram ocultadas e distanciadas das ciências, destacando-se o caráter migratório inter-regional, sua cultura e estilo de vida.

Portanto, a metodologia dessa pesquisa baseou-se na História Oral, tendo em vista sua propriedade atenta "ao diálogo e à colaboração de sujeitos, que considera suas experiências, memórias, identidades e subjetividades, para a produção do conhecimento" (Ribeiro & Oliveira, 2021, p. 5). A partir da História Oral, foi possível compreender a experiência de pesquisadoras nordestinas no processo migratório inter-regional na pós-graduação.

O emprego da abordagem nos estudos em Psicologia contribuiu para a ampliação da ciência psicológica "pois oportunizam um olhar mais detalhado sobre as pessoas, os fenômenos, a história dos personagens" (Barbosa & Souza, 2009, p. 90), proporcionando uma concepção macro do objeto estudado. Além disso, promoveu-se o desenvolvimento de perfis de atuação a partir das distintas realidades (Corrêa et al., 2019).

### **Contexto da pesquisa**

O presente estudo se propôs a compreender acerca da trajetória acadêmica de mulheres originárias do nordeste brasileiro que migraram de seus estados para as regiões centrais do país em virtude da realização da pós-graduação em Psicologia.

A região Nordeste do Brasil é composta por nove estados e abrigava, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), cerca de 55.389.382 habitantes, sendo a segunda região mais populosa do país.

Além disso, o Nordeste do Brasil é frequentemente retratada de maneira homogênea, porém, conforme autores como Tavares (2019), essa visão simplista desconsidera as profundas diferenças culturais, sociais e econômicas entre seus estados. O Nordeste, embora compartilhando uma história marcada pela colonização, escravidão e desigualdade, é um espaço de grande diversidade, com múltiplas identidades que refletem os modos de vida locais,

suas lutas e resistências. Ao realizar nossa pesquisa com cientistas nordestinas, evitamos tratar o Nordeste como uma entidade única, reconhecendo as particularidades e especificidades que cada estado apresenta. Nosso estudo, ao entrevistar pesquisadoras de diferentes estados nordestinos, procurou valorizar essas diferenças e destacar as nuances que surgem nas trajetórias acadêmicas dessas mulheres.

Nesse sentido, ao falarmos das cientistas nordestinas, referimo-nos a um grupo plural que, embora compartilhe uma geografia comum, vive realidades diversas em termos de gênero, raça, classe social e cultura. Essa compreensão é importante para evitar a essencialização da identidade nordestina, o que seria um equívoco ao tratar uma região tão vasta. Santos (2006) argumenta que a diversidade nordestina é visível não apenas em suas práticas culturais e sociais, mas também em sua inserção no contexto acadêmico, o que se reflete na necessidade de considerar as diferentes barreiras enfrentadas pelas mulheres cientistas em cada um desses contextos. As barreiras de gênero se intensificam pela distância dos grandes centros acadêmicos, mas são vivenciadas de maneiras distintas em cada estado.

Um ponto central do estudo é o debate sobre a migração inter-regional, que revela a complexidade da região Nordeste no cenário acadêmico brasileiro. Conforme Crenshaw (1989), a interseccionalidade nos permite observar como diferentes formas de opressão — gênero, raça e classe — interagem de maneiras específicas em contextos diversos. As nordestinas migrantes, em busca de melhores condições de formação, não apenas enfrentam as barreiras de gênero, mas também os desafios associados à sua origem regional, como o preconceito xenofóbico. Isso corrobora as observações de Santos (2018) sobre como as questões regionais agravam as opressões de gênero no Brasil, gerando barreiras adicionais que mulheres de outras regiões não enfrentam da mesma forma.

Outro aspecto que merece destaque na análise das trajetórias dessas mulheres é a maternidade. Como apontado por Hirata (2003), o patriarcado estrutura o espaço público e privado de maneira que as responsabilidades com o cuidado e a criação dos filhos recaem majoritariamente sobre as mulheres. No caso das cientistas nordestinas, a maternidade agrava ainda mais as desigualdades no acesso e na permanência nos programas de pós-graduação. A falta de políticas institucionais voltadas ao suporte para mães nas universidades é um reflexo da estrutura patriarcal que ainda permeia o ambiente acadêmico, conforme observado por Lima (2016). Este desafio, aliado às demandas migratórias, cria uma sobrecarga para essas mulheres, intensificando as barreiras para o avanço em suas carreiras.

Ademais, o estudo revela que a xenofobia, enfrentada por muitas das mulheres nordestinas migrantes, se manifesta em discursos que reforçam estereótipos negativos sobre a região. Isso corrobora as análises de Nascimento (2016), que observou como as nordestinas, mesmo no ambiente acadêmico, são muitas vezes vistas como menos capacitadas e seus sotaques e práticas culturais são alvo de discriminação. Essa discriminação regional reforça as hierarquias já existentes dentro das universidades e impede o pleno reconhecimento do valor acadêmico dessas mulheres. Assim, as barreiras de gênero e região estão intrinsecamente relacionadas e precisam ser combatidas conjuntamente.

É importante destacar que, como evidenciado nas entrevistas, as cientistas nordestinas migram em busca de melhores oportunidades acadêmicas, motivadas pela qualidade dos programas de pós-graduação e pela possibilidade de receber bolsas de estudo. Esse movimento migratório, no entanto, acentua as desigualdades regionais no Brasil, conforme discutido por Souza (2009), que observa como a centralização dos recursos e das instituições acadêmicas nos grandes centros urbanos gera um fluxo constante de talentos para fora das regiões periféricas, perpetuando a marginalização dessas áreas. As mulheres nordestinas se encontram, assim, em

uma posição de dupla desvantagem, sendo marginalizadas tanto por questões de gênero quanto por sua origem regional.

A questão da equidade regional também se relaciona com a necessidade de políticas educacionais que promovam a democratização do acesso à educação superior e à pós-graduação. De acordo com Silva (2017), a implementação de políticas afirmativas e interseccionais é fundamental para garantir que as mulheres, especialmente aquelas provenientes de regiões periféricas como o Nordeste, possam acessar e permanecer nas universidades. Essas políticas devem levar em consideração as diferentes formas de opressão que afetam essas mulheres, como gênero, raça e regionalismo, para que possam ser eficazes em promover a equidade acadêmica e científica.

Ao propor políticas interseccionais, o estudo sugere que a ampliação de licenças e a flexibilização de horários para mães e pais são medidas necessárias para a democratização do ensino. Segundo Hirata (2014), políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar são fundamentais para reduzir as desigualdades de gênero no trabalho e na educação. No caso das cientistas nordestinas, essas políticas são ainda mais urgentes, dado que a migração para os grandes centros acadêmicos muitas vezes implica na perda das redes de apoio familiares que poderiam auxiliar no cuidado com os filhos.

A análise da região Nordeste como um espaço de diversidade e complexidade social também se enriquece com os estudos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que questiona as construções imaginárias e políticas do Nordeste enquanto região. Segundo Albuquerque (1999), o Nordeste não é apenas um espaço geográfico, mas uma invenção discursiva, criada a partir de interesses políticos e econômicos que visavam consolidar uma identidade regional, muitas vezes marcada por estereótipos de pobreza e atraso. Ele argumenta que essas representações, produzidas ao longo do tempo, são responsáveis por naturalizar a

marginalização da região no cenário nacional, tornando-a um "outro" dentro do Brasil. Essa concepção ajuda a entender como o ambiente acadêmico e as oportunidades educacionais nas universidades também reproduzem essas hierarquias regionais.

Além disso, Albuquerque (2011) afirma que o Nordeste é um território em disputa, onde várias identidades culturais coexistem e se sobrepõem. A ideia de que existe um "Nordeste autêntico" é uma construção que ignora as múltiplas formas de ser nordestino. Essa diversidade é observada tanto nas práticas culturais quanto nas trajetórias acadêmicas das cientistas nordestinas entrevistadas em nossa pesquisa. Elas enfrentam preconceitos que muitas vezes têm raízes nesses estereótipos de atraso e subdesenvolvimento, mas também carregam consigo identidades fortes, construídas a partir de suas experiências regionais e culturais. Essa compreensão amplia o debate sobre as barreiras simbólicas e práticas que prejudicam a inserção das mulheres nordestinas no ambiente acadêmico, reforçando a necessidade de políticas que reconheçam e valorizem a diversidade da região.

Outro autor importante para compreender a complexidade da região Nordeste é Jessé Souza (2019), que discute como as desigualdades regionais são perpetuadas por um sistema de classes sociais profundamente enraizado. Souza argumenta que as disparidades econômicas e sociais entre o Nordeste e o restante do Brasil não são apenas fruto de circunstâncias históricas, mas também de uma estrutura social que continua a favorecer o Sul e o Sudeste em termos de acesso a oportunidades, inclusive na educação. Essa análise se conecta com o tema de nossa pesquisa, pois as cientistas nordestinas não só migram em busca de melhores oportunidades acadêmicas, mas também enfrentam um sistema que, estruturalmente, dificulta o seu progresso, especialmente por conta de seu lugar de origem.

De acordo com Albuquerque e Souza, as barreiras enfrentadas pelas mulheres nordestinas na academia não são apenas de gênero, mas também de classe e região,

evidenciando a importância de uma abordagem interseccional para entender plenamente essas desigualdades. O preconceito regional (xenofobia) e a marginalização econômica afetam diretamente as experiências acadêmicas dessas mulheres, reforçando a necessidade de políticas afirmativas que abordem as múltiplas formas de opressão. Como aponta Louro (2013), ao pensar a interseccionalidade, é essencial considerar não apenas as questões de gênero e raça, mas também as de classe e região, especialmente em um país tão desigual como o Brasil.

Portanto, compreender o Nordeste como uma região diversa e complexa, longe de ser homogênea, é fundamental para abordar a questão da migração das cientistas nordestinas. Ao reconhecer as múltiplas identidades e as diferentes experiências vividas por essas mulheres, é possível questionar as representações limitadas que frequentemente são associadas à região e, assim, promover uma ciência mais inclusiva e equitativa. As contribuições de autores como Albuquerque, Souza e Louro são essenciais para avançar no entendimento das intersecções entre gênero, região e classe social, elementos centrais em nossa análise das trajetórias acadêmicas das cientistas nordestinas. Por fim, o estudo sublinha a importância de reconhecer as cientistas nordestinas como agentes importantes no cenário acadêmico brasileiro, rompendo com as hierarquias impostas pelas desigualdades regionais e de gênero. Como argumenta Nogueira (2015), a produção científica precisa ser inclusiva e refletir a diversidade do país, não apenas em termos de raça e gênero, mas também de geografia. O Nordeste, longe de ser uma região homogênea, apresenta uma rica diversidade de experiências e conhecimentos que devem ser valorizados na construção de uma ciência mais equitativa e plural.

No âmbito acadêmico, o Nordeste contava com 972 Programas de Pós-Graduação (PPGs), ocupando o terceiro lugar no ranking nacional (GeoCapes, 2022). No entanto, os cursos *stricto sensu* na área de Psicologia eram limitados e apresentavam uma abordagem generalista quanto às linhas de pesquisa (Araújo et al., 2019). Mesmo diante desse cenário, a

região titulou, em 2021, um total de 12.144 mestres e 3.266 doutores, dos quais 56% eram mulheres (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024).

### **As participantes**

A metodologia adotada para identificar e selecionar as participantes desta pesquisa foi pautada por um processo rigoroso de busca e validação, com o intuito de garantir a representatividade e a relevância dos dados coletados. Inicialmente, optou-se por focar em mulheres que migraram para os grandes centros do país (região sudeste, sul e centro-oeste) com o objetivo de realizar seus estudos de pós-graduação, uma vez que esse público apresenta características que se alinham diretamente aos objetivos da pesquisa. A migração para fins acadêmicos é um fenômeno complexo que envolve múltiplas motivações, como a busca por qualificação profissional e o desejo de crescimento pessoal em um ambiente acadêmico de excelência. Dessa forma, selecionar mulheres com essa trajetória permitiu construir um corpo de participantes que ilustra, de maneira robusta, as nuances dessa experiência, especialmente para aquelas provenientes de estados do Nordeste brasileiro, uma região historicamente marcada por desigualdades de acesso à educação superior.

O processo de localização das participantes iniciou-se com a identificação de uma professora vinculada ao programa de pós-graduação da UnB, que também possui um histórico de migração para realizar seus estudos. Essa escolha não foi aleatória, mas estratégica, considerando-se que essa profissional, além de vivenciar a experiência investigada, possuía uma rede de contatos ampla, o que facilitou o acesso a outras possíveis participantes. A partir dessa referência inicial, empregou-se a técnica da "bola de neve" (snowball sampling), amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, onde um participante indica outros potenciais entrevistados que compartilham das mesmas características investigadas. Esse método mostrou-se eficaz para encontrar as oito participantes subsequentes, todas mulheres que, assim

como a primeira, migraram para diferentes regiões nos grandes centros do país com o objetivo de ingressar na pós-graduação.

A forma de contato estabelecida com as participantes foi majoritariamente por e-mail. Para tanto, foi necessário recorrer às plataformas institucionais do programa de pós-graduação e ao currículo Lattes das pesquisadoras. A utilização dessas bases de dados garantiu que as participantes possuíam um perfil acadêmico compatível com o foco da pesquisa, além de assegurar a veracidade das informações e a acessibilidade aos meios de comunicação. O envio de e-mails foi realizado de maneira sistemática, respeitando-se as diretrizes éticas da pesquisa, como a confidencialidade dos dados pessoais e o esclarecimento quanto aos objetivos da investigação. A opção pelo e-mail como principal meio de contato deve-se ao fato de que esse é um canal amplamente utilizado no meio acadêmico, permitindo uma comunicação formal e eficiente com as participantes.

A escolha de entrevistar nove mulheres foi baseada em uma lógica tanto metodológica quanto representativa. Ao limitar o número de participantes a nove, buscou-se garantir um aprofundamento nas narrativas individuais, ao mesmo tempo em que se estabeleceu uma amostra suficientemente diversificada para abranger diferentes experiências regionais. Cada participante é oriunda de um dos nove estados que compõem a região Nordeste do Brasil, fato que confere à pesquisa uma perspectiva ampla e plural das realidades enfrentadas pelas migrantes acadêmicas. Essa diversidade regional enriquece a análise, ao possibilitar a comparação de contextos específicos, como os desafios enfrentados nos processos de migração, as motivações pessoais para a mudança de estado e as condições socioeconômicas que influenciam essas decisões.

Justifica-se, portanto, o número de nove entrevistas com base na complexidade da análise qualitativa pretendida. Em uma pesquisa qualitativa, a ênfase recai na profundidade e

na riqueza das informações obtidas, mais do que na quantidade de participantes. O número de nove entrevistas permite uma saturação teórica, ou seja, o ponto em que novas entrevistas não trazem informações significativamente novas para a análise. Com isso, garante-se que os dados obtidos são suficientes para responder às perguntas de pesquisa de maneira coerente e fundamentada, sem a dispersão que poderia ocorrer com um número excessivamente elevado de entrevistados.

Além disso, a escolha de participantes provenientes de todos os estados do Nordeste brasileiro cumpre o papel de proporcionar um cenário representativo e realista à investigação. A região Nordeste, apesar de partilhar certos traços culturais e históricos, é extremamente heterogênea, o que implica em desafios distintos para as mulheres que migram de seus estados de origem para Brasília. Considerar essa diversidade foi essencial para compreender as diferentes nuances da experiência migratória, permitindo uma análise que respeite a pluralidade de trajetórias e vivências dessas mulheres. Assim, a pesquisa não se limita a uma visão homogênea, mas contempla as especificidades de cada estado, contribuindo para uma compreensão mais completa dos fenômenos estudados.

Ao considerar que o estudo objetivava compreender a trajetória acadêmica de nordestinas que realizaram o processo de migração inter-regional na pós-graduação, tornou-se pertinente incluir as especificidades culturais dos estados. Dessa forma, a escolha do total de participantes baseou-se na quantidade de estados que compõem a região nordeste. Assim, acompanhando a proposta da História Oral de generalização, entrevistaram-se nove mulheres de naturalidade nordestina. A seleção das participantes ocorreu por meio da população geral (Alberti, 2013).

Como critérios de inclusão, foram selecionadas pesquisadoras nordestinas que obtiveram o título de graduação em Psicologia em instituições da região nordeste, com título

de mestre ou doutora em Psicologia, ou que estivessem cursando pós-graduação *stricto sensu* e que tivessem vivenciado, ou estivessem vivenciando, o processo migratório inter-regional para essa formação acadêmica. Os critérios de exclusão estabeleceram-se como: pesquisadoras não-nordestinas, pesquisadoras nordestinas que não realizaram a graduação no Nordeste, e aquelas que não vivenciaram processos migratórios.

A pesquisa envolveu nove participantes com idades entre 23 e 46 anos, que iniciaram a pós-graduação entre 2001 e 2023. A maioria das participantes era beneficiária de bolsas de auxílio e se autodeclarava parda. Dentre elas, apenas uma estava vinculada a uma Universidade privada, ainda assim, com bolsa de estudos. As demais realizaram seus estudos em Universidades públicas.

Quanto ao fluxo migratório, a maior concentração de participantes ocorreu na região Sudeste, para onde migraram cinco das mulheres entrevistadas. Destas, quatro se estabeleceram especificamente na cidade de São Paulo. Entretanto, nem todas conseguiram concluir a pós-graduação. Para uma das participantes foi necessário abandonar o curso devido a questões financeiras.

Atualmente, quatro das participantes seguem suas carreiras acadêmicas, atuando como pesquisadoras e professoras em Universidades, em sua maioria federais. Embora a maternidade tenha sido discutida no contexto da pós-graduação, apenas uma das participantes vivenciou a experiência da maternidade, e isso ocorreu durante o período de defesa da dissertação. Para as demais, a maternidade não foi uma experiência presente durante o mestrado ou doutorado.

### **Aspectos éticos**

Levando-se em conta que a pesquisa foi realizada com seres humanos, seguiram-se as resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, bem como o Código de Ética Profissional do Psicólogo. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto

de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para apreciação, com o intuito de assegurar o sigilo e todos os direitos e cuidados necessários aos participantes e pesquisadores.

Os procedimentos de coleta de dados foram realizados após a leitura, esclarecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa por parte de cada participante. No TCLE, constavam todos os procedimentos da pesquisa, incluindo a gravação de áudio, os riscos e benefícios, o asseguramento de sigilo e anonimato, além da possibilidade de desistência a qualquer momento.

A pesquisa apresentou riscos na etapa de entrevista e questionário, uma vez que abordava questões pessoais e subjetivas das participantes, o que poderia gerar constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha ou estresse. Além disso, por ter sido realizada de forma virtual, houve limitações no que se refere à observação de sinais não-verbais e expressões faciais.

A pesquisadora responsável pelos participantes esteve atenta a essas condições e tomou todas as medidas necessárias para preservar o bem-estar físico, psicológico e social dos envolvidos. Houve atenção às reações das participantes de acordo com a temática abordada, sendo questionado sempre que necessário se havia conforto em continuar o encontro, com a possibilidade de trocar o eixo temático ou interromper a sessão em prol do bem-estar das participantes. Quando necessário, foi promovido o encaminhamento para serviços de apoio que pudessem subsidiar os atendimentos.

Como a pesquisa utilizou gravação de áudio, existia o risco de problemas técnicos com o equipamento. Para mitigar esse risco, foi utilizado um aparelho gravador de áudio reserva, evitando imprevistos. Caso ambos os gravadores falhassem, o encontro seria remarcado.

Além disso, houve riscos relacionados à segurança dos dados, como a possibilidade de quebra de sigilo, anonimato ou vazamento de informações. Para mitigar esse risco, os dados

coletados foram armazenados em uma nuvem privada, com criptografia. O acesso ao conteúdo foi restrito à pesquisadora responsável e ao coautor da pesquisa.

Como benefício, inferiu-se que as narrativas das trajetórias acadêmicas feitas pelas participantes poderiam proporcionar ressignificações pessoais, além de uma ampliação da consciência de si e do contexto por meio das narrativas de suas histórias de vida.

### **Procedimentos para apreensão dos dados**

Para a sua realização, a pesquisa foi submetida primeiramente ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade de Brasília, aprovada mediante parecer nº 6.491.678, atendendo às Resoluções Nº 466/2012 e Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e com a Resolução 010/2012 do Conselho Federal de Psicologia, as quais versam sobre os aspectos éticos e legais de pesquisa envolvendo seres humanos.

A apreensão dos dados ocorreu entre os meses de janeiro e abril de 2024. As cientistas nordestinas foram contactadas através de e-mail e a elas foram apresentados os objetivos do estudo. Após o aceite, foi enviado o TCLE, o questionário sociodemográfico, o termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa bem como o roteiro de entrevista. As entrevistas foram realizadas via *Google Meet*, seguindo o roteiro contendo os quatro eixos temáticos, sendo eles: processo de escolarização, trajetória acadêmica: graduação e pós-graduação e processo migratório.

Todas as entrevistas foram gravadas com um gravador de áudio e posteriormente transcritas seguindo as etapas propostas pela História Oral: transcrição, textualização e transcrição (Meihy & Holanda, 2020)

Para que o levantamento de dados ocorresse de forma ética e alinhada aos princípios da História Oral, a pesquisa iniciou com a etapa de pré-entrevista, que consistiu no contato e preparação com o depoente. Ao entrar em contato com cada participante via e-mail individual, de modo a preservar a identidade dos outros participantes, foram enviados o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário sociodemográfico e o Termo de autorização para a utilização de imagem e som de voz, garantindo que a participante estivesse ciente da proposta da pesquisa.

Em caso de concordância, foi agendada uma pré-entrevista virtual, realizada via Google Meet, onde foram discutidos aspectos como local, duração, temática da pesquisa, cessão de direitos, além de esclarecimento de possíveis dúvidas (Meihy & Holanda, 2020; Albertini, 2019). Em caso de negativa, o processo era interrompido sem prejuízos à participante.

A segunda etapa consistiu na realização da entrevista propriamente dita. Antes de iniciar a entrevista, todos os procedimentos da pesquisa, conforme descritos no TCLE, foram esclarecidos e lidos para cada participante. As dúvidas surgidas foram sanadas também via Google Meet. Após o esclarecimento, o TCLE, o questionário sociodemográfico e o Termo de autorização para a utilização de imagem e som de voz (enviados previamente por e-mail em formato PDF) foram preenchidos pelas participantes.

As participantes baixaram os arquivos, preencheram as informações solicitadas e retornaram os documentos por e-mail. A pesquisadora aguardou a conclusão do preenchimento dos documentos em conferência via *Google Meet*, fornecendo suporte em caso de dificuldades. Após a confirmação do recebimento e checagem dos documentos pela pesquisadora, o depoimento foi iniciado, seguindo o roteiro de entrevista temática. Foi sugerido às participantes que imprimissem, fotografassem ou salvassem sua versão do TCLE.

Como instrumentos, foram utilizados o questionário sociodemográfico, para obter informações sobre identificação, formação e atuação profissional das participantes, e o roteiro de entrevistas, que contou com quatro eixos temáticos: processo de escolarização, trajetória acadêmica (graduação e pós-graduação), processo migratório e vivência feminina na academia.

As entrevistas ocorreram na modalidade virtual, via *Google Meet*, o que facilitou o alcance de participantes de diferentes estados do país. A política de privacidade da plataforma *Google Meet* garante que não há armazenamento de dados gerados na plataforma. Os dados foram armazenados em uma nuvem privada e criptografados. A duração das entrevistas foi livre, respeitando os limites de cada entrevistada.

De acordo com Portelli (2016), para a condução de entrevistas em História Oral, era necessário entender a relação social existente entre o pesquisador e o entrevistado. Assim, as entrevistas foram conduzidas de maneira dialética, alinhadas aos eixos temáticos da pesquisa.

Todos os encontros foram gravados por meio de um gravador de áudio. Os dados coletados foram armazenados em uma nuvem privada e criptografados. Posteriormente, os depoimentos foram transcritos e apresentados às participantes para validação das informações, a fim de que pudessem ser analisados na etapa pós-entrevista (Meihy & Holanda, 2020; Albertini, 2019).

### **Análise dos dados**

Após a realização das entrevistas, a análise do conteúdo coletado seguiu as etapas estabelecidas por Meihy e Holanda (2020) e Alberti (2013): transcrição, textualização, transcrição e conferência.

Inicialmente, ocorreu a transcrição literal do conteúdo fornecido, ou seja, a passagem fiel para o texto daquilo que foi dito pela participante, incluindo suas expressões de modo idêntico ao registrado na gravação. Na etapa de textualização, a transcrição foi reestruturada, eliminando elementos que não interferem na ideia central do depoimento, como vícios de linguagem, a fim de torná-lo mais inteligível. A transcrição envolveu o processo de transformar a fala em texto, agregando a concepção e a visão de mundo da participante. Por fim, a conferência consistiu na releitura do depoimento, em conjunto com a escuta da gravação,

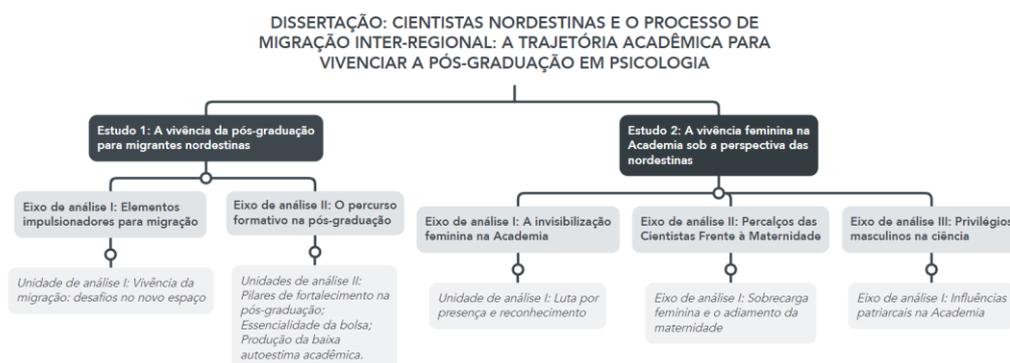
para realizar as alterações necessárias e garantir a fidelidade das informações (Meihy & Holanda, 2020; Alberti, 2013).

A análise foi realizada sob a perspectiva da Hermenêutica da Profundidade (HP), conforme os pressupostos de Thompson (1998), que se baseia em sugerir hipóteses e propor sentidos aos fenômenos, ao invés de simplesmente inferi-los. O processo dividiu-se em três etapas principais. A (1) análise sócio-histórica que consiste no entendimento contextual particular na qual o objeto encontrava-se, considerando o espaço, o tempo, as estruturas e instituições sociais. A (2) análise formal que tratou da leitura detalhada do conteúdo do material, observando sua estrutura e significados, em relação ao contexto sócio-histórico. Por fim, (3) a interpretação/reinterpretação que foram os passos finais da análise explicitando o fenômeno a partir do referencial proposto (Veronese & Guareschi, 2006).

Os dados foram analisados e discutidos a partir da Psicologia Escolar Crítica (Patto, 1984/2022a; Patto, 2016/2022b), Psicologia Histórico-Cultural (Vigotski, 2010), Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 2011), Nordestinidades e cultura regional (Albuquerque, 2011) e dos Estudos Feministas (hooks, 1995, 2019; Federici, 2019; Segato, 2016; Sardenberg, 2002).

Nos capítulos a seguir, os resultados das análises serão expostos em dois capítulos empíricos, conforme a estrutura analítica ilustrada na figura a seguir:

**Figura 01:** Estrutura dos capítulos empíricos da dissertação



**Fonte:** Autores do estudo

## CAPÍTULO V

### RESULTADOS

#### **Estudo 01: A vivência da migração inter-regional de estudantes nordestinas para a pós-graduação em Psicologia**

Ao analisar a vivência migratória das cientistas migrantes, identificaram-se dois principais eixos de análise. **Eixo I** *Elementos impulsionadores para migração*, com a unidades de análise: *vivência da migração: desafios no novo espaço*. **Eixo II** *Percurso formativo na pós-graduação*, em que emergiram as seguintes unidades de análise: *os pilares de fortalecimento na pós-graduação; a essencialidade da bolsa; e a produção da baixa autoestima acadêmica*.

#### **Elementos impulsionadores para migração**

O primeiro eixo de análise emerge a partir do reconhecimento das características que aproximam as vivências do processo migratório inter-regional para as cientistas. Nesse eixo, trata-se, portanto das motivações e potencialidades que influenciaram a decisão de migrar, da experiência concreta no novo espaço e dos aspectos que a moldaram.

#### **Vivência da migração: desafios no novo espaço**

A análise crítica das motivações de migração das cientistas revela um panorama de desigualdade estrutural que transcende a busca por aprimoramento acadêmico. As falas das participantes expõem como as disparidades regionais no Brasil influenciam diretamente suas trajetórias, mostrando que a decisão de migrar não é simplesmente um desejo por melhores oportunidades, mas uma necessidade imposta pela falta de infraestrutura acadêmica nas suas regiões de origem. A predominância dos PPGs de alta avaliação nas regiões Sul e Sudeste destaca uma hierarquia geográfica do saber, em que a qualidade acadêmica está concentrada

em áreas historicamente privilegiadas, o que perpetua a exclusão de regiões como o Nordeste de um desenvolvimento equitativo. Nesse contexto, a avaliação CAPES se transforma não só em um critério de escolha, mas em um marcador de exclusão para programas fora desse eixo privilegiado.

Ao avaliar a vivência das cientistas, foi possível identificar três aspectos principais relacionados à trajetória migratória no novo contexto. Primeiramente, destaca-se a motivação para migrar. Em segundo lugar a adaptação ao novo ambiente, que envolve e por fim, os episódios de xenofobia vivenciados.

No que se refere a motivação para migrar, pôde-se compreender que as migrações foram fundamentadas na busca por conhecimento e qualidade dos professores, na oportunidade de aprimoramento acadêmico mediante auxílio financeiro, bem como a avaliação Capes que desempenhou um papel significativo na decisão:

Então assim, eu acho que a UnB tem seu mérito com relação a qualidade dos professores. Eu lembro que os autores que eu lia, o Pasquali nos livros de psicometria, estavam passando no corredor e abriu muito mais espaços (Cientista migrante do Rio Grande do Norte, 42 anos).

Então, tinha um centro de excelência com possibilidade de bolsa, que na época também não era fácil, assim, eram sempre os primeiros lugares com bolsa e tal. Então, ali era uma certeza que eu teria bolsa (Cientista migrantes da Bahia, 46 anos).

Eu fiz na primeira, passei e não fiz mais nenhuma, porque na verdade era um programa que eu achava que eu não ia conseguir, porque na época lá era Capes 7, ainda é Capes 7, então é a maior avaliação (Cientista migrante do Piauí, 32 anos).

As disparidades regionais em termos de oferta e qualidade dos PPGs desempenham um papel significativo nas decisões de migração. Dados coletados pela Plataforma Sucupira (2024), revelam que a região Nordeste possui 20 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia. Enquanto, a região Sudeste dispõe de 38 cursos. Essa disparidade na oferta de vagas entre as regiões cria um abismo perceptível, principalmente ao considerar que o Nordeste conta com apenas 8 cursos com nota Capes acima de 5, enquanto o Sudeste conta com 20 com a mesma qualificação.

O conceito de "capital acadêmico" deve ser analisado criticamente nesse cenário. Como Bourdieu (1986) sugere em seus estudos sobre formas de capital, o acesso ao capital cultural (representado aqui pela educação de qualidade e redes acadêmicas) está condicionado a quem já possui capital econômico e social. As regiões com menor oferta de cursos CAPES com nota alta, como o Nordeste, ficam em desvantagem ao competir por recursos e posições de destaque no cenário acadêmico nacional. Isso leva a um ciclo de concentração de talentos e investimentos em poucas regiões, o que não apenas limita o desenvolvimento científico do país como também amplifica as desigualdades regionais. Nesse sentido, a migração acadêmica para regiões mais desenvolvidas, longe de ser uma escolha, reflete uma dinâmica de concentração de poder e recursos.

A questão da adaptação das cientistas migrantes a novos ambientes também deve ser considerada a partir de uma perspectiva interseccional. As dificuldades relatadas pelas participantes em relação ao sentimento de não pertencimento e à solidão indicam que as vivências migratórias são marcadas por camadas de exclusão que vão além do simples distanciamento geográfico. O choque cultural, a ausência de redes de apoio locais e as diferenças no estilo de vida criam barreiras invisíveis que impactam diretamente o bem-estar e a saúde mental dessas cientistas. Além disso, como ressaltado por Hall (1997) e hooks (1992), a construção de identidade em um novo ambiente é sempre um processo de negociação com o

"outro", e nesse caso, as cientistas se veem constantemente negociando suas identidades regionais e acadêmicas em contextos que muitas vezes não reconhecem ou respeitam suas origens.

A preocupação com a nota do curso não é apenas um indicador de desempenho acadêmico, mas também um fator determinante na competitividade e na capacidade dos programas de atrair recursos essenciais para o financiamento de projetos de pesquisa, auxílio financeiro para os alunos e sustentabilidade do programa. Portanto, não é propósito deste trabalho descredibilizar os PPGs no território nordestino, mas promover uma reflexão crítica sobre a distribuição de verbas às Universidades e a alocação de bolsas Capes (Espejo et al., 2022)

A dimensão de um fornecimento de recursos mais nivelado entre as regiões, isto é, uma alocação equiparada, robustece a ciência em territórios diversos, tornando a migração acadêmica uma escolha facultativa, e não uma exigência. Esse processo pode criar um ambiente acadêmico inclusivo e variado, possibilitando que todas as regiões aperfeiçoem e colaborem para o progresso científico, viabilizando o desenvolvimento regional e ofertando iguais perspectivas de crescimento aos pesquisadores (Guimarães et al., 2020).

No que tange ao aspecto de adaptação a análise das vivências das participantes evidenciou sentimentos de não pertencimento, solidão e dificuldades de adaptação à nova rotina:

A dificuldade da migração, quando você chega e não conhece as pessoas certas ainda você se sente um peixe fora d'água e aí, quando você se sente incluído, você se sente alguém novamente (Cientista migrante de Sergipe, 27 anos).

Quando os amigos estavam com as famílias, eram feriadados, na hora que eu não conseguia ver ninguém, eu experimentava realmente o que era solidão. É uma cidade imensa,

cheia de gente, mas você está muito só. Então, eu experimentei lá pela primeira vez o que é solidão” (Cientista migrante do Ceará, 38 anos)

E as coisas da universidade também demandaram uma certa adaptação, porque querendo ou não, iniciar uma nova fase envolve adaptações e tal. E eu lembro que essa primeira adaptação para mim foi bem difícil. Eu chorei quase o semestre inteiro, no começo do semestre eu voltava para casa chorando no ônibus todos os dias (Cientista migrante da Paraíba, 32 anos).

A literatura científica recente fortalece a ideia de que a vivência do processo migratório produz um contexto de instabilidade. Isso se deve às exigências do ambiente e da habilidade dos indivíduos de lidar com as mudanças, como o distanciamento do convívio familiar, a separação dos amigos, a adaptação a uma nova cultura e ambiente físico, além das mudanças nos contatos com grupos étnicos e religiosos, entre outros aspectos significativos (Coutinho et al., 2023)

A importância crucial da saúde mental de estudantes migrantes é destacada, revelando esquemas de estresse adaptativo e impactos significativos de choques culturais. Esses fatores afetam consideravelmente a capacidade dos estudantes de lidar com as exigências acadêmicas e de se ajustar ao novo ambiente social (Beserra, 2023). Segundo Silva (2020), o estresse é uma resposta adaptativa necessária para a sobrevivência, porém pode impor limitações ao organismo, especialmente em contextos migratórios, onde pode contribuir para o sofrimento psicológico diante das crises enfrentadas pelos indivíduos.

A pós-graduação *stricto sensu* requer uma adaptação significativa à nova rotina acadêmica, incluindo compromissos como publicação em periódicos, cumprimento de créditos, e defesa de estudos (Espejo et al., 2022). Zancan (2021) ressalta que essa trajetória é ainda mais desafiadora quando envolve mudança de cidade ou distanciamento da família, representando

um dos maiores desafios emocionais e práticos durante esse período intensivo de formação acadêmica.

As pessoas nordestinas que se deslocam para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste enfrentam, historicamente, experiências de xenofobia, especialmente relacionados ao sotaque:

Em Brasília, como em um todo, foi o meu sotaque. Parece que mexe muito, chama muito a atenção nos ambientes. E muitas vezes, eu era a única nordestina e às vezes eu chegava na aula e aí era sempre comentado o meu sotaque, sempre era assunto (Cientista migrante de Sergipe, 27 anos).

Quando eu cheguei, do tipo, ai, de onde você é? De onde vem esse sotaque? Ai, é que jeitinho bonitinho de falar. Aí se torna meio que uma caricatura, uma piada com aquilo (Cientista migrante do Rio Grande do Norte, 42 anos).

Todavia, em uma expressão de resistência, outra pesquisadora declara o orgulho de suas origens ao se referir ao seu sotaque:

Eu faço muita questão de não mudar absolutamente nada do meu sotaque, porque eu sou apaixonada pelo meu sotaque (Cientista migrante de Alagoas, 23 anos).

Albuquerque Júnior (2011), em sua obra "A invenção do Nordeste", argumenta que a xenofobia contra os nordestinos emerge a partir da tratativa da região como uma imagem inventada, em vez de uma entidade de prontidão baseada na realidade. Esse processo cria discursos que buscam estabelecer uma homogeneização da região “como se as pessoas não tivessem o mapa do Brasil em casa” (Cientista migrante de Sergipe, 27 anos). negligenciando a identidade e particularidade de cada estado.

Outro aspecto crucial a ser analisado é o impacto da xenofobia enfrentada pelas migrantes nordestinas em regiões como o Sudeste e Sul do Brasil. Como evidenciado pelas

falas das participantes, a xenofobia linguística é um dos principais mecanismos de discriminação, tornando o sotaque uma ferramenta de marginalização. Estudos como os de Albuquerque Júnior (2011) indicam que o Nordeste é frequentemente construído como uma "imagem inventada" dentro da cultura nacional, e o sotaque nordestino é frequentemente utilizado como marcador de inferioridade ou de alteridade. Esse processo de estigmatização não apenas desumaniza essas cientistas, mas também reforça estruturas de poder e exclusão que perpetuam as desigualdades regionais no Brasil.

A xenofobia contra os nordestinos se demonstra de maneira notória através de estereótipos depreciativos deveras arraigados na sociedade brasileira. Esses estereótipos vinculam a região à miséria, fome, seca e ignorância educacional, perdurando uma visão deturpada e negativa do Nordeste (Ramos, 2021). Tais concepções equivocadas não apenas desvalorizam a diversidade e riqueza cultural da região, como favorecem para a discriminação e exclusão social dos nordestinos.

Um fenômeno discriminatório no cenário brasileiro, resultante do processo histórico de colonização, tem sido abordado em estudos recentes. Esse fenômeno, intitulado como xenofobia racializada, é marcado por uma maneira de discriminação que ultrapassa os aspectos econômicos, manifestando-se no contraste de distribuição e acolhimento de estrangeiros com base na origem e nos marcadores sociais (Marinucci, 202). Esse processo afeta especialmente imigrantes não-brancos provenientes de países em crises econômicas e humanitárias, como Haiti, Venezuela e países do Oriente Médio.

Na atual conjuntura social o afastamento total do migrante não é uma alternativa viável, no entanto, criam-se mecanismos para que ocorra o isolamento desses sujeitos (Giroto & Paula, 2024). Dessa forma, a partir da identidade coletiva, as comunidades são formadas e fechadas, tornando a comunicação com pessoas que pertencem a outras origens, impraticável. Embora

os estudos tratam de um contexto de migração internacional é possível realizar um paralelo experienciado pelas entrevistas na migração inter-regional:

Eu acho que uma xenofobia de não avisarem para a gente das coisas. Eu acho que o Sudeste, o Sul, eles criam uma bolha em que eles se fecham e as oportunidades que têm aqui, elas não são levadas para pessoas de outros lugares, tipo o Nordeste (Cientista migrante de Alagoas, 23 anos).

A vivência da participante, embora não esteja diretamente alinhada com público-alvo principal dos estudos na literatura científica (Sampaio et al., 2023), reforça suas conclusões. A partir da discussão elaborada, avança-se na proposição de um debate que considere o contexto da migração inter-regional, abordando a racialização e a xenofobia, reconhecendo a inviabilidade de separação desses fenômenos.

Por fim, ao traçar um paralelo entre a migração inter-regional e os fenômenos de xenofobia racializada, como discutido por Marinucci (2022), podemos identificar que a discriminação enfrentada por migrantes nordestinas em outras regiões do Brasil é um reflexo de processos históricos mais amplos de exclusão social e racial. A xenofobia no contexto brasileiro não se limita a questões de nacionalidade, mas também se articula com dinâmicas internas de classe, região e raça, reforçando hierarquias que marginalizam certos grupos. Portanto, é essencial que a discussão sobre a migração acadêmica no Brasil incorpore uma análise mais profunda das interseções entre xenofobia, racismo e desigualdade regional, reconhecendo que essas cientistas estão inseridas em um sistema que, historicamente, privilegia determinados grupos em detrimento de outros.

### **O percurso formativo na pós-graduação**

O processo formativo em mestrado ou doutorado para mulheres migrantes exige uma série de adaptações em distintos âmbitos, iniciando desde a preparação para a moradia no novo

território até a estadia propriamente dita no ambiente acadêmico. Dessa forma, este eixo de análise apresenta os aspectos de fortalecimento desse processo educacional, as adaptações financeiras necessárias para a pós-graduação e abrange aspectos de baixa autoestima acadêmica.

### **Pilares de fortalecimento na pós-graduação**

Ao narrarem suas histórias de vida, embora as cientistas tenham mencionado diversas dificuldades em suas experiências, é crucial destacar os facilitadores que também foram identificados no percurso formativo. Entre os aspectos que fortaleceram a vivência na pós-graduação, destacam-se o bom relacionamento com a orientadora (ou orientador), o ambiente de convivência positiva entre os pós-graduandos e a formação proporcionada pelas instituições.

Meu grupo de pesquisa era um grupo muito acolhedor, o laboratório era acolhedor, e para mim, virou uma certa segunda família mesmo. Era um sentimento de família que eu encontrei neles também. E a minha orientadora também era uma pessoa que valorizava muito isso (Cientista migrante da Paraíba, 32 anos).

Eu tive uma boa relação com a minha orientadora. Eu ia para casa dela, a gente fazia lanche juntas e hoje eu faço parte de uma associação junto com ela. Ela é a presidente, eu sou a secretária. A gente continua se encontrando, falando, mesmo depois de ter terminado o doutorado, a gente teve uma boa relação mesmo e eu sei que isso não acontece com todo mundo (Cientista migrante do Piauí, 32 anos).

Além disso, foi possível conceber um cuidado por parte dos PPGs com a questão migratória dos estudantes:

Eles procuravam possibilitar momentos também para a gente se reunir. Momentos de confraternização. Porque eles entendiam que isso era muito importante para a gente se manter lá. E eles tinham interesse que a gente continuasse lá (Cientista migrante do Piauí, 32 anos).

Eles sempre estavam muito dispostos a ajudar. Me tratavam bem, me ajudavam no que eu precisava, coisas assim como eu tinha visto. Então posso dizer que isso facilitou (Cientistas migrante do Maranhão, 27 anos).

Os relatos das participantes estão em consonância os achados de Meurer et al. (2021), ao evidenciar a relevância da dinâmica entre orientador e orientando na produção acadêmica. Esse relacionamento é crucial para o desenvolvimento de habilidades enquanto profissional docente, mesmo nos mestrados profissionais. indicam que a produtividade acadêmica e o desenvolvimento cognitivo são instigados de maneira multifatorial, enfatizando a particularidade das relações sociais, incluindo o convívio entre orientador e orientando.

Apesar da literatura salientar a importância de uma relação saudável entre aluno e orientador, ainda é frequente deparar discentes e professores com relações hostis, o que interfere de maneira desfavorável os resultados das produções científicas (Vieira et al., 2022). Nesse contexto, Lélis et al. (2022) recomendam que tanto os orientadores quanto os PPGs considerem as singularidades biopsicossociais dos orientandos para planejamento de atividades acadêmicas.

Um ambiente relacional harmonioso, desempenha um papel crucial no sucesso do processo acadêmico. Estudos recentes (Lélis et al., 2024) enfatizam a relevância de um contexto acadêmico que promova ativamente o diálogo, o respeito mútuo e uma postura crítica diante do modelo competitivo vigente. Esses aspectos são primordiais para possibilitar uma vivência mais enriquecedora e proveitosa na pós-graduação, beneficiando tanto orientandos quanto orientadores no desenvolvimento de suas carreiras acadêmicas e profissionais.

No que tange ao acesso ao conhecimento nas Universidades Públicas as participantes relataram experiências favoráveis quanto à estrutura assim como a qualidade da formação:

Por eu ter a oportunidade de fazer o que eu gosto, tendo os recursos que eu tenho aqui, isso para mim é, assim, é fora do comum. E também a oportunidade de ter contato com pessoas de fora do Brasil, enfim, de Universidades. Eu fiz aula de departamento de fora do Brasil, enfim. Então, assim, eu acho que poder fazer o que eu gosto com mais recursos é muito bom. (Cientista migrante de Alagoas, 23 anos).

A gente tem uma disciplina básica mesmo de aprender, porque essa base epistemológica e filosófica é muito importante para a gente pensar em pesquisa, né? Então, assim, é algo que eu considero muito importante na minha formação quando eu entrei lá (Cientista migrante do Piauí, 32 anos).

Embora a estrutura das universidades públicas não esteja em um nível ideal e a reivindicação por aprimoramentos e investimentos seja impreterível, as vivências das participantes assinalam uma experiência que promoveu uma formação teórica e prática sólida nessas instituições. Tal experiência corresponde às conclusões de Soares et al. (2021) que destacam a apreciação com o trabalho dos professores como mediadores do conhecimento.

As instituições brasileiras possuem competência para aumentar significativamente sua produção acadêmica, destacando a necessidade premente de melhores condições de financiamento e valorização. Nesse sentido o investimento em educação deve ser administrado de maneira programada, eficiente e equitativa, promovendo políticas públicas que fomentem a formação docente e assegurem um ensino de qualidade (Gonçalves & Lima, 2024).

Nesse sentido, evidencia-se a crescente necessidade de inserir minorias historicamente excluídas no campo científico. No caso das mulheres nordestinas, as histórias de vida retratadas mostram como o processo formativo pode ser relevante para suas vivências. Além disso, essa constatação avança ao compreender que a presença dessas mulheres nos aproxima da visão de Baró (2011) sobre a necessidade de parar de aceitar modelos científicos estrangeiros de maneira

acrítica. O cenário brasileiro é diverso e, muitas vezes, não é representado por tais modelos. Portanto, a presença de mulheres nordestinas abre caminho para a criação de novas teorias baseadas em nossa realidade, fortalece as instâncias sociais e nos reforça como produtores de uma autêntica ciência latino-americana (Toso & Souto, 2020).

### **A essencialidade da bolsa**

Esta unidade de análise nos permite apresentar e analisar como as questões financeiras foram pontos de preocupação nas trajetórias de vida das participantes ao ingressarem na pós-graduação. Assim, é possível compreender a luta pelo acesso e permanência na pós-graduação e as adaptações financeiras necessárias que permearam a vivência no mestrado e doutorado.

Como anunciado anteriormente Vasconcelos (2020) destaca como a possibilidade de acesso à educação em países com intensa desigualdade social, como o Brasil, limita à elite o ingresso em ambientes de produção de conhecimento. Esta realidade evidencia uma barreira considerável para a transformação social, em vista do potencial de transformação possibilitado pela educação no enfrentamento à perpetuação da divisão do trabalho e do conhecimento.

Nesse contexto, a educação viabiliza à classe trabalhadora não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a capacidade de atuar no processo de elaboração e propagação dos conhecimentos científicos. A acesso de grupos historicamente marginalizados na ciência, como as nordestinas migrantes, exemplifica essa luta (Lima & Lombardi, 2020).

As histórias de vida das cientistas migrantes ilustram como as adaptações financeiras foram necessárias para superação das barreiras impostas pela desigualdade social do país para vivência da pós-graduação:

Eu fui da capital, uma das mais baratas para uma das mais caras do Brasil, então foi um impacto financeiro. E os meus pais me ajudaram algumas vezes. Mas na maior parte fui eu tentando me estruturar na cidade, fui fazer o meu mestrado trabalhando enquanto psicóloga clínica ao mesmo tempo (Cientista migrante de Sergipe, 27 anos).

Nessa hora, tem que ter uma decisão financeira. São Paulo é caro, as coisas são caras, o custo de vida é muito diferente do nosso. O que eu fiz? Eu vou vender meu carro. O carro consegue me sustentar lá por seis meses (Cientista migrante do Ceará, 38 anos).

Como pertencentes à classe trabalhadora, a insegurança econômica amplia o estresse no cenário migratório, influenciando a trajetória educacional devido à pressão sobre os discentes (Zancan, 2021). A falta de recursos para necessidades essenciais como alimentação adequada, vestuário, acesso a cuidados básicos de saúde e moradia tem sido identificada como um fator determinante na vulnerabilidade psicológica dos indivíduos afetados.

Para tanto, como meio de fomentar o acesso e permanência dos estudantes (e principalmente, das estudantes) migrantes nas instituições de ensino, é crucial a adoção e ampliação de políticas educacionais que visem as singularidades desse grupo. programas de auxílio financeiro e bolsas de estudos que possibilitem o seguimento dos estudos e a conclusão do curso de um modo geral, programas de auxílio financeiro e bolsas de estudos seguem sendo uma alternativa que possibilita aos discentes da classe trabalhadora o ingresso na pós-graduação (Cardoso et al., 2022).

A essencialidade de bolsas de demanda social como um fator predominante na prevenção da evasão é destacada, embora o valor do auxílio ainda não esteja em um parâmetro

adequado para uma dedicação integral (Santos et al., 2020). A história de vida das participantes reforça essa afirmação.

A bolsa não dá, né? A bolsa não sustenta O dinheiro do carro acabou. Uma hora ia acabar, né? Aí não ia dar para continuar me sustentando E assim, porque eu comecei a trabalhar, foi quando eu comecei a ficar mais sustentável mesmo (Cientista migrante do Ceará, 38 anos).

A Universidade estava num processo financeiro bem difícil. E aí, eu não recebi bolsa, isso foi bem complicado. E foi uma das coisas também que me fez meio que trancar o mestrado lá na época, porque eu passei por uma dificuldade financeira eu não recebi bolsa, o que foi bastante complicado (Cientista migrante do Maranhão, 27 anos).

Ademais, critica-se a dinâmica de recebimento da bolsa, uma vez que era exigido que o estudante não realizasse atividade remunerada, com algumas variações por programa, e que tivesse disponibilidade para dedicação exclusiva ao mestrado ou doutorado (Silva et al., 2023). Esse requisito faz com que a pós-graduação seja vista como um trabalho, embora sem vínculo ou direitos trabalhistas. Todavia, conforme discutido anteriormente, a insuficiência do valor disponibilizado precariza essa atividade.

Recentemente, o Ministério da Educação (2023) flexibilizou a associação de bolsas com atividades remuneradas, argumentando que isso poderia atrair pesquisadores para as regiões Norte e Nordeste. Contudo, essa decisão levanta questões, pois o acúmulo de compromissos intensos pode sobrecarregar os pós-graduandos. Assim, questiona-se se a medida visa realmente apoiar aqueles que precisam complementar sua renda ou se reflete um descaso com a ciência nacional e a saúde dos pesquisadores.

Na dinâmica capitalista atual, a intensa pressão por aumentar a produção em prazos cada vez mais curtos leva os discentes a equilibrar as demandas acadêmicas com o trabalho

assalariado. Essa conjunção frequentemente estimula crenças de incapacidade e fracasso, resultando em adoecimento psíquico e/ou evasão. No entanto, é crucial reconhecer que, embora essas crenças possam surgir como sentimentos individuais, na realidade são produtos de um sistema social (Wüst et al., 2023).

A luta pelo acesso e permanência dessas mulheres em programas de mestrado e doutorado não se limita apenas às questões acadêmicas, mas envolve também profundas adaptações financeiras e psicológicas. A partir dos depoimentos das cientistas migrantes, observa-se que a insegurança econômica e a ausência de suporte adequado impactam significativamente a trajetória acadêmica dessas mulheres. Como citado, muitas delas tiveram de equilibrar estudos e trabalho remunerado para conseguir se manter nas cidades onde realizavam suas pesquisas, o que evidencia a precariedade das condições oferecidas às pesquisadoras.

Neste contexto, a bolsa de estudos emerge como um elemento central, sendo muitas vezes o único meio que possibilita a continuidade dos estudos de indivíduos provenientes de classes trabalhadoras. No entanto, como apontado pelos relatos, o valor insuficiente das bolsas de demanda social representa um grande obstáculo. A impossibilidade de sustento com a bolsa leva os discentes a buscar outras fontes de renda, muitas vezes entrando em conflito com a exigência de dedicação exclusiva ao curso. Este paradoxo — de uma bolsa que exige dedicação total, mas que não oferece condições para isso — coloca as cientistas migrantes em uma situação de vulnerabilidade. A migração, por si só, já traz consigo desafios logísticos, emocionais e culturais, e, quando associada à precariedade financeira, intensifica o estresse e a sobrecarga dos estudantes.

A maioria das participantes da pesquisa, com exceção da cientista do estado do Piauí, mantém um discurso alinhado sobre a insuficiência das bolsas e os desafios financeiros

enfrentados durante a pós-graduação. Elas relatam que, para conseguir se sustentar nas cidades onde realizavam seus estudos, foi necessário renunciar a bens materiais ou conciliar trabalho e pesquisa. Esse alinhamento discursivo reflete a compreensão comum de que o valor das bolsas de estudos é inadequado para garantir uma dedicação exclusiva ao mestrado ou doutorado, sendo a falta de apoio financeiro um fator determinante na experiência acadêmica e pessoal dessas mulheres migrantes. No entanto, a cientista do Piauí parece não compartilhar totalmente dessas preocupações, sugerindo que suas vivências podem ter sido mediadas por contextos ou redes de suporte diferentes, ou que a própria dinâmica local tenha oferecido alternativas menos restritivas, destacando uma singularidade nesse panorama geral.

Em termos macropolíticos, o acesso às bolsas de estudo no Brasil está diretamente relacionado ao cenário de desigualdades regionais e orçamentárias. Segundo dados recentes do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o número de bolsas de pós-graduação sofreu cortes significativos nos últimos anos, especialmente em regiões fora do eixo Sul-Sudeste, como o Norte e Nordeste, impactando diretamente a inclusão de estudantes de classes sociais menos favorecidas nesses programas. Entre 2015 e 2021, o número de bolsas oferecidas pela CAPES caiu em torno de 20%, o que agrava a vulnerabilidade financeira dos discentes e afeta diretamente a qualidade da produção científica. Esses cortes, associados à política de austeridade fiscal, refletem um retrocesso na democratização do acesso à educação superior no Brasil e ampliam as disparidades regionais, comprometendo o desenvolvimento científico em áreas periféricas, como o semiárido nordestino.

Outro ponto de crítica relevante refere-se à rigidez dos programas de bolsa, que muitas vezes não consideram as necessidades específicas dos discentes migrantes. A flexibilização recente, que permite o acúmulo de bolsas com atividades remuneradas, traz consigo uma série

de questões que ainda precisam ser analisadas com maior profundidade. Embora tal medida possa ser vista como uma tentativa de ampliar o acesso e permanência na pós-graduação, ela também pode resultar em uma intensificação das jornadas de trabalho e estudo, sobrecarregando os estudantes e comprometendo sua saúde mental e física. Não se pode ignorar que a ciência é uma atividade de alta demanda cognitiva e emocional, e o acúmulo de funções tende a comprometer a qualidade da produção acadêmica e a saúde dos pesquisadores.

Nesse sentido, a análise crítica da essencialidade da bolsa passa necessariamente por uma reflexão mais ampla sobre as políticas públicas de apoio à educação no Brasil. A forma como o financiamento da pesquisa está estruturado reflete uma lógica de exclusão que perpetua a elitização do ambiente acadêmico. A falta de suporte financeiro adequado acaba reproduzindo as desigualdades que já existem na sociedade, restringindo o acesso à ciência àqueles que possuem meios próprios para se sustentar. Assim, a bolsa, em vez de ser um mecanismo de inclusão, muitas vezes funciona como um limitador, afastando aqueles que mais precisam de auxílio para se dedicar aos estudos.

A evasão escolar, no contexto da pós-graduação, é um fenômeno que deve ser compreendido em sua totalidade. Não se trata apenas de uma decisão individual ou de um fracasso isolado, mas de um reflexo das condições estruturais que cercam o estudante. As exigências por produtividade, aliadas à falta de apoio financeiro e à pressão por resultados rápidos, configuram um ambiente de tensão constante. Para as mulheres migrantes, que já enfrentam desafios relacionados ao deslocamento geográfico e à adaptação a novas realidades culturais, essas pressões são ainda maiores. As narrativas das cientistas entrevistadas deixam claro que a dificuldade financeira foi um dos principais fatores que as levaram a considerar a interrupção de seus estudos.

Além disso, é importante ressaltar que a falta de bolsa de estudos, ou a inadequação do valor recebido, não afeta apenas o percurso acadêmico, mas também a saúde mental das pesquisadoras. Como apontado por Zancan (2021), a insegurança econômica amplia o estresse no cenário migratório, resultando em uma vulnerabilidade psicológica que pode comprometer seriamente a continuidade dos estudos. A falta de recursos para necessidades básicas, como alimentação, moradia e cuidados de saúde, intensifica o sentimento de precariedade, criando um ambiente propício para o adoecimento psíquico. Nesse sentido, é fundamental que as instituições de ensino superior reconheçam a importância de oferecer suporte integral aos estudantes migrantes, não apenas no âmbito acadêmico, mas também no que se refere às suas condições de vida.

A crítica à exigência de dedicação exclusiva, quando associada ao valor insuficiente das bolsas, revela uma contradição no sistema de pós-graduação brasileiro. A imposição de que os estudantes se dediquem exclusivamente ao curso, sem a possibilidade de realizar atividades remuneradas, coloca os discentes em uma posição de extrema vulnerabilidade. Por um lado, espera-se que esses estudantes contribuam de forma significativa para a produção científica do país; por outro, não lhes são oferecidas condições mínimas para que possam se manter financeiramente. Esta lógica de exploração acadêmica precisa ser revisada, especialmente no que tange às políticas de financiamento da pesquisa.

A flexibilização proposta pelo Ministério da Educação, embora pareça uma solução paliativa, não resolve o problema estrutural. Permitir que os estudantes acumulem bolsas com atividades remuneradas não elimina o fato de que o valor das bolsas, em si, é insuficiente. Ao invés de propor soluções temporárias, seria mais eficaz que o governo e as instituições de fomento revisassem os valores oferecidos, garantindo que os discentes pudessem se dedicar exclusivamente à pesquisa sem precisarem recorrer a trabalhos paralelos para se sustentar. A

precarização do trabalho acadêmico, evidenciada pela falta de direitos trabalhistas e pela insuficiência das bolsas, precisa ser enfrentada de maneira mais direta e estruturante.

Por fim, a análise da essencialidade da bolsa nos permite compreender que a permanência na pós-graduação, para as mulheres migrantes nordestinas, vai muito além da conquista de uma vaga. Trata-se de uma luta contínua por sobrevivência e adaptação em um sistema que ainda privilegia a elite econômica e social. A educação, embora seja um poderoso instrumento de transformação, só poderá cumprir esse papel se estiver verdadeiramente acessível a todos, o que inclui a garantia de condições dignas para que os estudantes possam concluir seus estudos. O valor das bolsas e a forma como o financiamento da pesquisa é organizado precisam ser repensados, de modo a assegurar que a pós-graduação seja um espaço de inclusão e não de perpetuação das desigualdades sociais.

O fracasso escolar não pode ser entendido como um uma questão individual ou que ocorra sob influência de apenas um fator. Na verdade, esse fracasso é uma produção social por intermédio de múltipla causalidade (Patto, 2016/2022b; Sousa & Negreiros, 2023). Dessa forma, variáveis como as dificuldades financeiras, o processo migratório, a sobrecarga de atividades e pressão exercida sobre os discentes, assim como a relação orientador-orientando devem ser consideradas em casos de evasão, como com a participante do Maranhão.

Entende-se, portanto, que o enfoque da Psicologia Escolar Crítica necessita abordar a pós-graduação de maneira mais abrangente, considerando as demandas sociais e políticas, evitando a tendência de individualizar e culpabilizar os estudantes por questões que são de ordem social, econômica, política e pedagógica. Estudos de Negreiros (2021; 2022) e Silva e Lima (2024) discutem o adoecimento estudantil relacionado à medicalização da sociedade e da educação, que frequentemente desconsidera o contexto social mais amplo, tratando problemas coletivos como individuais e patologizando-os.

### **A produção da baixa autoestima acadêmica**

A partir da análise da história de vida das participantes foi possível conceber um discurso de questionamento à própria capacidade intelectual assim como da qualidade processo educacional vivenciado no Nordeste, aliado a experiências de manifestações preconceituosas no ambiente acadêmico.

Eu não tinha a menor capacidade de estar aqui. Claramente, sabe? Eu me sentia muito assim. O que eu fui entendendo é que basicamente todos os meus amigos que fizeram pós-graduação eles convivem com esse sentimento dia sim, dia não (Cientista migrante da Paraíba, 32 anos).

Então eu acreditava que o que eu aprendi na minha trajetória de graduação não seria o suficiente para chegar até a UnB. Foi quando um colega me motivou e falou: “Mas eu vejo que você se dedica e não é impossível para você chegar até a UnB” (Cientista migrante de Sergipe, 27 anos).

O posicionamento, ainda que não dito diretamente, expressa o medo do fracasso acadêmico. Ao longo dos anos, repetiu-se de tal maneira que o Nordeste é uma região subdesenvolvida, habitada por pessoas ignorantes e analfabetas destinadas ao trabalho servil, que mesmo sem consciência explícita, foi internalizado pelas participantes. Essa é a supremacia defendida pela Teoria da Carência Cultural, em que pessoas partindo de um território “carente” como esse, não possuem qualificação adequada para estar em regiões superiores, leia-se, Sudeste e Sul (Grigoletto & Nardi, 2022)

Nesse contexto, a partir da imagem preconceituosa associada ao Nordeste, inicia-se um esforço deliberado de desacreditar a capacidade dos nordestinos de ocupar posições em renomadas instituições de ensino e de alcançar um nível educacional mais avançado. Tal

comportamento visa, produzir uma autoestima das pesquisadoras, manifestando-se no cotidiano por meio de comentários preconceituosos:

Eu lembro que teve um seminário de qualificação em que ia um professor, participava, assistia todas as apresentações, depois fazia comentários. E eu lembro que na época teve um e fala: “eu não sabia que aceitavam baianos aqui”. E aí eu respondi muito rapidamente, assim: “não, não aceitam, a gente vem, tira o primeiro lugar e fica”. (Cientista migrante da Bahia, 46 anos).

Teve um dia que eu apresentei um trabalho e teve um comentário, que eu não lembro exatamente a palavra, mas foi uma coisa do tipo: “nossa, mas nem parece que você é de Natal”, mas uma coisa do tipo, nossa, parece que você é tão boa como se tivesse feito o tempo todo (Cientista migrante do Rio Grande do Norte, 42 anos).

As pontuações preconceituosas percorridas nas trajetórias das participantes estão alinhadas a visão da Teoria da Carência Cultural ao apontar que “as causas do fracasso que tradicionalmente assola os estudantes das classes populares estariam em supostas deficiências ou carências oriundas do meio sociocultural” (Viégas, et al. 2022). Nessa perspectiva, ao questionarem a qualidade da formação de pesquisadoras e dos próprios nordestinos fica evidente a permanência do discurso da Teoria.

Sendo o ambiente acadêmico o principal espaço de produção de conhecimento científico, é crucial combater firmemente concepções discriminatórias. Este meio, que por muitos anos inviabilizou o ingresso das mulheres e conduziu estudos baseados apenas em uma perspectiva, não pode continuar a ser um espaço de discriminação de qualquer natureza. Como já mencionado, trabalhar com educação com base na Declaração dos Direitos Humanos requer garantir o acesso à educação e adotar uma conduta firme contra injustiças e discriminações (Chauí, 2022; Costa et al., 2019).

Além disso, tais fenômenos narrados pelas participantes revelam a necessidade de incorporar elementos que interseccionam a trajetória educacional no ciclo da vida, em especial o desenvolvimento humano de pessoas adultas. Essas, por sua vez, ao participarem das práticas formativas na universidade, como é exemplo o caso da pós-graduação, seguem potencialmente em desenvolvimento de habilidades e aprendizados. É indispensável repensar a graduação e a pós-graduação brasileira, a fim de que ambas as etapas acadêmicas concebam em seu espaço-tempo formativo o compromisso de que ao produzir conhecimento, também possam ser produzidos proteção, garantia de direitos e desenvolvimento da comunidade acadêmica em formação (Andrade et al, 2024).

## **Estudo 2: Entre fronteiras: gênero e desafios acadêmicos para nordestinas na pós-graduação em Psicologia**

Ao analisar a experiência das cientistas migrantes na Academia, identificaram-se três principais eixos de análise. O primeiro aborda a invisibilização das mulheres na Academia. O segundo eixo de análise discute os percalços enfrentados pelas cientistas em relação à maternidade e por fim, em terceiro, discorre sobre os privilégios masculinos na ciência e as repercussões na carreira das mulheres.

### **A invisibilização das mulheres na Academia:**

Ao explorar as histórias de vida das participantes, revela-se uma persistente luta contra as estruturas patriarcais profundamente enraizadas na Psicologia e nas ciências em geral. Essa batalha se manifesta tanto na constante busca por reconhecimento das suas contribuições à produção científica e competência quanto na luta para assegurar a presença em posições de destaque, que, embora a Psicologia seja um campo predominantemente feminino, continuam a ser amplamente ocupadas por homens.

Eu tinha muito o sentimento que eu tinha que fazer muito mais coisas que ele dentro da graduação para ser reconhecida, que ele (namorado) poderia falar algumas palavras bonitas. Eu comecei a explicar um conteúdo de psicanálise, e eu estava sozinha no ambiente. Ele (namorado) não estava lá e as pessoas elogiaram a minha explicação. E aí ela (professora) foi e falou, mas também, né? Com quem você namora? Então houve muitos momentos em que o meu reconhecimento foi por estar namorando um homem (Cientista migrante de Sergipe, 27 anos).

Você vai percebendo. Tanto a um nível assim, que eu acho que os homens, por sentirem desde sempre que qualquer espaço é deles, eu acho que eles têm muito mais facilidade de se colocar, de falar nos lugares, do que as mulheres, de modo geral. Ver, não só nem de mim, mas de minhas colegas brilhantes, mas que se colocavam menos do que os colegas homens (Cientista migrante de Pernambuco, 28 anos).

A gente começa com sendo a maioria na graduação e cada vez que isso vai subindo, né, de nível ou de colocação profissional, o número de mulheres vai diminuindo, né? Então, você vai ter uma maioria na graduação, mas aí o cara que é, sei lá, diretor do Instituto de Psicologia é um homem, né? Tipo, coisas assim. Então, eu acho que institucionalmente, em termos de carreira acadêmica, eu acho que esse recorte de gênero perpassa o tempo todo (Cientista migrante da Paraíba, 32 anos).

As trajetórias de vida das participantes mostram que, apesar das mulheres terem conquistado seu espaço na ciência após intensas batalhas, o campo ainda é amplamente permeado por uma concepção masculinizada. Essa visão, que não apenas associa o desenvolvimento do conhecimento científico ao domínio dos homens, mas também, como exemplificado pela participante sergipana, atribui frequentemente o mérito a figuras

masculinas, impõe obstáculos que dificultam o pleno reconhecimento e a visibilidade das competências femininas (Soares et al., 2021).

As narrativas de vida compartilhadas pelas participantes estão em consonância com o que é evidenciado pela literatura científica: apesar das consideráveis contribuições das mulheres no campo científico, elas continuam amplamente invisíveis e marginalizadas, especialmente em relação ao prestígio, notadamente nas áreas de ciências exatas e tecnologia. A continuidade dessa invisibilidade atravessa diversas camadas — social, cultural e estrutural — manifestando-se em diferentes etapas da vida dessas mulheres (Rodrigues et al., 2021).

As experiências de vida relatadas pelas participantes evidenciam que a discriminação de gênero persiste de forma insidiosa, mesmo em áreas onde as mulheres são maioria, como na Psicologia. Embora elas estejam presentes em todas as modalidades de bolsas e tenham significativo envolvimento nas atividades acadêmicas e científicas, ainda enfrentam um desequilíbrio substancial quando se trata de alcançar posições de liderança e reconhecimento no topo da carreira. Esse fenômeno revela que a presença numérica não se traduz automaticamente em equidade nas oportunidades ou em uma distribuição justa de prestígio (Cunha et al, 2021).

A dificuldade na obtenção de reconhecimento, conforme previamente mencionado, pode emergir na carreira acadêmica das mulheres tanto a partir de colegas de trabalho quanto das próprias instituições a que estão vinculadas. Nesse sentido, compreende-se que a negligência frente às desigualdades de gênero no contexto laboral contribui também para a precarização do trabalho feminino, refletindo-se em práticas de silenciamento das jornadas e da sobrecarga enfrentada. Desse modo, as mulheres são sistematicamente afastadas das possibilidades de ocupar posições de liderança (Silva & Neves, 2023; Rossetto & Machado, 2024).

Há evidências de que a dificuldade em alcançar cargos de maior prestígio na carreira científica não decorre da falta de competência das mulheres. Em vez disso, as discrepâncias de gênero persistentes revelam a existência de um complexo conjunto de obstáculos que se manifestam ao longo da trajetória profissional feminina, impedindo sua ascensão ao topo. Nesse cenário, não se trata mais de uma barreira formal e visível, mas de uma rede intrincada de dificuldades que são frequentemente abstratas e socialmente implícitas (Barros & Mourão, 2020).

Essa barreira invisível pode ser explicada pela autora Zanello (2023) ao apontar que o processo social dos homens é demarcado por uma lógica de "broderagem e gerida pelo silêncio cúmplice, no qual homens protegem uns aos outros e mantêm entre si lealdade" (p. 109). Esse sistema não apenas reforça a discriminação, mas também perpetua a exclusão das mulheres de posições de poder e prestígio. A persistência da ocupação masculina nos cargos de destaque evidencia como essa cultura patriarcal de favorecimento entre homens se traduz em um obstáculo estrutural para o avanço feminino.

Além das barreiras explícitas, o fenômeno da "broderagem" descrito por Zanello (2023) revela um processo de perpetuação de normas e práticas patriarcais que, de forma sutil, mina a capacidade das mulheres de avançar em suas carreiras acadêmicas. Esse mecanismo de proteção mútua entre homens, embora raramente formalizado, cria uma dinâmica na qual as mulheres são sistematicamente excluídas de círculos decisórios de poder. Isso reflete uma estrutura organizacional que privilegia a manutenção de relações informais de influência, muitas vezes invisíveis aos olhos de quem está fora desses espaços, contribuindo para a perpetuação do status quo masculino (Zanello, 2023).

Nesse contexto, é fundamental considerar também o impacto psicológico desse sistema nas mulheres que tentam romper essas barreiras. A literatura sobre a saúde mental das cientistas destaca o esgotamento emocional e a síndrome do impostor como resultados diretos da

exclusão e da desvalorização. Ao serem constantemente submetidas a expectativas mais elevadas que seus colegas homens, muitas mulheres internalizam a percepção de que precisam provar incessantemente seu valor, gerando um desgaste emocional contínuo. Esse ambiente tóxico contribui para uma evasão considerável de mulheres em estágios avançados da carreira acadêmica, mesmo em áreas onde elas são numericamente predominantes (Santos & Vieira, 2022).

Outro aspecto que merece destaque é a interseccionalidade dessas opressões. Não se trata apenas de uma questão de gênero, mas também de raça, classe e local de origem, como evidenciado pelas trajetórias das cientistas migrantes mencionadas. As mulheres negras, indígenas ou provenientes de classes sociais menos favorecidas enfrentam obstáculos ainda mais significativos em sua busca por reconhecimento e ascensão profissional. A sobreposição dessas diferentes formas de discriminação acentua o distanciamento das oportunidades e aumenta as barreiras para o desenvolvimento acadêmico e científico (Crenshaw, 1991).

Além disso, o conceito de "teto de vidro", tradicionalmente utilizado para descrever as barreiras invisíveis que impedem a ascensão das mulheres, deve ser expandido para incluir o que algumas autoras chamam de "labirintos de vidro". Essa metáfora sugere que, além de barreiras verticais que limitam a progressão para cargos de liderança, as mulheres enfrentam desafios horizontais que desviam suas trajetórias. São múltiplos e sucessivos obstáculos que as obrigam a navegar por caminhos tortuosos, tornando a jornada profissional mais longa, incerta e desgastante, muitas vezes resultando em desistência antes de alcançar o topo (Eagly & Carli, 2007).

Por fim, é crucial que as políticas institucionais avancem no sentido de não apenas reconhecer essas barreiras, mas também implementar mecanismos efetivos de combate a elas. A criação de redes de apoio para mulheres, programas de mentoria que conectem cientistas em diferentes estágios da carreira, além de políticas de incentivo à equidade de gênero, são

estratégias fundamentais para alterar essa estrutura. Sem uma intervenção sistêmica que desmonte as dinâmicas patriarcais enraizadas, as mudanças serão superficiais e de curto prazo.

### **Percalços das cientistas frente à maternidade**

Durante a narração de suas histórias de vida, as participantes compartilharam experiências e reflexões sobre os desafios em relação à maternidade enquanto discentes envolvidas no meio acadêmico. Embora nenhuma delas tenha vivenciado a gravidez de fato durante o período em que estavam cursando a pós-graduação, a mera possibilidade e até mesmo o desejo de ter um filho geravam preocupações significativas.

Se você engravidar aqui e aí, acabou a sua pós-graduação. Não vai ter como você virar em mil, assim, você não tem como. Vou até dizer uma coisa mais simples, tipo cólica. Se você tiver problemas com menstruação, você não pode parar na graduação, na pós-graduação, porque você tá tendo dismenorreia, assim, sabe? Então, assim, tem umas coisas muito específicas, eu acho (Cientista migrante de Alagoas, 23 anos)

Eu queria ter filho, mas como que eu vou ter filho, tipo, ganhando o que eu ganho da bolsa? E é isso, os congressos não têm espaço que as mães possam deixar os filhos para poder participar do congresso e tudo mais(...) E eu acho que isso é fundamental. Sem esse tipo de apoio, acho que mães cientistas são muito prejudicadas (...) é porque muito se fala sobre equidade de gênero, as revistas adoram tá propagando isso e aquilo e aquilo outro. No momento de dar prazo maior pra mulher de licença-maternidade precisam de textão da orientadora que é professora da USP (Cientista migrante da Paraíba, 32 anos)

Então, eu vejo que a maternidade acentua essa distinção da experiência da pós-graduação. Eu acho que a universidade não é nem um pouco preparada com os filhos, digamos

assim. Realmente, a gente estuda crianças, mas a gente as quer bem longe da universidade (Cientista migrante da Bahia, 46 anos)

O papel atribuído às mulheres no contexto doméstico é frequentemente sustentado por uma narrativa que considera as funções de cuidado como intrinsecamente femininas. Essa perspectiva pressupõe que atividades como o cuidado da casa, dos filhos e dos idosos são naturais para as mulheres e, portanto, devem ser sua responsabilidade exclusiva. Essa visão não apenas reforça a ideia de que essas tarefas são uma extensão da identidade feminina, mas também desconsidera as múltiplas possibilidades de atuação e as funções profissionais que as mulheres podem desempenhar além do ambiente doméstico e a sobrecarga que pode ser exercida (Federici, 2019; Antloga et al., 2020).

Para as cientistas migrantes nordestinas, essa desigualdade é exacerbada por aspectos interseccionais como a distância de suas redes de apoio familiares e sociais. A ausência de uma rede de suporte próxima intensifica a carga das responsabilidades domésticas, uma vez que estas mulheres são frequentemente forçadas a equilibrar suas funções acadêmicas com as demandas de um ambiente familiar sem o suporte tradicional. Nesse contexto, o desafio se torna ainda mais complexo, pois elas enfrentam não apenas as dificuldades inerentes ao ambiente acadêmico, mas também a insuficiência de recursos e apoio no gerenciamento das suas responsabilidades (Reis & Antunes, 2023).

Essa sobrecarga resultante da maternidade provoca uma preocupação substancial, particularmente na conciliação diária dos cuidados com os filhos e nas exigências acadêmicas. Essa carga adicional contribui para um ritmo desigual de produtividade, revelando uma das várias razões para a redução da participação feminina no campo acadêmico. Em contraste, a paternidade não gera repercussões negativas no desempenho profissional dos homens de

maneira significativa, frequentemente não sendo considerada um ponto de discussão ou um entrave para eles (Schneider, 2020; Martins & Marinho, 2020).

Outrossim, a experiência de vida pontuada revela uma lacuna significativa no apoio institucional destinado a mães cientistas dentro do espaço acadêmico. Ainda que a carência de políticas de suporte para essas mulheres seja vastamente declarada, a realidade concreta muitas vezes mantém-se aquém das expectativas, como demonstrado pela participante paraibana. As instituições acadêmicas, embora cientes das dificuldades enfrentadas por mães que buscam conciliar suas responsabilidades familiares com a carreira científica, frequentemente falham em responder tais demandas (Silva & Guedes, 2022)

A ausência de infraestrutura adequada seja para uma mulher gestante e para mães com bebês e de políticas institucionais contribui para uma experiência acadêmica desigual e excludente. Isso não só limita as oportunidades de progresso para as mulheres na academia, mas também perpetua um ambiente onde a vivência de ser mãe científica é permeada pela sensação de não ser pertencente à aquele espaço. Ora, não podemos nos esquecer que a estrutura científica ainda permanece baseada nos seus princípios patriarcais, que esperam que esse ambiente seja predominantemente masculino (Portuguesis, 2023).

Nesse sentido, compreende-se que as realidades de mestrandas e doutorandas são variáveis e atravessadas por marcadores de interseccionalidade, como a classe social e a raça, entre outros aspectos. No entanto, é fundamental avançar na discussão sobre o impacto da maternidade na trajetória acadêmica, especialmente para mães pós-graduandas que estão longe de casa e para mulheres que desejam engravidar durante o curso. A maternidade não deve ser vista como um obstáculo à formação acadêmica, mas sim como um aspecto que necessita de apoio. Portanto, fortalecer o ingresso e a permanência dessas mulheres no meio acadêmico corresponde a garantia direitos e equidade tão sonhada.

### **Privilégios masculinos na ciência**

As trajetórias de vida das participantes evidenciam como as mulheres enfrentam obstáculos significativos no ambiente acadêmico devido aos privilégios masculinos e às barreiras simbólicas estabelecidas pelo patriarcado. Esses desafios são agravados pelo processo migratório, que pode intensificar as dificuldades para mulheres migrantes ao lidarem com tais barreiras. A combinação desses fatores não só aumenta a marginalização das mulheres, como também compromete o avanço da ciência, limitando a diversidade e a inovação no campo acadêmico.

Os meninos eram muito mais bajulados. Sempre, sempre. Tudo era muito mais fácil para os meninos. Muito mais fácil. As oportunidades, por exemplo, porque a maioria dos professores do laboratório tinha um clínico. E aí a gente tinha uns projetos, por exemplo, tinha um professor lá que tinha um projeto de aprendizagem. Ele só montava as vagas para os meninos. Ele não montava para a gente. Era algo explícito (Cientista migrante do Ceará, 38 anos).

Além das barreiras explícitas, as mulheres na academia enfrentam desafios estruturais que refletem expectativas de gênero e preconceitos sutis que moldam o ambiente científico. Esses desafios se evidenciam em processos de avaliação e reconhecimento acadêmico, onde características tradicionalmente associadas à masculinidade, como assertividade e liderança, são valorizadas nos homens, mas são interpretadas de forma negativa nas mulheres. Segundo Schiebinger (2020), essa dinâmica reflete um “viés de gênero implícito” que permeia as instituições acadêmicas, reforçando uma cultura que favorece os homens e desencoraja a participação plena das mulheres, particularmente em posições de liderança e influência.

Além disso, a exigência de "adaptação" para cientistas migrantes mulheres frequentemente ignora as desigualdades estruturais que limitam suas oportunidades. Mulheres

que migram para outros países enfrentam desafios tanto de ordem cultural quanto profissional, sendo confrontadas com a dupla exclusão de gênero e identidade migratória. Esses desafios são exacerbados pela exclusão das redes informais de apoio acadêmico dominadas por homens, que frequentemente restringem o acesso das mulheres a oportunidades de financiamento, colaboração e reconhecimento científico (Heilman & Caleo, 2018). Essas redes exclusivas servem para perpetuar o ciclo de privilégios masculinos e a marginalização das mulheres migrantes, retardando sua ascensão nas carreiras acadêmicas.

Adicionalmente, a interseccionalidade das opressões enfrentadas pelas mulheres no meio acadêmico também merece destaque. Cientistas negras, indígenas ou pertencentes a outras minorias étnicas enfrentam camadas adicionais de discriminação que muitas vezes não são reconhecidas pelas políticas institucionais de inclusão. Hooks (2015) argumenta que as mulheres que estão nas intersecções de opressões de raça e gênero são duplamente marginalizadas, já que as normas acadêmicas tradicionais não consideram as particularidades de suas experiências. O fracasso em abordar essa interseccionalidade perpetua a exclusão de grupos historicamente desfavorecidos e impede o avanço de uma ciência verdadeiramente inclusiva.

Portanto, a promoção de uma mudança substancial nas instituições acadêmicas requer não apenas políticas de equidade de gênero, mas também uma abordagem mais ampla que incorpore a interseccionalidade. É necessário revisar os critérios de avaliação, promover mentorias inclusivas e desafiar as estruturas de poder que reforçam o patriarcado e as hierarquias raciais. Segundo Ahmed (2017), uma verdadeira transformação acadêmica passa pela desconstrução das práticas institucionais que silenciam e marginalizam mulheres e minorias, garantindo que a diversidade seja não apenas um valor proclamado, mas uma realidade vivida no cotidiano das universidades.

Eu nunca fui comunicativa, eu sempre fui tagarelar, mas eu nunca vi um homem ser tagarela. Homens sempre são comunicativos, isso é uma coisa que eu vejo demais. Os homens acabam sendo comunicativos, eles propõem network enquanto a gente é faladeira. Homem faz network, né? Mulher não faz network. Mulher faz fofoca. É totalmente diferente. Mesma coisa com arrogância. Mulher não é assertiva. Mulher é arrogante. E essas coisas eu sinto demais. Ah, porque você vai falar de um tom assertivo, assim, você é raivosa. Homem não é raivoso. Você já viu um homem se chamar de raivoso? Eu nunca escutei (Cientista migrante de Alagoas, 23 anos).

O patriarcado pode ser definido como uma tradição profundamente enraizada que estabelece a superioridade dos homens sobre as mulheres na sociedade. Nesse sistema, os homens são vistos como os detentores do poder e do domínio, gozando de respeito e privilégios que são sistematicamente negados às mulheres. Dentro desse sistema, os homens frequentemente se unem em acordos silenciosos para manter e replicar seus privilégios, buscando promover uma constante desvalorização e desqualificação das mulheres (Lerner, 2019; Zanello, 2023; Costa et al., 2020).

Desse modo, os relatos de vida das cientistas revelam como as práticas patriarcais se manifestam no ambiente acadêmico. A fala da cientista do Ceará exemplifica essa realidade ao destacar uma situação em que homens em posições de poder ainda favorecem outros homens em detrimento das mulheres. Em teoria, existem documentos reguladores e recomendações elaborados para guiar a conduta dos pesquisadores, baseando-se na ética e no respeito. No entanto, o que se observa na prática é que interesses pessoais e práticas discriminatórias podem sobrepor esses critérios (Lima & Farias, 2020).

A vivência na pós-graduação requer uma adaptação substancial à nova rotina acadêmica, que abrange a publicação de artigos, a participação em aulas e outras

responsabilidades. Esse desafio é ainda maior quando o aluno enfrenta um processo migratório e o afastamento de sua rede de apoio, obrigando-o a criar um ciclo social e a construir “networking”. Hoje em dia, manter uma rede de relacionamentos diversificados é amplamente reconhecido como um fator positivo e crucial para o sucesso profissional; na Academia essa prática não seria diferente (ESPEJO et al., 2022; ZANCAN et al., 2021; Souza & Silva, 2022).

No entanto, a experiência da cientista de Alagoas ilustra como esse processo pode ser ainda mais desafiador para as mulheres. As barreiras simbólicas enfrentadas por elas, como a atribuição negativa de comportamentos idênticos que são valorizados em homens, demonstram como a linguagem e as percepções sociais contribuem para a marginalização feminina na Academia, tornando o reconhecimento profissional mais difícil. Essa estratégia de diferenciação, em que os homens procuram destacar as mulheres de forma negativa, resulta no afastamento delas do ciclo de contatos e, conseqüentemente, prejudica suas carreiras enquanto favorece o avanço dos homens (Lerner, 2019; Zanello, 2023).

Essa série de condutas também traz conseqüências para a ciência, pois ao privilegiar um grupo específico (homens) em detrimento de outros (mulheres), o viés científico é comprometido. Isso restringe o campo da pesquisa a uma visão limitada, remetendo aos tempos em que o homem branco era o principal (e único) produtor de conhecimento. Esse tipo de atitude reforça uma ciência discriminatória, limitando o avanço de novas teorias, o desenvolvimento de conhecimentos sobre temas inovadores e a inclusão de minorias historicamente excluídas (Costa et al, 2019; Martín-Baró, 2011).

Lerner (2019) acredita que essas atuações não acontecem por acaso, pois o patriarcado funciona mediante o suporte das mulheres:

“por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem” (p.358).

Portanto, a luta das mulheres por emancipação e libertação deve incluir também a busca por uma educação emancipatória e libertadora. Por meio dessa educação será possível romper com as estruturas históricas que invisibilizaram e inferiorizaram as mulheres.

## CAPÍTULO VI

### DISCUSSÃO

Conforme a abordagem adotada neste trabalho, a análise dos resultados será conduzida e estruturada com base nos dois estudos, sendo detalhada a seguir.

#### **Estudo 01: A vivência da migração inter-regional de estudantes nordestinas para a pós-graduação em Psicologia**

O presente estudo investigou as experiências de cientistas nordestinas migrantes na Academia, evidenciando como as estruturas patriarcais enraizadas continuam a moldar a experiência das cientistas, mesmo em campos predominantemente femininos como a Psicologia. As histórias de vida das participantes expõem as barreiras simbólicas e práticas que dificultam o reconhecimento e a ascensão profissional das mulheres, destacando o impacto de privilégios masculinos que perpetuam a desigualdade de gênero.

O relato das cientistas migrantes do Nordeste, em particular, ilustra como essas barreiras são intensificadas pela distância de redes de apoio familiares e sociais, agravando a marginalização e tornando ainda mais desafiadora a busca por reconhecimento e equidade no ambiente acadêmico. A maternidade, por sua vez, surge como um fator que acentua essa desigualdade, revelando a falta de suporte institucional para mães cientistas que migram, o que limita suas oportunidades de progresso e favorece a sensação de não pertencimento no espaço acadêmico.

Os achados destacam a necessidade de políticas institucionais que abordem as desigualdades de gênero de maneira interseccional, considerando as diversas experiências das discentes. É essencial criar mecanismos de apoio específicos para mulheres migrantes, que enfrentam responsabilidades acadêmicas e familiares, garantindo equidade nas oportunidades

e no reconhecimento de suas contribuições. Além disso, fomentar a discussão sobre a paternidade com ampliação de licenças e a flexibilização de horários para pais, democratizando o acesso ao conhecimento e diminuição na sobrecarga feminina.

O estudo proporciona uma visão detalhada da experiência de migração inter-regional de estudantes nordestinas em pós-graduação em Psicologia, com foco na análise das narrativas de vida de um grupo específico. Portanto, sugere-se como pesquisas futuras a análise da vivência de distintos públicos-alvo, com recorte geracional, abrangendo diferentes fases da vida acadêmica e profissional. Além disso, seria valioso investigar a experiência de outros grupos de estudantes migrantes em diferentes áreas do conhecimento, bem como a eficácia das políticas institucionais em promover a inclusão e o apoio.

## **Estudo 2: Entre fronteiras: gênero e desafios acadêmicos para nordestinas na pós-graduação em Psicologia**

O presente estudo investigou as experiências de cientistas nordestinas migrantes na Academia, evidenciando como as estruturas patriarcais enraizadas continuam a moldar a experiência das cientistas, mesmo em campos predominantemente femininos como a Psicologia. As histórias de vida das participantes expõem as barreiras simbólicas e práticas que dificultam o reconhecimento e a ascensão profissional das mulheres, destacando o impacto de privilégios masculinos que perpetuam a desigualdade de gênero.

O relato das cientistas migrantes do Nordeste, em particular, ilustra como essas barreiras são intensificadas pela distância de redes de apoio familiares e sociais, agravando a marginalização e tornando ainda mais desafiadora a busca por reconhecimento e equidade no ambiente acadêmico. A maternidade, por sua vez, surge como um fator que acentua essa desigualdade, revelando a falta de suporte institucional para mães cientistas que migram, o que

limita suas oportunidades de progresso e favorece a sensação de não pertencimento no espaço acadêmico.

Os achados destacam a necessidade de políticas institucionais que abordem as desigualdades de gênero de maneira interseccional, considerando as diversas experiências das discentes. É essencial criar mecanismos de apoio específicos para mulheres migrantes, que enfrentam responsabilidades acadêmicas e familiares, garantindo equidade nas oportunidades e no reconhecimento de suas contribuições. Além disso, fomentar a discussão sobre a paternidade com ampliação de licenças e a flexibilização de horários para pais, democratizando o acesso ao conhecimento e diminuição na sobrecarga feminina.

O estudo proporciona uma visão detalhada da experiência de migração inter-regional de estudantes nordestinas em pós-graduação em Psicologia, com foco na análise das narrativas de vida de um grupo específico. Portanto, sugere-se como pesquisas futuras a análise da vivência de distintos públicos-alvo, com recorte geracional, abrangendo diferentes fases da vida acadêmica e profissional. Além disso, seria valioso investigar a experiência de outros grupos de estudantes migrantes em diferentes áreas do conhecimento, bem como a eficácia das políticas institucionais em promover a inclusão e o apoio.

## CAPÍTULO VII

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou as experiências de cientistas nordestinas migrantes na Academia, evidenciando como as estruturas patriarcais enraizadas continuam a moldar a experiência das cientistas, mesmo em campos predominantemente femininos como a Psicologia. As histórias de vida das participantes expõem as barreiras simbólicas e práticas que dificultam o reconhecimento e a ascensão profissional das mulheres, destacando o impacto de privilégios masculinos que perpetuam a desigualdade de gênero.

O relato das cientistas migrantes do Nordeste, em particular, ilustra como essas barreiras são intensificadas pela distância de redes de apoio familiares e sociais, agravando a marginalização e tornando ainda mais desafiadora a busca por reconhecimento e equidade no ambiente acadêmico. A maternidade, por sua vez, surge como um fator que acentua essa desigualdade, revelando a falta de suporte institucional para mães cientistas que migram, o que limita suas oportunidades de progresso e favorece a sensação de não pertencimento no espaço acadêmico.

Os achados destacam a necessidade de políticas institucionais que abordem as desigualdades de gênero de maneira interseccional, considerando as diversas experiências das discentes. É essencial criar mecanismos de apoio específicos para mulheres migrantes, que enfrentam responsabilidades acadêmicas e familiares, garantindo equidade nas oportunidades e no reconhecimento de suas contribuições. Além disso, fomentar a discussão sobre a paternidade com ampliação de licenças e a flexibilização de horários para pais, democratizando o acesso ao conhecimento e diminuição na sobrecarga feminina.

O estudo proporciona uma visão detalhada da experiência de migração inter-regional de estudantes nordestinas em pós-graduação em Psicologia, com foco na análise das narrativas de vida de um grupo específico. Portanto, sugere-se como pesquisas futuras a análise da vivência de distintos públicos-alvo, com recorte geracional, abrangendo diferentes fases da vida acadêmica e profissional. Além disso, seria valioso investigar a experiência de outros grupos de estudantes migrantes em diferentes áreas do conhecimento, bem como a eficácia das políticas institucionais em promover a inclusão e o apoio.

## CAPÍTULO VIII

### CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

O presente estudo teve como objeto geral investigar a vivência do processo migratório inter-regional de cientistas nordestinas durante a realização de sua pós-graduação em Psicologia. Para responder a esse objetivo, a pesquisa foi orientada por objetivos específicos, que buscaram elucidar os principais fatores envolvidos na migração, o impacto do processo formativo e a experiência das mulheres migrantes no contexto acadêmico. Esses objetivos foram alcançados por meio da análise de narrativas de vida das participantes, que permitiram uma compreensão profunda das motivações, desafios e conquistas vivenciados durante o percurso migratório e acadêmico.

Com relação ao primeiro objetivo específico, que visava identificar as particularidades que motivaram a migração inter-regional dessas cientistas nordestinas, os resultados revelaram que as principais razões para a migração estavam ligadas à busca por conhecimento, à qualidade do ensino e ao desejo de aprimoramento acadêmico. Além disso, a oferta de auxílios financeiros, como bolsas de estudo, e a avaliação positiva dos programas de pós-graduação pela Capes desempenharam um papel significativo nas decisões dessas mulheres. Esses fatores, em conjunto, justificam a escolha de migrar em busca de melhores oportunidades de formação e desenvolvimento acadêmico.

No segundo objetivo específico, que analisou o processo formativo vivenciado na pós-graduação sob a perspectiva das migrantes nordestinas, as participantes destacaram diversos facilitadores, como o relacionamento positivo com orientadores(as) e o ambiente acolhedor entre os pós-graduandos. Contudo, as preocupações financeiras foram uma constante durante o período de pós-graduação, especialmente no início. Além disso, emergiu um discurso de

insegurança quanto à capacidade intelectual e à qualidade do ensino na região de origem. As experiências de preconceito e discriminação no ambiente acadêmico também foram relatadas.

No que concerne ao terceiro objetivo específico, que buscou revelar a experiência feminina dessas cientistas nordestinas no espaço acadêmico, os relatos expuseram uma luta constante contra as estruturas patriarcais enraizadas nas ciências, incluindo a Psicologia. As participantes expressaram suas dificuldades em obter o devido reconhecimento por suas contribuições científicas e em garantir sua presença em posições de destaque, o que, paradoxalmente, permanece dominado por homens, mesmo em um campo predominantemente feminino. Além disso, a possibilidade e o desejo de maternidade trouxeram preocupações relevantes. As reflexões sobre a conciliação entre a vida acadêmica e a maternidade evidenciaram os desafios impostos pelas barreiras simbólicas e pelos privilégios masculinos, que aumentam a marginalização das mulheres e comprometem o avanço científico.

As limitações deste estudo residem na abrangência restrita das participantes, que, em sua maioria, não vivenciaram a maternidade, e na faixa etária homogênea do grupo. Assim, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo, explorando, por exemplo, a migração de cientistas brasileiras para a pós-graduação no exterior, bem como o impacto da maternidade no percurso dessas mulheres na ciência.

A pesquisa contribui de forma significativa para o campo da Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, ao lançar luz sobre os desafios interseccionais enfrentados por cientistas migrantes nordestinas, como as questões de classe, gênero e territorialidade. Esses fatores emergem como determinantes cruciais no processo formativo, e sua consideração é imprescindível para a construção de uma ciência mais inclusiva e representativa.

A partir dos achados desta pesquisa, recomenda-se ações que podem ser feitas para o campo acadêmico-científico, social e político, particularmente no que se refere aos Programas

de Pós-Graduação em Psicologia. É necessário analisar a criação de bolsas específicas para estudantes migrantes, visando atenuar as dificuldades financeiras que essas mulheres enfrentam. Além disso, é recomendável a expansão das residências estudantis e uma maior atenção à singularidade das demandas dos estudantes migrantes, promovendo adaptações que considerem o contexto regional, econômico e social de cada um.

No que tange às dimensões interseccionais de classe, gênero, territorialidade e raça, é fundamental que essas sejam reconhecidas e integradas nas políticas institucionais dos programas de pós-graduação. O estudante de pós-graduação deve ser visto como um sujeito em desenvolvimento, cuja formação acadêmica é influenciada por múltiplos fatores sociais e culturais que não podem ser ignorados.

Com base nos resultados obtidos, sugerem-se futuros estudos que investiguem o processo migratório de cientistas brasileiras em outros territórios e contextos, incluindo a pós-graduação no exterior, com especial atenção à relação entre maternidade e carreira acadêmica. Além disso, seria enriquecedor explorar outras formas de investigação, como metodologias participativas, que permitam uma compreensão mais aprofundada das nuances envolvidas nas experiências dessas mulheres, expandindo o conhecimento sobre os desafios e as potencialidades de trajetórias acadêmicas de cientistas migrantes.

Dessa forma, esta pesquisa não só contribui para o entendimento do processo migratório de cientistas nordestinas, como também oferece uma base sólida para o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e equitativas no campo da pós-graduação.

## Referências

- Adão, M. D. O. F. (2021). *Aspirações e condicionantes de migração: Possibilidades teórico-metodológicas para os estudos da migração interna* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório. [https://geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/tcc\\_matheus\\_final.pdf](https://geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/tcc_matheus_final.pdf)
- Aguiar, M. A. S., & França, J. M. S. (2021). Existe um efeito negativo duplo sobre os salários das mulheres migrantes nas regiões brasileiras? Uma abordagem não paramétrica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 38, e0145. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0145>
- Albert, V. (2013). *Manual de história oral* (3. ed.). Editora FGV.
- Albuquerque, D. M. J. (2021). *A invenção do Nordeste e outras artes*. Cortez Editora.
- Almeida, A. R., Rodrigues, J. B., Silva, L. L. F. D., & Morgado, E. M. G. (2020). Os caminhos da educação feminina. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society*, 13(1), 79-84. <https://doi.org/10.14571/brajets.v13.n1>
- Almeida, T., & Zanello, V. (2022). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora.
- Almeida, J., Ferreira, P., & Silva, M. (2020). *Educação feminina no Brasil: Um estudo histórico*. Editora Universidade.
- Ambiel, R. A. M., Costa, A. R. L., Jesuíno, A. D. S. A., Camilo, C. C., & Zuchetto, S. R. (2020). Motivos de evasão na pós-graduação no Brasil: Um instrumento de medida. *Interação em Psicologia*, 24(1), abril. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v24i1.62231>.

- Andrade, C. R. E. de, Santos, L. de A., Sousa, X. R. R. de, Freitas, Í. P., Candeira, B. S., & Negreiros, F. (2024). *Ações afirmativas no ensino superior*. EdUnitau.
- Antloga, C. S., Monteiro, R., Maia, M., Porto, M., & Maciel, M. (2020). Trabalho Feminino: Uma Revisão Sistemática da Literatura em Psicodinâmica do Trabalho. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 36(spe), e36nspe2. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe2>.
- Antunes, M. A. M., & Meira, M. E. M. (2003). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. Casa do Psicólogo.
- Araújo, A. A. D. (2021). *Direitos humanos: Uma análise da eficácia da soft law no direito internacional aplicada à questão migratória* [Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Direito de Vitória]. Repositório.
- Araújo, L. F. D., Medeiros, E. D. D., Negreiros, F., Macedo, J. P., Medeiros, P. C. B. D., Belo, R. P., & Freire, S. E. D. A. (2019). Criação e trajetória inicial do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPI. *Estudos de Psicologia*, 24(2), abril/junho. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20190016>.
- Assis, R. S., & Silva, J. A. (2014). Hiato salarial entre homens e mulheres no Brasil segundo condição migratória: O mercado de trabalho é segregado ou discrimina? *Revista Econômica do Nordeste*, 45(1), 120-135.
- Baeninger, R. (2012). Rotatividade migratória: Um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20, 77-100. <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/332/299>
- Bagno, M. (2015). *Preconceito Linguístico* (56ª ed.). Parábola Editorial.

- Bandeira, M. E., Lima, C. M. F., & Carvalho, S. C. K. (2023). Saúde e gênero: A (in)acessibilidade das mulheres migrantes e refugiadas aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. *Portal de Anais de Eventos da Faculdades EST*, 8, 352-368.
- Barbosa, A. P. M. (2022). Variação linguística, identidade e estilo na locução de rádio: Estudo de caso de uma comunicadora do sul do Brasil. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório. <http://hdl.handle.net/10183/254832>
- Barbosa, D. R., & de Souza, M. P. R. (2009). História da Psicologia: Contribuições da etnografia e da história oral. *Temas em Psicologia*, 17(1), 81-91.
- Baró, M. (n.d.). Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. Alínea.
- Barros, S. C. da V., & Mourão, L. (2020). Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero. *Psicologia em Estudo*, 25, 1-16. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.46325>
- Bassani, E., & de Viégas, L. S. (2020). A medicalização do “fracasso escolar” em escolas públicas municipais de ensino fundamental de Vitória-ES. *Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, 9(1).
- Batista, F. E. A. (2023). *Preconceito contra nordestinos em seus processos migratórios na mídia brasileira* (Tese de doutorado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa. <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.729>.

- Batista, J. P. S., & Ribeiro, J. (2021). Xenofobia: Medo e rejeição ao estrangeiro no Brasil, de Durval Muniz Albuquerque Júnior: Resenha de uma leitura comentada. *Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas*, 8(1), 179-188.
- Beltrão, K. I., & Alves, J. E. D. (2009). A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, 39, 125-156.
- Besserra, A. B. S. (2023). *Os impactos psicossociais do processo de adaptação em estudantes de nível superior migrantes do interior do Estado do Ceará* (Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia). Faculdade de Arquitetura e Saúde, Fortaleza. <http://repositorio.faculdadearidesa.edu.br/jspui/handle/hs826/349>.
- Beltrão, M., & Alves, R. (2009). *Mulheres na educação: Um percurso histórico*. Editora Pioneira.
- Blanco-Moreno, A. C. (2024). Inter-regional graduate migration, subjective expectations, and human capital mobility. *Regional Science Policy & Practice*, 16(10), 100110.
- Boas, L. F. V., & Ichikawa, E. Y. (2020). Migrantes cortadores de cana-de-açúcar no Paraná: Práticas cotidianas e processos de territorialização em meio ao trabalho precário. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(1), 172–183. <https://doi.org/10.1590/1679-395174719>
- Borges, E. P. (2014). *Gênero, ciência e contexto regional: Analisando diferenças entre docentes da pós-graduação de duas universidades brasileiras* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório. <http://repositorio.ifap.edu.br:8080/jspui/handle/prefix/283>
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.

- Brasil. Plataforma Sucupira. (2024). Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em 08/07/2024.
- Brito, J. J. (2023). O imaginário do nordestino no cinema nacional: Um estudo sobre os discursos estereotipados no filme *Lula, o Filho do Brasil*. *Epitaya E-books*, 1(55), 13-26.
- Butler, J. (2014). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Camacho, R. G. (2011). Norma culta e variedades linguísticas. In *Caderno de Formação: Formação de Professores Didática Geral – Prograd/UNESP* (pp. 34-49). Cultura Acadêmica.
- Campos, G. G. C. (2023). Análise textual de tweets referenciando nordestinos durante as eleições presidenciais brasileiras de 2022. [Trabalho de conclusão de curso]. Repositório. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/29330>
- Campos, G. P. (2022). *Fuga de cérebro: O efeito da migração de capital humano qualificado no desempenho econômico dos municípios de Santa Catarina* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237245>
- Campos, M. B. D. (2019). Repensando as migrações a partir de um arcabouço processual multiescalar. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27, 123-139.
- Candeira, B. S., Carvalho, L. S., & Negreiros, F. (2020). O psicólogo escolar em políticas públicas no Piauí: Mapeamento e demandas. *Interação em Psicologia*, 24(3).
- Cardoso, M. S., & Semechechem, J. (2020). A variação linguística na Base Nacional Comum Curricular: por uma pedagogia da variação linguística nos componentes de língua portuguesa do ensino fundamental e médio. *Revista Leitura*, (66), 179-200.

- Carneiro, S. R. O. (2022). O debate francês sobre migração objetifica o imigrante. In 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UFPB – 5 a 9/9/2022 (pp. 1-15).
- Carvalho, G. M. D., & Afonso, L. E. (2021). Previdência social e migração: O que acontece com os trabalhadores que saem do Brasil e se aposentam na Espanha e em Portugal? *Estados Económicos (São Paulo)*, 51, 73-109.
- Castro, A. M. D. A., & Oliveira, L. M. D. C. F. (2021). Avaliação e expansão da Pós-graduação em Educação no Brasil e no Nordeste: Assimetrias e desafios. *Revista Educação em Questão*, 59(59).
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. (2024). \*Brasil: Mestres e Doutores 2024\*. Brasília, DF. Disponível em: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br>.
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. (2024). *Brasil: Mestres e Doutores 2024*. <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br>
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. (2024). *Brasil: Mestres e Doutores 2024*. Brasília, DF.
- Chaúí, M. (2022). Direitos humanos e educação. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 10(2), dezembro. <https://doi.org/10.5016/ridh.v10i2.166>.
- Chaves, M. F. G. (2012). Mulheres que migram solteiras: Aspectos da migração interna feminina no Brasil, 1981/1991. In P. E. Teixeira, A. M. C. Baga, & R. Baeninger (Orgs.), *Mulher e migração no Brasil* (pp. 59-76). EdUECE. <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-267-3.p>
- Checchia, A. K. A. (2020). *Contribuições da Psicologia Escolar para a formação de professores: Um olhar para a disciplina Psicologia da Educação*. Editora Dialética.

- Coelho, K. C. A. (2020). A educação feminina cearense pela ótica da Escola Normal (1884-1930). *Ensino Em Perspectivas*, 1(2), 1-12. Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4529>
- Colla, C., Barbieri, A., & do Amaral, P. V. M. (2020). O papel do mercado de trabalho na complementaridade entre a migração e a pendularidade na Região Metropolitana de Curitiba entre 2000 e 2010. *Informe Gepec*.
- Conceição, J. M., & Fontoura, M. R. T. (2020). A produção científica sobre as mulheres na ciência brasileira. *Revista Contexto & Educação*, 35(112), 280–299. <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8231>
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira: O FENPB e suas histórias* (1ª ed.). CFP.
- Corrêa, P. V., Oliveira, F. C., & Tada, I. N. C. (2015). A história oral de mulheres que viveram no seringal. *Psicologia em Revista*, 21(3), 430-447.
- Correia, I. A. (2020). Migração e mobilidade pendular nas metrópoles cearenses: Integração ou fragmentação? *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, 1(45).
- Correia, M. A. P. C., & Almeida, V. (2022). Conjuntura histórico-jurídica da migração internacional em países em desenvolvimento: Uma análise do caso brasileiro (1970-2020). *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, 10(2), 648-684.
- Costa, A. de O., Barroso, C., & Sarti, C. A. (2019). Pesquisa sobre mulher no Brasil: Do limbo ao gueto. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto* (pp. 109-134). Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA.

- Costa, V. S., & de Carvalho, C. A. (2020). Mulheres não podem falar de ciência? Análise de comentários sexistas em vídeo do canal Nerdologia. *Em Questão*, 42-64. <http://doi.org/10.19132/1808-5245261>
- Crepaldi, C. M. (2020). *Análise da abordagem de variação linguística em livros didáticos do ensino fundamental* [Monografia de especialização, Universidade Tecnológica Federal do Paraná]. Repositório. <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/25153>
- Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum, 1989(1), 139-167.
- Cunha, R., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2021). Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: Panorama das bolsistas PQ/CNPq. *Saúde em Debate*, 45, novembro. <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E107>.
- Espejo, M. M. dos S. B., et al. (2022). A vivência na pós-graduação à luz de Vigotski: O que dizem e sentem os alunos de ciências contábeis?. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 41(2), 23-41. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/52440>
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante.
- Féres-Carneiro, T., Bastos, A. V., Feitosa, M. Â. G., Seidl-de-Moura, M. L., & Yamamoto, O. H. (2010). Lacunas, metas e condições para a expansão da pós-graduação em psicologia no país. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 11-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000400003>

- Ferreira, M. M. M., & Moreira, A. F. B. (2006). História oral e a memória coletiva: Uma análise historiográfica. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 14(2), 281-308.
- Filho, R. S., Monte, P. A., & Miceli, M. (2020). Um estudo comparativo das disparidades salariais entre os migrantes nordestinos e os nativos paulistas no mercado de trabalho de São Paulo. *Revista de Economia*, 35(1). <http://dx.doi.org/10.5380/re.v35i1.17197>
- Florencio, G. D. C. (2023). *O ingresso de meninas em situação de migração forçada no Brasil: Análise do mínimo existencial com base nos dados oficiais de 2018 a 2021* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Grande Dourados]. Repositório. <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5512>
- Florêncio, T. S., Vasconcelos, O. L. S., Quirino, J. M., & Santos, I. D. J. P. (2023). A juventude rural e as questões do êxodo rural: Uma breve revisão. *Ciências Rurais em Foco*, 9, 30.
- Floresta, N. (1989). *Opúsculo Humanitário*. Cortez.
- Fontana, H. F., & Lucas, D. C. (2022). A multivulnerabilidade das mulheres migrantes. *Salão do Conhecimento*, 8(8).
- França, T. (2014). *Migração de estudantes universitários: Mobilidade, identidade e permanência*. Edufba.
- França, T. (2016). *Migração e gênero: As estudantes migrantes no ensino superior*. Editora Unesp.
- França, T. (2018). *Identidade e migração: A experiência de mulheres nordestinas na academia*. SciELO.
- Freitas, L. L. D. (2020). *Migrantes nordestinas em São Paulo: Trajetórias, interseccionalidades e identidades na migração contemporânea de mulheres nordestinas*

para São Paulo [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de São Paulo].

Repositório. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/58966>

Freitas, P. O., dos Santos Tavares, V., & Passone, E. F. (2023). O psicólogo perante a queixa escolar: Um estado da arte no contexto educacional. *Revista Educar Mais*, 7, 649-664.

<https://doi.org/10.15536/reducarmais.7.2023.3354>

Gazola, K. C. P., Faria Filho, L. M., Bahiense, P. N., da Silva, R. A. G., & Marques, S. P. B. (2022). *Educação e nação no Bicentenário da Independência*. Caravana Editorial.

GeoCapes. (2022). <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

GeoCapes. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/> Acesso em: 19 de maio de 2023.

Gevehr, D. L., & Bassan, D. S. (2019). Mobilidade e desenvolvimento urbano: O perfil dos migrantes na região do Vale do Paranhana (RS-Brasil). *Informe Gepec*, 23(1), 9-28.

Giroto, G., & Paula, E. M. A. T. (2024). A educação no combate ao racismo e a xenofobia no Brasil. *Revista Em Favor De Igualdade Racial*, 7(1), março.

<https://doi.org/10.29327/269579.7.1-8>.

Glatz, E. T. M. de M., Yaegashi, S. F. R., & Milani, R. G. (2023). Saúde mental, qualidade de vida e bem-estar: Vicissitudes e percepções de pós-graduandos em educação. *Revista Internacional De Formação De Professores*, 8, fevereiro.

<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/864>.

Gomes, A. R., & Braz-Aquino, F. S. (2020). Formação em psicologia escolar: Um estudo de levantamento em universidades públicas do Nordeste. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(2), 1-18.

- Gonçalves, B. M. V., & Lima, F. J. (2024). Investimento educacional: Repercussões na implementação de políticas públicas de formação e valorização docente e na qualidade da educação brasileira. *Revista Ensino Em Debate*, 2, abril. <https://doi.org/10.21439/2965-6753.v2.e2024012>.
- Grigoletto, E., & De Nardi, F. S. (2022). "Orgulho de ser nordestino": Uma análise dos modos de dizer o sujeito nordestino e os seus modos de subjetivação. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, 25(50), 99-122.
- Guimarães, A. R., de Sousa Brito, C., & dos Santos, J. A. B. (2020). Expansão e financiamento da pós-graduação e desigualdade regional no Brasil (2002-2018). *Práxis Educacional*, 16(41), setembro. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i41.7244>.
- Hillesheim, B., Weber, D. L., & Holderbaun, L. S. (2019). Gênero, migração e vulnerabilidade: Corpos de mulheres em deslocamento. *Revista Eletrônica Científica da UERGS*, 5(2), 138-146. <http://dx.doi.org/10.21674/2448-0479.52.138-146>
- Hirata, H. (2003). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Boitempo.
- hooks, b. (1995). Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 464. <https://doi.org/10.1590/%x>.
- hooks, b. (2019). *E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo*. Rosa dos Tempos.
- Hutz, C. S., Rocha, M. L., Spink, M. J. P., & Menandro, P. R. M. (2010). Perfil, avaliação e metas de produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 25-34. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000400004>

- IBGE. (2022). *Censo Demográfico 2022: Resultados preliminares*. [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal)
- Ibiapina, E. F. V. (2019). Saúde e migrações internacionais bolivianas no Brasil: Revisão integrativa de literatura. *TRAVESSIA-Revista do Migrante*, (86), 97-120.
- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro:IBGE[https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP2022\\_Brasil\\_e\\_UFs.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Brasil_e_UFs.pdf).
- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Ismael, V. P. (2020). Discussão sobre as diferentes abordagens teóricas para o estudo das migrações e da mobilidade do trabalho. *Geografia*, 45(2), 235-259.
- Jacinto, P. M. dos S. (2021). Notas sobre pobreza, multidimensionalidade e subjetividade. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 5(13), 77–84. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4311481>
- Jamal, N. O. E., & Guerra, A. (2022). O caso Marie Curie pela lente da história cultural da ciência: Discutindo relações entre mulheres, ciência e patriarcado na educação em ciências. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)*, 24, e35963. <https://doi.org/10.1590/1983-21172022240107>
- Jesus, J. G. D. (2020). *Negros em movimento: Migração e desigualdade racial no Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Jung, J., & Li, X. (2021). Exploring motivations of a master's degree pursuit in Hong Kong. *Higher Education Quarterly*, 75(2), 321-332.

- Junior, C. S. P., & Lepre, R. M. (2020, December). Os problemas de aprendizagem e a patologização da educação na atualidade: Reflexões a partir da psicologia e da educação. In *Colloquium Humanarum* (pp. 329-345). ISSN: 1809-8207
- Lee, E. S. (1980). Uma teoria sobre migração. In H. Moura (Org.), *Migração interna: Textos selecionados* (pp. 15-34). Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Lelis, D. A. de J., Vosgerau, D. S. R., & Zoppo, B. M. (2024). Os saberes necessários aos orientadores na pós-graduação stricto sensu em educação: Um estudo de revisão. *Práxis Educativa*, 19, maio. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.19.22657.031>.
- Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, consciencia y personalidad*. Buenos Aires.
- Leontiev, A. N. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro.
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens* (L. Sallera, Trad.). Cultrix.
- Lima, J. S., & Farias, M. G. (2020). Autoria em produções científicas: Conceitos, critérios, integridade na pesquisa e responsabilidade na colaboração. *Investig. bibl.*, 34(82), 103-139.  
[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187358X2020000100103&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187358X2020000100103&lng=es&nrm=iso)
- Lima, M. R., Lombardi, J. C., & Dominchek, D. L. (2020). A pedagogia histórico-crítica no âmbito da educação brasileira: Do senso comum à práxis revolucionária na educação. *Revista HISTEDBR On-Line*, 20, julho. <https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8655835>.

- Lima, R. M. N., & Teixeira, E. C. (2020). Novos cenários para velhos trajetos: O nordestino sofre discriminação salarial na região Sudeste do Brasil? *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 14(1), 131-154. <https://doi.org/10.54766/rberu.v14i1.648>
- Lima, M. E. C. (2016). *Mulheres cientistas no Brasil: Desafios e conquistas*. Editora Fiocruz.
- Lopes, A. R., & de Souza, L. G. S. (2019). Neoliberalismo, identidade e preconceito: Discursos sobre o Nordeste nas eleições de 2018.
- Lopes, J. R. V. G. (2021). *Geopolítica e migrações internacionais no Mediterrâneo no século XXI: A crise do Mediterrâneo* (Doctoral dissertation, Universidade Autónoma de Lisboa). <http://hdl.handle.net/11144/5005>
- Lopes, R. C., Santos, M. A., Espindola, H. S., & Cazarotto, J. L. (2023). Do Nordeste para Minas: A reterritorialização de imigrantes cearenses em Governador Valadares-MG. *Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, 9(1), 79-94. <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/7840>
- Loureiro, V. B., de Souza, E. C., & Teixeira, E. C. (2020). Migrações internas e diferenciais de rendimentos nas principais regiões receptoras do Brasil. *Econômica*, 22(2).
- Luria, A. R. (1990). *Desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Ícone.
- Maia, J. C. (2021). Exilados do sertão: Migração cearense na seca de 1877. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História*, 18(31), 233-248. <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v18i31.830>
- Maia, J. C. A. (2023). Determinações históricas sobre a relação currículo-fracasso escolar no contexto educacional brasileiro: Da carência à diferença cultural. *Cadernos de Educação*, (67).

- Marinucci, R. (2021). Pessoas migrantes, refugiadas e deslocadas no Oriente Médio e Norte da África: Visibilidade e direitos. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 29(63), setembro. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006301>.
- Marques, E. de S. A., & Carvalho, M. V. C. (2019). Vivência e prática educativa: A relação afeto-intelecto mediando modos de ser professor e aluno. *Obutchénie: Revista De Didática E Psicologia Pedagógica*, 3(2), novembro. <https://doi.org/10.14393/OBv3n2.a2019-51563>.
- Martín-Baró, I. (2011). *Para uma psicologia da libertação*. UCA Editores.
- Martins, T. G. A., & Marinho, J. Z. S. (2020). A disparidade de gênero no campo científico a partir do impacto da maternidade na carreira das mulheres. *Revista Eletrônica Humana Res*, 2(002), 157-174. <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/46>
- Massarani, L., Waltz, I., Leal, T., & Medeiros, A. (2023). Ciência, gênero e raça nas conversações sobre Estrelas Além do Tempo. *Revista Estudos Feministas*, 31(2), 1-22. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n284158>.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993). Theories of international migration: A review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466. <https://www.jstor.org/stable/2938462?seq=1>
- Meihy, J. C. S. B., & Holanda, F. (2020). *História oral: Como fazer, como pensar* (2. ed.). Contexto.
- Meihy, J. C. S. B., & Holanda, F. B. (2020). *História oral: Como fazer, como pensar* (2ª ed.). São Paulo: Contexto.

- Meira, M. E. M., & Antunes, M. A. M. (2003). *Psicologia Escolar: Práticas críticas*. Casa do Psicólogo.
- Mejía, M. R. G., & Scapin, M. (2019). A loja de Mohamed: Espaços transnacionais, práticas muçulmanas e relações de gênero entre migrantes senegaleses numa pequena cidade do Rio Grande do Sul. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27, 139-158.
- Melo, M. D. N. M., & Fusco, W. (2019). Distribuição espacial de migrantes nordestinos na região metropolitana de São Paulo: Evidências a partir dos censos 2000 e 2010. *Anais*, 1-20.
- Menandro, M. N. (2023). A relevância dos movimentos sociais na luta pela visibilidade da população LGBTQIAPNB+ no alto sertão paraibano. [Trabalho de conclusão de curso]. Repositório. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/33790>
- Meurer, A. M., Sousa, R. C. S., Costa, F., & Colauto, R. D. (2021). Feelings perceived by students during the phases of accounting dissertation guidance. *Revista Contabilidade & Finanças*, 32(85), janeiro. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202010550>.
- Ministério da Educação. (2023). Portaria nº 133, de 10 de julho de 2023: Regulamenta o acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas pela CAPES no País com atividade remunerada ou outros rendimentos. *Diário Oficial da União*, Seção 1. Acesso em 08/07/2024.
- Miotto, K., Negri, L. C., & Salles, A. C. (2022). A educação para além da escola: Considerações sobre o ato de educar à luz de Paulo Freire. *Revista Educar Mais*, 6, janeiro. <https://doi.org/10.15536/reducarmais.6.2022.2627>.

- Mirallia, M. C. F. C., de Oliveira Pereira, W., Bononi, A. S. S., & dos Anjos, R. E. (2023). Concepções de professores sobre a atuação da psicologia no contexto escolar. *Educação em Foco*, 28(1), e28004-e28004.
- Miranda, S. C. (2019). O estudo das migrações a partir da Psicologia Social: Uma perspectiva crítica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(3), 566-582.
- Mlambo, V. H., & Adetiba, T. C. (2020). The brain drain of teachers in South Africa: Identifying the dynamics of its push factors. *e-BANGI*, 17(1), 152-164.
- Morais, L. P., & de Queiroz, S. N. (2020). Distribuição espacial da migração interestadual qualificada no Brasil. *Sociedade e Território*, 32(2), 126-149. <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/21806/13859>
- Moreira, J. B., & Borba, J. H. O. M. D. (2021). Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: Uma revisão conceitual no campo das migrações. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 38. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0137>
- Moreira, V. S. (2018). Migrações femininas e a nova lei de migrações. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 04(04), 50-77.
- Motta, D. C., & Bezerra, E. M. (2021). A força de Heleieth Saffioti 50 anos depois. *Revista Estudos Feministas*, 29(1), e76777. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n176777>
- Narh, E. D., & Buzzelli, M. (2024). Women on the move for science, technology, engineering and mathematics: Gender selectivity in higher education student migration. *Higher Education Quarterly*, 78(3).
- Nascimento, E. (2016). *A mulher nordestina e os desafios da xenofobia na academia*. *Revista Brasileira de Sociologia*, 4(8), 30-46.

- Nazareno, E., & Herbetta, A. F. (2019). A pós-graduação brasileira: Sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. *Estudos de Psicologia*, 24(2), 103-112.  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v24n2/a02v24n2.pdf>
- Negreiros, F. (Org.). (2021). *Palavras-chave em psicologia escolar e educacional*. Alínea.
- Negreiros, F., & de Ferreira, B. O. (2021). Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia? *Pimenta Cultural*.
- Negreiros, F., Barros, M. O., & Carvalho, L. S. (2020). Psicologia escolar em políticas públicas no Piauí, Brasil: Compreensão teórico-prática e modelos de atendimentos. *Integración Académica en Psicología*, 8(22), 60-70.
- Negreiros, F., Lima, C., Mota, I., Almeida, M. C., Martins, S., & Santos, T. (2022). Expectativas da sociedade brasileira sobre psicólogas(os) na rede pública de ensino: O caso da Lei 13.935. *Psicologia, Educação e Cultura*, 26(2), setembro. ISPGAYA.  
<http://hdl.handle.net/10400.26/42134>.
- Neto, O. B. (2021). Espacialidade, ambiente e imigração: A territorialização de alemães em Santa Maria (Rio Grande do Sul, século XIX). *Revista Espacialidades*, 17(2), 129-146.  
<https://doi.org/10.21680/1984-817X.2021v17n2ID25691>
- Niu, F. (2022). A push-pull model for inter-city migration simulation. *Cities*, 131, 104005.
- Noguera, B. P., Ramos, O. A., & Vivas, E. V. (2021). Análisis de la migración venezolana en la ciudad de Pasto: Características y percepciones de los migrantes. *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas*, 22(1), 71-94.

- Nogueira, M. A. (2015). *Desigualdade regional e produção científica no Brasil: O papel das políticas públicas*. Cadernos de Pesquisa, 45(158), 312-337.
- Noronha, C. A., Vilela, E., & Campos, M. (2019). “Quem leva a pior?” Nordestinos e bolivianos no mercado de trabalho paulista. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36, e0082. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0082>
- Nunes, E. D. S., Silva, J. G. D., & Queiroz, S. N. D. (2017). Migração inter-regional no Brasil: O que há de novo? *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, 2(37). <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4634/3243>
- ONU Mulheres. (2019). *Families in a Changing World: Progress of the World's Women 2019-2020*.
- Patto, M. H. S. (1984/2022a). *Psicologia e ideologia: Uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.
- Patto, M. H. S. (2005/2022c). *Exercícios de indignação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Patto, M. H. S. (2016/2022b). *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. Queiroz Editor.
- Pedler, M. L., Willis, R., & Nieuwoudt, J. E. (2022). Um senso de pertencimento na universidade: Retenção, motivação e prazer dos alunos. *Journal of Further and Higher Education*, 46(3), 397-408.
- Pereira, A. J., & de Queiroz, S. N. (2022). Migração inter-regional segundo a qualificação. *Anais*, 1-26. <https://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3730/3578>

- Pereira, B. C. (2020). Periferia, migração e cotidiano: Notas acerca da inserção de migrantes nordestinos em um pequeno município paulista (1990-2010). *Revista de História da UEG*, 9(1), e912015-e912015.
- Pereira, B. C., & Lourenço, A. (2021). Mulheres e a migração: Trajetórias e motivações de migrantes nordestinas na cidade das avenidas. *História em Revista*, 26(2), agosto. <https://doi.org/10.15210/hr.v26i2.20945>
- Pereira, C. S., & Horn, T. H. (2023). Fluxos migratórios para a Arábia Saudita: A correlação entre a indústria petrolífera e a imigração em direção ao país. *Conversas & Controvérsias*, 10(1), e43456-e43456.
- Perez, O. C., & Ricoldi, A. M. (2023). A quarta onda feminista no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 31(3), 1-21. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n383260>.
- Pfeil, F. M. C., & Zamora, M. H. R. N. (2021). Psicologia escolar e persistências do colonialismo no cotidiano educacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 25, e221972. <https://doi.org/10.1590/2175-35392021221972>
- Pimenta, M. A., Carvalho, R. D. C. R., & Almeida, V. (2021). Migrações internas no Brasil e sua interface com a migração internacional. *Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, 7, 26-26.
- Portelli, A. (2016). *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz.
- Português, D. (2023). A maternidade solo e seu lugar na academia: Uma construção atrelada à resistência. In J. C. Suzuki et al. (Orgs.), *Mães cientistas: Perspectivas e desafios na academia* (pp. 354-379). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências

Humanas.

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1116>.

Ramos, V. B. C. (2021). *Xenofobia contra nordestinos e nortistas nas escolas: A História como propositora de vivência intercultural* (Dissertação de Mestrado em Ensino de História).

Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11936>.

Ramos, V. B. C. (2023). *Xenofobia contra nordestinos e nortistas nas escolas: A História como propositora de vivência intercultural*. Editora Dialética.

Ramos, V. B. de C. (2021). *Xenofobia contra nordestinos e nortistas nas escolas: A História como propositora de vivência intercultural* (Dissertação de mestrado). Universidade

Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11936>

Ratner, C., & Silva, D. N. H. (2017). *Vygotsky and Marx: Toward a Marxist psychology*. Routledge.

Ravenstein, E. G. (1885). As leis das migrações. In H. A. Moura (Org.), *Migração interna: Textos selecionados* (pp. 25-88). Fortaleza: BNB/ENTENE.

Reis, M., & Antunes, A. C. de B. (2023). Entre o trabalho e a formação: Ensaio sobre a penalização da maternidade como categoria de análise para as desigualdades de gênero de estudantes na pós-graduação. In J. C. Suzuki et al. (Orgs.), *Mães cientistas: Perspectivas e desafios na academia* (pp. 354-379). Universidade de São Paulo.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1116>.

- Ribeiro, J. (2020). Xenofobia e discurso de ódio ao estrangeiro no espaço de enunciação da tríplice fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai). In M. E. O. Lima, D. X. França, & R. M. K. Freitag (Orgs.), *Processos psicossociais de exclusão social* (pp. 103-121). São Paulo: Blucher.
- Ribeiro, S. L. S. (2021). Narrativas e entrevistas em pesquisas qualitativas: História oral como possibilidade teórico-metodológica. *Revista Ciências Humanas*, 14(1). <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a724>
- Rivas, J. F. A. (2023). Determinantes de los movimientos migratorios de los ecuatorianos: Un análisis a partir del modelo de gravedad (Bachelor's thesis, Universidad Técnica de Ambato, Facultad de Contabilidad y Auditoría, Carrera de Economía).
- Rodrigues, L. L. G. da C., Nascimento, E. L. M., Márquez, L. A. M., & Aguilar, T. P. L. (2021). Do presente ao futuro: A mulher na ciência brasileira. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 7(21), 36-52. <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/442>
- Romano, T., Queiroz, A., & Pizzinato, A. (2019). Migração de mulheres para o Brasil: Interseções de gênero, raça/etnia e classe. *Trabajo Social*, 21(2), 197-213. <https://doi.org/10.15446/ts.v21n2.75072>
- Rossetto, M. J. B., & Machado, C. (2024). Impactos da pandemia no ensino superior: A reprodução da desigualdade de gênero na prática docente. *Revista de Ciências Humanas*, 25(2), 28-48. <http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/4756>
- Sabag, J. E., & Braz, J. P. G. (2020). Evolução dos direitos das mulheres no Brasil. *Etic-Encontro de Iniciação Científica-Issn 21-76-8498*, 16(16).

- Sabag, M., & Braz, R. (2020). A luta feminina pela educação no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, 28(1), 1-15.
- Saffioti, I. B. H. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Salim, C. A. (1992). Migração: O fato e a controvérsia teórica. In *Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais* (Vol. 3, pp. 119-144). Campinas: ABEP.
- Sampaio, M. L., Almeida, A. C. G., Silveira, C., Matsue, R. Y., & Martin, D. (2023). Repercussões socio sanitárias da pandemia por Covid-19 para imigrantes e refugiados no Brasil: Uma revisão narrativa da literatura. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 31(68), agosto. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006814>.
- Santos, F. P., Candeira, B. S., Filho, G. S. O., Negreiros, F., & Freire, S. E. A. (2022). A fome como objeto de estudo da Psicologia Escolar Crítica: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia Argumento*, 40(110). <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.40.110.AO09>
- Santos, J. S. Junior, Magalhães, A. M. S., & Real, G. C. M. (2020). A gestão da evasão nas políticas educacionais brasileiras: Da graduação à pós-graduação stricto sensu. *ETD Educação Temática Digital*, 22(2), abril. <https://doi.org/10.20396/etd.v22i2.8654823>.
- Santos, M. A., Barbieri, A. F., de Carvalho, J. A. M., & Machado, C. J. (2010). Migração: Uma revisão sobre algumas das principais teorias. *Texto para discussão*, 1(138), 1.
- Santos, T. C., Santos, I. L., Almeida, M. C., Carvalho, L. de S., & Negreiros, F. (2023). Serviços inaugurais de psicologia escolar no Piauí: Um estudo historiográfico. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 15(43), agosto. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8191177>.

- Santos, V. N., Gonçalves, M. C. V., & Silva, N. L. (2020). Desenvolvimento de pesquisas no Nordeste e a importância das Fundações de Amparo (2014-2016). *Serviço Social & Sociedade*, (139), 561–572. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.232>
- Santos, B. S. (2006). *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. Edições Afrontamento.
- Sardenberg, C. M. B. (2002). “Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?”. In *X Encontro da REDOR* (pp. 1-13). NEIM/UFBA. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6875>
- Schneider, R. A. (2020). *Das relações domiciliares ao mercado de trabalho: Uma análise da situação das mulheres migrantes no destino* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Schneider, R. A. (2020). *Das relações domiciliares ao mercado de trabalho: Uma análise da situação das mulheres migrantes no destino* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR.
- Segato, R. (2016). *A guerra contra as mulheres*. Traficantes de sueños.
- Silva Filho, L. A., Souza, J. P., & Almeida, A. N. (2022). Diferenciais de rendimentos do trabalho entre migrantes por raça/cor: Uma abordagem por regressões quantílicas – 2000/2010. *Revista da ABET*, 21(1), 1-15. <https://doi.org/10.61999/abet.1676-4439.2022v21n1.54159>.

- Silva, A. M. S. (2020). *Análises das implicações psicossociais dos processos de migração rural-urbano de jovens universitários* (Tese de Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50826>.
- Silva, C. A. F. (2020). Macabéa: Retrato um Nordeste minorizado. *Perspectivas Sociais*, 6(1).
- Silva, G. D., & Neves, F. M. (2023). Desigualdade de gênero: Experiências de pesquisadoras da área da física em laboratórios de pesquisa. *Gênero, Ciências e Tecnologia*, 17(3), 17-22.
- Silva, G. É. F. S., & Aquino, F. D. S. B. (2023). Atuação de psicólogos escolares na educação básica: Um levantamento nacional e internacional da literatura. *Perspectiva*, 41(2), 01-22. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2023.e87094>
- Silva, G. M., & Lima, C. A. (2024). Reflexões sobre medicalização na educação: Perspectivas da psicologia escolar e dos direitos humanos. Seven Editora.
- Silva, J. G., de Queiroz, S. N., & Ojima, R. (2021). Perfil da mobilidade laboral inter e intramunicipal no Brasil nos anos de 2000 e 2010. *Informe Gepec*, 25(2), 125-144.
- Silva, L. N. B., Barreto, F., & Barreto, T. M. A. C. (2020). Saúde e migração em Roraima: Rede social migratória e impactos psicossociais na vida do migrante venezuelano enquanto trabalhador informal. *Saúde em Redes*, 6(3), 207-221.
- Silva, M. C. R. F., & Guedes, C. (2020). Redes sociais e ativismo materno: Desafios entre estudantes de uma universidade pública. *Revista Katálysis*, 23(3), 470-479. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p470>
- Silva, J. F. (2017). *Políticas afirmativas e interseccionalidade: A importância de ações inclusivas na educação superior brasileira*. Revista de Educação, 22(2), 145-162.

- Singer, P. L. (1980). Migrações internas: Considerações teóricas sobre o seu estudo. In H. A. Moura (Org.), *Migração interna: Textos selecionados* (pp. 211-244). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB), Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE).
- Siqueira, G. C., Marcolino, A. M., & Santos, A. de O. dos. (2021). Mulheres transexuais e travestis negras: Vulnerabilidade, preconceito e discriminação. *Debates em Sociologia*, 52, 43-57. <https://doi.org/10.18800/debatesensociologia.202101.003>
- Soares, A. B., Rodrigues, I. S., Santos, G. G. B., & Lima, C. de A. (2021). A satisfação de estudantes universitários com o curso de ensino superior. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, setembro. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003220715>.
- Soares, Z. M. P., Mendes, M., & Freitas, A. de J. (2021). Percepções de estudantes do Ensino Médio sobre a presença das mulheres na Ciência. *Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, 12(1), 1–19. <https://doi.org/10.26843/rencima.v12n1a40>.
- Sousa, R., & Negreiros, F. (2023). Produção do fracasso escolar na atualidade: Uma revisão sistemática da literatura dos últimos 10 anos. *Revista de Psicologia, Educação e Cultura*, 1(27), maio. <https://doi.org/10.58086/827q-yb57>.
- Souza, L. (2021). A mulher na educação brasileira: Dos primórdios ao século XXI. *História & Educação*, 36(2), 101-123.
- Souza, R. M., & Silva, J. A. (2022). Networking como ferramenta de relacionamento para os dias atuais e possibilidades de oportunidades de negócios. *Revista Gestão, Inovação e Negócios*, 8(1), 47-65. <https://doi.org/10.37951/2447-8520.2022v8i1.p47-65>

- Souza, V. D. D. (2021). “*Serão perfeitas donas de casa e distintas moças da sociedade*”: *A Escola Doméstica em uma história da educação das sensibilidades femininas em Natal (1914-1945)* (Master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Souza, J. (2009). *A elite do atraso: Da escravidão à lava jato*. LeYa.
- Stascxak, F. M., & Serpa, M. J. F. (2020). Educação feminina no Brasil: O que dizem as pesquisas publicadas no Portal da Capes (2015-2019). *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo*, 2(2), 1-15. <https://doi.org/10.47149/pemo.v2i2.3598>
- Stevens, C., Oliveira, S., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (Orgs.). (2017). *Mulheres e violências: Interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik.
- Suárez, A. H., & Martínez, C. L. (2022). Migraciones y contratación en origen: Un proyecto de cooperación. *Trabajo de fin de grado*. Universidad de Laguna.
- Tabuchi, M. G., & Rossi, A. do C. S. (2023). Construindo uma epistemologia feminista decolonial. *Revista Estudos Feministas*, 31(3). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n386106>.
- Tavares, J. M. S. (2023). Mobilidade espacial: Migração e movimentos pendulares para estudo no Brasil. *Pesquisas Integradas em Ciências Humanas e Sociais*, 1, 58.
- Tavares, R. (2019). *Nordeste: Identidades, regionalismo e desigualdade*. Editora FGV
- Thomazelli, V. M. (2023). Sotaque da Juliette: Análise crítica do discurso dos comentários virtuais. [Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Federal do Espírito Santo]. Repositório. <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/2948>
- Thompson, J. B. (1998). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Vozes.

- Thompson, P. (2002). *A voz do passado: História oral* (L. L. de Oliveira, Trad.). Paz e Terra.
- Thompson, P. (2002). *A voz do passado: História oral* (L. Lourenço de Oliveira, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Todaro, M. P. (1980). A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In H. A. Moura (Org.), *Migração interna: Textos selecionados* (pp. 145-172). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB), Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE).
- Toscano, F. O. (2020). O inimigo é a fome: Breve histórico da escassez alimentar no Nordeste e o papel do estado em seu enfrentamento. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 68. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2020v68p352-386>
- Toso, R. A., & Souto, L. M. (2020). A psicologia frente a patologização e medicalização da vida. *Psicopatologia Crítica: Perspectivas do Sofrimento Existencial*, 1(1), novembro. <https://koan.emnuvens.com.br/psicopato/article/view/45>.
- Ugalde, D. C. R. (2023). Gênero como dispositivo de poder: Uma análise a partir de três ordens patriarcais. *Revista Estudos Feministas*, 31(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n285909>.
- Vasconcelos, C. R. D., Araujo, J. A. Q. C., & Oliveira, C. P. (2020). Direitos humanos, educação e desigualdade social no Brasil. *Humanidades & Inovação*, 7(19), dezembro.
- Veronese, M. V., & Guareschi, P. A. (2006). Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. *Ciências Sociais Unisinos*, 42(2), 85-93.

Viégas, L. de S., Costa, J. B., & Machado, A. M. (2022). (Re)lendo Bourdieu a partir da obra de Maria Helena Souza Patto. *Educar em Revista*, 38, janeiro. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.85840>.

Viégas, L. S. (2023). Lições de rebeldia: O materialismo histórico-dialético na obra de Maria Helena Souza Patto. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 15(1), 53-74. <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i1.51748>

Vieira, K. M., Carvalho, A. K. S., Braga, E. S., & Klein, L. L. (2022). Autoavaliação discente: Avaliando a relação orientador-orientando e a satisfação com o curso. *Revista Brasileira de Educação*, 23(3), outubro.

Vieira, P. S. T. (2022). *Xenofobia no Brasil: Revisão de literatura e relato de experiência*. Monografia (Graduação em Saúde Coletiva). Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Vigotski, L. S. (1989). Concrete human psychology. *Psicología Soviética*, 27(2), 53-77.

Vigotski, L. S. (1999). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. (Textos originais publicados em 1926).

Vigotski, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1934).

Vigotski, L. S. (2004). *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes. (Texto publicado em 1926).

Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1939).

Vigotski, L. S. (2010). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone.

- Vilarim, M. D. A. (2022). As migrações internacionais enquanto tema: Aulas e debates com estudantes de uma escola pública do Recife-PE (Bachelor's thesis). [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47394>
- Viteri, J., & Díaz, E. (2021). Determinantes de la migración México-Estados Unidos de acuerdo a estados expulsivos y receptores, 2002-2012. *Latin American Journal of Development*, 3(1), 463-474.
- Wüst, E. E., Abuchaim, M. M., Gomes, P., Medina, C. G., de Farias, D. T., Berdichevski, E. H., & Leite, G. M. F. (2023). Saúde mental de discentes dos cursos de pós-graduação stricto sensu. *Brazilian Journal of Health Review*, 6(6), dezembro. <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n6-466>.
- Xavier, J. S. (2020). O preconceito cultural e linguístico enraizado entre regiões do Brasil. *Scientia: Revista Científica Multidisciplinar*, 5(3), 44-58.
- Yanoulas, S. C. (Coord.). (2013). *Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Editorial Abaré. Disponível em: <http://tedis.unb.br/images/pdf/YannoulasLivroTrabalhadorasFinalCompleto.pdf>
- Zancan, R. K., Machado, A. B. C., Boff, N., & Oliveira, M. da S. (2021). Estresse, ansiedade, depressão e inflexibilidade psicológica em estudantes universitários de graduação e pós-graduação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(2), 749-767. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61067>.
- Zanella, C. K., & Cheron, C. (2020). Migrações internacionais: Conceitos, teorias e securitização do tema na agenda política. *Sapientia & Iustitia*, (1), 37-60. <https://doi.org/10.35626/sapientia.1.1.2>
- Zanello, V. (2023). *A prateleira do amor: Sobre mulheres, homens e relações*. Editora Appris.

Zanello, V., Antloga, C., Pfeiffer-Flores, E., & Richwin, I. F. (2022). Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. *Revista Estudos Feministas*, 30(2), e86991. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286991>

**ANEXOS**

## **ANEXO A**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

#### **EIXO I – Processo de escolarização**

1. Como foi sua experiência durante o período na escola?
2. Quais pontos foram positivos e negativos na sua escolarização?

#### **EIXO II – Trajetória acadêmica: graduação e pós-graduação**

3. Como foi sua trajetória acadêmica na graduação?
4. Como foi sua trajetória acadêmica na pós-graduação?
5. Quais fatores contribuíram para a decisão de iniciar a pós-graduação?
6. Como ocorreu a escolha da instituição?
7. Quais vivências você destacaria nessa experiência?

#### **EIXO III – Processo migratório**

8. Como foi para você experienciar uma migração inter-regional processo para realizar sua pós-graduação?
9. Quais dificuldades e potencialidades foram percebidas?

#### **EIXO IV – Vivência feminina na academia**

10. Como foi sua experiência na pós-graduação enquanto mulher nordestina?
11. Quais dificuldades e potencialidades foram percebidas?
12. Como você analisa a vivência na academia entre as colegas mulheres e homens?

**ANEXO B****DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS**

1. Nome Completo: \_\_\_\_\_
2. Email: \_\_\_\_\_
3. Idade: \_\_\_\_\_
4. Naturalidade (Cidade, Estado): \_\_\_\_\_
5. Raça/etnia: \_\_\_\_\_
6. Estado civil: \_\_\_\_\_
7. Instituição de graduação: \_\_\_\_\_
8. Instituição de mestrado: \_\_\_\_\_  
Área de estudo: \_\_\_\_\_
9. Instituição de doutorado: \_\_\_\_\_  
Área de estudo: \_\_\_\_\_
10. Recebeu bolsa durante a pós-graduação? Sim ( ) Não ( )

11. Solicitou extensão de prazo? Sim ( ) Não ( )

12. Solicitou extensão da bolsa? Sim ( ) Não ( )

13. Solicitou licença-maternidade? Sim ( ) Não ( )

## ANEXO C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### **Cientistas nordestinas e o processo de migração inter-regional: a trajetória acadêmica para vivenciar a pós-graduação em Psicologia**

Eu, Isabele Linhares Santos, estudante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Escolar – UnB convido-a a participar da pesquisa **“Cientistas nordestinas e o processo de migração inter-regional: a trajetória acadêmica para vivenciar a pós-graduação em Psicologia”** orientada pelo Prof. Dr. Fauston Negreiros.

Você foi selecionada por ser profissional psicóloga, natural da região nordeste do Brasil, tendo realizado graduação no referido território, bem como pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) em demais regiões do país. Após a assinatura deste documento, você será solicitada a responder um questionário sociodemográfico. Sugere-se, portanto, que a participante armazene uma cópia deste documento como forma de preservação própria.

Em caso de concordância, será agendada a pré-entrevista virtual, via *Google Meet*, para que aspectos como local, duração, temática da pesquisa, cessão de direitos e demais pontos de dúvidas possam ser discutidos. Posteriormente, será convidada a participar de uma entrevista realizada na modalidade virtual, via *Google Meet*, com tópicos que envolvem sua trajetória acadêmica. Sua colaboração contará com tempo de duração livre, respeitando seus limites.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios como embasar políticas públicas de assistência e incentivo à pesquisa. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades

desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro. A qualquer momento a senhora pode desistir de participar, recusar-se a responder questões e/ou retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo. Sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação. A política de privacidade da plataforma que será utilizada para a entrevista virtual, *Google Meet*, certifica que não há armazenamento de dados gerados, sendo-os criptografados em trânsito.

A pesquisa possui riscos na etapa de entrevista e questionário sociodemográfico pelo fato de entrar em contato com questões pessoais e subjetivas da participante como constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse. Assim como por sua realização ocorrer em modalidade virtual poderá haver limitações no que se refere à observação de sinais não-verbais e/ou expressões faciais.

A pesquisadora em posição de responsabilidade pelos sujeitos participantes estará atenta a essas condições e tomará todas as medidas necessárias para preservar as condições física, psicológica e social dos envolvidos. Nesse sentido, haverá atenção as reações apresentadas pelos participantes de acordo com a temática abordada, questionando sempre que necessário se há conforto em seguir no encontro, sendo possível a troca eixo temático ou a

interrupção do encontro em prol do bem-estar do participante. Além disso, poderá ser promovido o encaminhamento para os serviços que possam subsidiar os atendimentos.

Por se tratar de uma pesquisa que se utiliza de gravação de áudio há de maneira semelhante o risco de problemas técnicos com o aparelho. Em virtude disso, haverá um outro aparelho gravador de áudio reserva, evitando assim tal eventualidade. Em caso de problemas técnicos em ambos os gravadores o encontro deverá ser remarcado.

Outrossim, há riscos no que tange à segurança dos dados, isto é, a possibilidade de quebra de sigilo e/ou quebra de anonimato das participantes assim como o vazamento de informações. Para que seja mitigado tal cenário os dados apreendidos serão guardados em nuvem privada sendo-os criptografados. Além disso, o conteúdo será de acesso restrito a pesquisadora responsável e o coautor da pesquisa.

Como benefícios, infere-se que as narrativas das trajetórias acadêmicas feitas pelas participantes poderão proporcionar-lhes ressignificações, ampliação da consciência de si e do contexto através de narrativas de suas histórias de vida.

Ao final da pesquisa, haverá como forma de retorno e divulgação dos resultados apreendidos a elaboração de uma dissertação que será enviada para o e-mail da participante.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante

da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep\_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

**Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):**

Pesquisador Responsável: Isabele Linhares Santos

E-mail: [isabelelinhares@hotmail.com](mailto:isabelelinhares@hotmail.com)

Pesquisador co-autor: Fauston Negreiros

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro ICC Sul, Sala ICC A1-003, Brasília - DF, 70910-900

E-mail: [fnegreiros@unb.br](mailto:fnegreiros@unb.br)

**Você declara que compreendeu os objetivos, riscos e benefícios de sua participação na pesquisa e concorda em participar?**

Local e data:

*Isabele R. Dantas.*

---

Assinatura da Pesquisadora

---

Assinatura da Participante

**ANEXO D****TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ  
PARA FINS DE PESQUISA**

Eu, \_\_\_\_\_

autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado “Cientistas nordestinas e o processo de migração inter-regional: a trajetória acadêmica para vivenciar a pós-graduação em Psicologia”, sob responsabilidade de Isabele Linhares Santos vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Escolar da Universidade de Brasília.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para compor dados do referido projeto de pesquisa sendo objeto de análise por parte da pesquisadora e coautor da pesquisa, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmica e atividades educacionais.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do/da pesquisador/a responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

\_\_\_\_\_

Assinatura do participante

\_\_\_\_\_

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## ANEXO E

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Cientistas nordestinas e o processo de migração inter-regional: a trajetória acadêmica para vivenciar a pós-graduação em Psicologia.

**Pesquisador:** ISABELE LINHARES SANTOS

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 74532723.8.0000.5540

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UNB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.551.005

**Apresentação do Projeto:**

Projeto apresentado pela pesquisadora em Psicologia Isabele Linhares Santos, orientado pelo prof. Dr. Fauston Negreiros, cujo tema volta-se para compreender como ocorreu o processo migratório inter-regional de cientistas nordestinas no período que realizaram pós-graduação em Psicologia.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** Compreender como ocorreu o processo migratório inter-regional de cientistas nordestinas no período que realizaram pós-graduação em Psicologia.

**Objetivo Secundário:**

• Identificar as implicações do processo migratório inter-regional para as estudantes de pós-graduação em Psicologia nordestinas; • Analisar o processo formativo vivenciado na pós-graduação enquanto migrantes nordestinas; • Aprender acerca da experiência feminina no espaço acadêmico para cientistas nordestinas migrantes.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisa possui riscos na etapa de entrevista e questionário pelo fato de entrar em contato com questões pessoais e subjetivas da participante como constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse. Assim como por sua realização ocorrer em

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB**



Continuação do Parecer: 6.551.005

modalidade virtual poderá haver limitações no que se refere à observação de sinais não-verbais e/ou expressões faciais. A pesquisadora em posição de responsabilidade pelos sujeitos participantes estará atenta a essas condições e tomará todas as medidas necessárias para preservar as condições física, psicológica e social dos envolvidos. Nesse sentido, haverá atenção as reações apresentadas pelos participantes de acordo com a temática abordada, questionando sempre que necessário se há conforto em seguir no encontro, sendo possível a troca eixo temático ou a interrupção do encontro em prol do bem-estar do participante. Além disso, poderá ser promovido o encaminhamento para os serviços que possam subsidiar os atendimentos. Por se tratar de uma pesquisa que se utiliza de gravação de áudio, há de maneira semelhante o risco de problemas técnicos com o aparelho. Em virtude disso, haverá um 18 outro aparelho gravador de áudio reserva, evitando assim tal eventualidade. Em caso de problemas técnicos em ambos os gravadores o encontro deverá ser remarcado. Outrossim, há riscos no que tange à segurança dos dados, isto é, a possibilidade de quebra de sigilo e/ou quebra de anonimato das participantes assim como o vazamento de informações. Para que seja mitigado tal cenário os dados apreendidos serão guardados em nuvem privada sendo-os criptografados. Além disso, o conteúdo será de acesso restrito a pesquisadora responsável e o coautor da pesquisa. Como benefícios, infere-se que as narrativas das trajetórias acadêmicas feitas pelas participantes poderão proporcionar-lhes ressignificações, ampliação da consciência de si e do contexto através de narrativas de suas histórias de vida.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa de relevada importância para a área.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos foram apresentados.

**Recomendações:**

Reitero, conforme parecer anterior, que CEP/UnB recomenda que a pesquisadora evite classificar os riscos da pesquisa (mínimo, médio, alto), essa função compete ao CEP/UnB. Pedimos que limite-se a declarar os riscos e escrever como irá mitigá-los, como fez na última versão.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado

**Considerações Finais a critério do CEP:**

<b>Endereço:</b> CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
<b>Bairro:</b> ASA NORTE <b>CEP:</b> 70.910-900
<b>UF:</b> DF <b>Município:</b> BRASÍLIA
<b>Telefone:</b> (61)3107-1592 <b>E-mail:</b> cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB**



Continuação do Parecer: 6.551.005

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2213284.pdf	08/11/2023 14:30:55		Aceito
Outros	termo_de_autorizacao_para_utilizacao_de_imagem_e_som_de_voz.pdf	08/11/2023 14:30:28	ISABELE LINHARES SANTOS	Aceito
Outros	Carta_de_etica2.pdf	08/11/2023 14:27:59	ISABELE LINHARES SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEok2.pdf	08/11/2023 14:27:02	ISABELE LINHARES SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Justificativa2.pdf	08/11/2023 14:26:01	ISABELE LINHARES SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_mestrado2.pdf	08/11/2023 14:25:21	ISABELE LINHARES SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma_atualizado.pdf	20/09/2023 16:09:46	ISABELE LINHARES SANTOS	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	19/09/2023 10:21:55	ISABELE LINHARES SANTOS	Aceito
Declaração de concordância	Termo_de_responsabilidade_compromisso.pdf	19/09/2023 10:21:09	ISABELE LINHARES SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_isabele_assinado.pdf	19/09/2023 10:00:19	ISABELE LINHARES SANTOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRASILIA, 04 de Dezembro de 2023

Assinado por:  
**ANDRE VON BORRIES LOPES**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

